

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: P. B. X. 2.0271, 2.0272, 2.0273
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOAREDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA EDITOR — JOÃO CHRISOSTOMO DE SA
RUA LUZ SORIANO, 44 a 48 — LISBOA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

PROF. PULIDO VALENTE

O ENG. CUNHA LEAL DECLARA:

«Não tenho nenhum acinte pessoal contra o general Norton de Matos e não enjeito afirmações que ainda hoje considero justas»

O sr. engenheiro Cunha Leal, personalidade de relevo na vida do País e da República, escreveu para o «Diário de Lisboa» o artigo que a seguir publicamos, no qual define a sua posição no debate travado à volta da eleição presidencial marcada para o próximo dia 13.

Embora a sua intenção inicial, como chegou a anunciar publicamente, fosse a de se conservar silencioso até à realização desse acto, o sr. engenheiro Cunha Leal modificou posteriormente essa intenção pelas razões convincentes que ele próprio invoca.

O vigor da sua personalidade política e o seu passado de republicano e de homem de Estado emprestam às suas afirmações um interesse invulgar. Para os leitores do nosso jornal dispense-se a sua apresentação. O País terá ocasião de apreciar, mais



ENG. CUNHA LEAL

varios matizes—e assim mo significaram repetidamente—que a manutenção deste meu propósito abstencionista equivaleria, de certo modo, a uma deserção, porquanto o próprio chefe do Governo classificara o fenómeno em curso como um conflito entre dois regimes politicos e não como um choque entre duas personalidades. Ora, segundo os meus amigos, o meu passado não me permitia conservar-me inerte em face daquele conflito. E o que é certo é que esta insistencia acabou por me mergulhar num debate intimo de consciencia, em resultado do qual aqui me têm a dar conta do meu recado ao publico português, através do «Diário de Lisboa», jornal para mim sempre acolhedor e simpático.

Desde já, porém, fica entendida uma coisa. Tenho 60 anos de idade e o espectáculo dos homens e das coisas fez-me perder muitas ilusões e todas as ambições politicas. Se alguém esperar descortinar nas minhas considerações aquele facciosismo, que esconde parcelas da verdade em holocausto a conveniencias partidárias ou ao meu interesse pessoal, não prosiga na leitura deste documento. A verdade ou, pelo menos, o que eu suponho ser a verdade contingente e relativa, a cujo conhecimento pode elevar-se a minha alma, fluirá dela com limpidez. E' provavel que venha assim a aumentar a coorte dos meus adversários politicos, tanto mais que é assaz impertinente a função de pedagogo. Que importa!

Comecemos por fazer um pouco de história. O regime politico vigente foi gerado em 28 de Maio de 1926 por uma revolta geral do Exército. Ora, sempre que os detentores legais do Poder Civil são impedidos do seu exercicio por métodos desta natureza, uma regra histórica diz-nos que os vencidos tentam, de novo, inverter «manu militari» a situação. Assim se verificou em Portugal, sucedendo-se, sem éxito, os movimentos insurreccionais, até que esta vibração se foi lentamente amortecendo e traduzindo em conjuras abortadas e de amplitude sucessivamente decrescente, já sem forças para passarem do plano da concepção e preparação para o dominio da execução.

Foi então que um desejo insistente de transferir para o campo da luta legal a acção das massas republicanas indomitamente inacomodadas e inacomodáveis ao ideário situacionista se foi paulatinamente infiltrando na alma de certos oposicionistas mais reflexivos e sensatos.

A análise da vida politica nacional e internacional convenceram-nos, de facto, que, em todos os annos, havia quem compreendesse a transcendencia dos problemas da nossa época, a necessidade de reduzir á impotencia os intransigentes da extrema-direita e da extrema-esquerda e o alto alcance nacional de descobrir

uma vez, o desassombro e a energia com que ele marca a sua atitude no meio da controversia que a proxima eleição do chefe do Estado suscitou entre nós.

Até agora, tenho assistido aos multiformes episódios da pugna eleitoral, em que se defrontam o candidato do regime e o candidato dum avultado sector da Oposição, em rigoroso silencio, que, aliás, nunca poderia significar indifferença intima em face dos prováveis resultados do embate ou mesmo da orientação que lhe imprimiram os partidários dos dois aspirantes á chefatura do Estado.

Dada a minha posição especial e a do general Norton de Matos, projectara transferir todos os meus comentários a tal respeito para o dia consecutivo á eleição presidencial, para que ninguém me pudesse acusar, sequer com vagas apparencias de realidade, de ter feito pender a balança para o lado do concorrente situacionista.

Entenderam, porém, muitos democratas de

(Continua na 4.ª pag.)

O prof. Pulido Valente

faz uma áspera critica
aos serviços de Assistência
designadamente ao regime
de funcionamento dos hospitais

O nome do prof. Pulido Valente soa alto na moderna ciência médica portuguesa—clínico da mais alta reputação e, ao mesmo tempo, mestre de sucessivas gerações de clínicos, alguns, hoje, fâmulos já por sua vez. Estudante de Medicina por ocasião da famosa greve académica de 1907, no tempo de João Franco, o dr. Pulido Valente entrou em 1911, como assistente, para a Faculdade de Medicina, onde a sua carreira foi verdadeiramente ascensional. Em 1919, depois de concurso para professor agregado, foi reger a cadeira de Patologia e Terapeutica Médicas. No ano seguinte, fez concurso para professor catedrático, continuando a reger a mesma cadeira, até que transitou para a de Clínica Médica, quando o prof. Belo de Moraes atingiu o limite de idade. Em 1947, o prof. dr. Pulido Valente foi afastado da cátedra por decisão do Conselho de ministros e compelido á aposentação.

—Leu V. Ex.ª as comunicações dos srs. subsecretário da Assistência e prof. Cerqueira Gomes á 2.ª Conferência da União Nacional? Pode dar-nos a sua opinião sobre elas?

—O que se disse sobre Assistência na Conferência do Porto não pode surpreender quem, por dever de officio tem tido que acompanhar a actuação do regime neste sector da Administração. Foi, depois de tantas outras, mais uma demonstração, sem duvida brilhante, da sua incapacidade para enfrentar a questão. Vivemos um período histórico verdadeiramente excepional quanto a renovação de ideias em matéria de Saúde Publica, que põe á prova os legisladores da situação. A evolução da sociedade humana para um tipo superior de organização manifesta-se irresistivelmente no dominio dos serviços médicos e, obrigou já os Estados do Ocidente a refundir por completo a concepção tradicional da Assistência. Reconhece-se que o Estado tem o dever de assegurar a todos os cidadãos, mas a todos, e em condições de completa igualdade, a mais perfeita utilização das aquisições científicas que tendem a defender a

saude e a combater a doença, o que só pode ser conseguido por uma Medicina Socializada, um sistema organico planeado e gerido pelo Estado. Para só me referir ás grandes Nações Ocidentais, a Grã-Bretanha pôs, em vigor, em meados do ano passado, a nova Lei de Saúde que obedece inteiramente a estes princípios, e nos Estados Unidos, o movimento congénere iniciado pela mensagem do presidente Truman ao Congresso, em Novembro de 1945, avança impetuosamente sobre os obstáculos levantados por uma plutocracia em desespero, que vê na socialização da Medicina, aliás com perfeita razão, o primeiro passo para o Socialismo. De

(Continua na 7.ª pag.)

Não se deu à União Nacional

a intervenção necessária
para o alicerce cívico do regime

— diz o deputado e professor

sr. dr. Artur Marques de Carvalho

Tem hoje aqui a palavra o sr. prof. dr. Artur Marques de Carvalho, Professor da Universidade do Porto, o sr. dr. Marques de Carvalho é, ao mesmo tempo, um dos mais destacados dirigentes da União Nacional e deputado á Assembleia Nacional. Tem, por isso, um significado de verdadeiro interesse o seu depoimento sobre o actual momento politico.

—A obra da Revolução Nacional—começa por nos dizer o sr. dr. Marques de Carvalho—é manifesta e evidente. Uma valorização total, completa, se operou em todos os sectores, assegurando o renascimento duma Pátria de oito séculos que, de decadência em decadência chegara a ponto de parecer pedir des-

culpa ao Mundo de continuar independente.

Este povo mau pagador, este país considerado como *caldo de cultura* de todos os revolucionarismos profissionais, esta grei abastardada nas suas mais especificas determinantes históricas, renasceu, pela acção transfiguradora da Revolução Nacional, a ponto de assumir hoje no Mundo feição paradigmática nos processos e nos métodos...

Porque o sr. dr. Marques de Carvalho, em especial, na sua actividade universitária ou politica se tem occupado dos problemas do Ensino, perguntámos-lhe o que pensava da acção

(Continua na 11.ª pag.)



DR. MARQUES DE CARVALHO

Este numero foi visado
pela Comissão de Censura

DE LUTO

António Augusto

Faleceu esta madrugada, na sala de observações do hospital de S. José, após uma operação de urgência, António Augusto, de 76 anos, reformado da Companhia Carris de Ferro, onde era muito estimado. O falecido era natural de Vila Nova de Oliveira, concelho de Tábua e residia na Rua da Cruz, 79. Deixa viúva a sr.^a D. Joaquina dos Santos e era pai do sr. Julio dos Santos, funcionário do Instituto Geográfico e Cadastral, e das sr.^{as} D. Elvira dos Santos, empregada no Club Inglês; Nazaré dos Santos e Amélia dos Santos Silva, esposa do jornalista Amílcar Sarmento da Silva, e tio dos srs. Julio dos Santos, funcionário da Biblioteca Nacional; Adelino Santos, chefe da P. S. P., reformado, e Raimundo Augusto da Silva, funcionário dos Impostos.

O funeral realiza-se em dia e hora ainda não determinados.

D. Clotilde Neves de Castro de Passos Angelo

Faleceu ontem, na sua residência, Rua Cidade de Liverpool, 16, a sr.^a D. Clotilde Neves de Castro de Passos Angelo, de 64 anos de idade, natural de Matosinhos, esposa do sr. Abílio de Passos Angelo, proprietário. O funeral, a cargo da Agência Magno, realiza-se amanhã, às 11 horas, da referida residência para jazigo no cemitério do Lumiar.

D. Judith Lupi Verol Aboim Villa Lobos

Na sua residência, Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 15, 1.º, E.º, faleceu esta madrugada a sr.^a D. Judith Lupi Verol Aboim Villa Lobos, de 63 anos de idade, natural de Lisboa, esposa do sr. capitão António Pedro de Brito Aboim Villa Lobos e mãe do sr. dr. António Verol Aboim Villa Lobos, médico. O funeral, a cargo da Agência Magno, realiza-se amanhã, às 16 horas, da referida morada para jazigo de família no cemitério dos Prazeres.

D. Mary France Rice de Nascimento Moura

Na Avenida da República, n.º 10, 1.º, Esq.º, faleceu hoje a sr.^a D. Mary France Rice de Nascimento Moura, de 57 anos de idade, natural de S. Vicente de Cabo Verde, casada com o sr. major Jacinto José do Nascimento Moura. O funeral, a cargo da Agência Magno, realiza-se amanhã, às 16 horas, da aludida morada para o cemitério dos Prazeres.

António Gonçalves da Silva Carvalho

Em Viana do Castelo, faleceu com 86 anos, o sr. António Gonçalves da Silva Carvalho, antigo gerente do Banco Pinto & Sotto Mayor e director do extinto Banco Mercantil de Viana. Figura marcante no nosso meio, foi, durante 50 anos, superintendente do hospital de velhos e entevados de N.ª S.ª da Caridade, exercendo, há largos anos, o cargo de superior. Estava aparentado com as melhores famílias de Viana.

João da Silva Nazario

ALCANENA, 20.—Efectuou-se, nesta vila, o funeral do sr. João da Silva Nazario, que teve grande acompanhamento. O corpo ficou sepultado no Cemitério Municipal, em jazigo de família.

D. Luisa da Graça e Silva

ALCANENA, 22.—Com 72 anos, faleceu nesta vila a sr.^a D. Luisa da Graça e Silva, industrial de padaria. A falecida era casada, em segundas núpcias, com o sr. José Gil e era irmão do sr. Joaquim da Silva Moita, construtor civil, e das sr.^{as} D. Maria da Graça Moita e D. Clotilde da Graça.

Vida desportiva

FUTEBOL

A Seleção Nacional treina na próxima quinta-feira

O seleccionador nacional dr. Armando Sampaio convocou para novo treino, a efectuar na próxima quinta-feira, às 9 horas e 30, no Estádio Nacional, os seguintes jogadores: Azevedo, Canário, Armando Ferreira, Vasques, Peyroteo, Travaços e Albano, do Sporting; Barrigana, Virgílio e Joaquim, do F. C. Porto; Felix e Francisco Ferreira, do Benfica; Feliciano e Serafim, do Belenenses; Alberto e Vieira, do Estoril-Praia, e Patalino, do Elvas.

O grupo do Oriental será o adversário dos possíveis do «Onze» de Portugal.

Flávia — S. Fafe

Tendo sido atendida pela Federação uma exposição do Flávia, este clube entra na primeira eliminatória do torneio de apuramento da «Taça de Portugal», jogando, amanhã, a primeira «mão», em Chaves, às 15 horas, contra o Sporting de Fafe.

CHEGAM AMANHÃ

os ginastas Lehmann e Figone, que vêm tomar parte no sarau do G. C. P.

Chegam amanhã ao Aeroporto da Portela os famosos campeões Lehmann, suíço, e Guido Figone, campeão italiano de ginástica olímpica, que, com Weingand, o grande ginasta francês, quatro anos seguidos campeão de França e atleta olímpico, vêm dar ao sarau de gala do Ginásio Clube o melhor brilho e justificada sensação. Estão de parabéns os desportistas de Lisboa pela visita de tão categorizados elementos.

Festivos e Cinemas

«Taxi, ao Avenida!», no teatro Avenida

«Taxi, ao Avenida!» é a tradução de «Chorfer, a Rosales!», que assim se intitula, segundo cremos, na língua original, a revista que ontem foi apresentada no teatro Avenida por uma companhia espanhola do género. Seja-nos permitido supor, apesar do agrado indiscutível de alguns artistas e do acerto evidente de alguns números, que em Espanha deve haver melhor no género musicado, pois não acreditamos que a desvalorização da peseta corresponda uma desvalorização paralela do teatro de revista.

Um empresário conhecedor do gosto do nosso publico e da moeda de cambio dos valores teatrais teria apresentado em Lisboa, em vez do espectáculo de music-hall característico e sujeito a perigosas comparações que apresentou no Avenida, um espectáculo do género «solera», que teria alcançado um exito seguro e corresponderia sem dúvida melhor a um propósito honesto de intercambio teatral. Haja em vista o agrado que alcançaram os dois quadros tipicamente espanhóis embrechados no cocktail internacional que nos foi servido ontem no teatro Avenida: a evocação de Granada, preciosa pelo ritmo e pelo colorido, e o elogio da «bata de cola», graciosíssimo belo recorte melódico e pelo sabor folclórico, ambos desempenhados a caracter por Maruja Tamayo e o numeroso grupo de girls. As simpáticas raparigas, que nos pareciam tão contrafeitos no arremedo de *féerie* dos numeros cosmopolitas, criaram uma alma nova quando foram chamadas a interpretar musica espanhola, tipos espanhóis e sentimentos espanhóis—dentro de trajes espanhóis. Era isso mesmo que a plateia do Avenida desejava e não lhe deram ontem, ou que lhe deram, pelo menos, em dose muito reduzida para o seu apetite de *mala-gueñas*, de *sardanas* e de *peteneras*. O exito da companhia teria sido muito mais expressivo se assim o têm compreendido de antemão os organizadores desta tournée.

Além dos quadros de music-hall, dos numeros de variedades propriamente ditos, a revista caracteriza-se pelo recurso constante ao chiste, tão do agrado das plateias espanholas e que não deixa de resultar entre nós, sobretudo naquele numero gracioso em que Alady defende os homens e Maruja Tamayo lança pelas mulheres.

Cremos ser inútil, e até certo ponto contraproducente, o emprego daquela lingua de trapos do circo, que não é espanhol nem português, e de que alguns artistas se serviram no propósito louvável de se fazerem compreender por uma plateia portuguesa. Hei-de lembrar-me sempre, a propósito de portugueses que pretendem falar espanhol e vice-versa, daquela meu prezado camarada que uma bela manhã, no quartel de Leganes, onde tinha acabado de chegar um batalhão de mouros que vinham bater-se pela causa nacionalista espanhola, perguntou no propósito de se informar do que se passava:

—Entonces aqui no hay nadie?

—Como no hay nadie?—retorquiu, espantado, o oficial que nos acompanhava, apontando para a multidão de albornozes e de «dijabás» que enchiam a parada do quartel.

No caso do Avenida, como no quartel de Leganes, também há muitíssima gente em cena—nas não se passa nada, ou melhor, passam-se sketches mais ou menos internacionais, melodias tirolenses, marchinhas brasileiras e canções mexicanas—em vez de *jotas* aragonesas, de *seguidillas* andaluzas, de *muñiteras* galegas e de cantares valencianos. Alguns elementos simpáticos e valiosos compõem a companhia que veio até nós sob o patrocínio de Joaquim Gasa, conhecido empresário espanhol, que no-la trouxe de colaboração com Piero Benardon, conhecido empresário português. Maruja Tamayo tem a planta de uma vedeta do teatro ligeiro e fez-se aplaudir com justiça, sobretudo em «Granada» e na «Bata de cola», já citados. Alady é um excelente cómico, de uma fantasia e de um dinamismo inextinguíveis. A ele se deve uma grande parte da animação que teve o espectáculo. Lolita Rovira tem uma bela voz e cantou dois numeros com agrado. Trini Alonso fez-se notar num quadro de comédia escrito propositadamente para a plateia do Avenida, em que contracenou com Alady. Completam o elenco Carmen Gavalda, Ayca, Manuel Codeso e Joaquim Saldanha.

Como atracções, a revista apresentou José Garcia, em melodias tirolenses; German Montenegro, em canções mexicanas; os bailarinos Irina Kosmowska e Juan Tena, em danças que não oferecem novidade e que desejariamos ver substituídas pelo clássico bailado espanhol, e um interessante grupo de acordeonistas que brindaram a plateia com um «Fado da Mouraria» primorosamente tocado e que teve as honras da noite.

Devemos louvar, como merece, a direcção musical do maestro António Cabrera.

Dentro da sua apresentação despretensiosa, o espectáculo do Avenida tem incontestáveis condições de agrado. Em futuras revistas, é de aconselhar, porém, o predomínio de motivos espanhóis sobre os estafados sketches internacionais, que nos chegam de Madrid... depois de terem passado pelo Parque Mayer.—N. L.

VIDA ARTISTICA

Exposição Surrealista

Em virtude do grande interesse que tem despertado, a I Exposição Surrealista, que se encontra patente na Travessa da Trindade, 25, conserva-se hoje aberta das 21 às 23 e 30 e abrirá amanhã, às 16 horas,



Maruja Tamayo na «Bata de cola»



Alady, o animador da revista

(Desenhos de Fernando Bento)

Primeiras exhibições

«Libertação», no Trindade

Com a volta do cinema italiano revelam-se realizadores tão notáveis como este Rossellini, de quem já conhecíamos outros filmes invulgarres. A invulgaridade deste, que entre nós tem o título de «Libertação», é manifesta, e com o mais marcado espírito de latimidade. Não é uma historia, são várias historias que fazem Historia, a do final da ultima guerra em Italia. Tem-se noção do que foi aquele epilogo através de episódios humanos e trágicos, desde os primeiros contactos dos americanos com os italianos e os combates duns e outros com os ultimos alemães, e o interesse contemplativo e sereno dos ingleses ante os monumentos artísticos de Italia. Episodicamente, interpretes magníficos, como Carmela Sazio e Roberto Van-Loon—estes num dialogo de impressionante naturalidade—Maria Michi e Gar Moor, e Beniamino Emanuel e Dats Johnson, nomes que acusam a colaboração italo-americana que tão bons resultados vem dando, o espírito de Italia e a técnica dos Estados Unidos.—Visor 58.

Só hoje e amanhã

Grandiosa noite de circo, hoje, no Coliseu, num turbilhão de alegria e de maravilhas. Amanhã, despedida, em «matinée» e á noite



Acrobatas no circo

A sua noite de sábado será bem alegre, se for hoje ao Coliseu. E' o penultimo dia da grandiosa companhia de circo. Aproveite esse espectáculo maravilhoso das maiores atracções internacionais. Palhaços, equilibristas, trapezistas, cães sábios, lindas acrobatas, estu-pendos barristas, destemidos escaladores, burlescos, pandemonio alucinante de surpresas e de fenómenos. Amanhã, ultimo dia da companhia de circo, em «matinée», ás 16 horas, e á noite,

PEQUENAS NOTICIAS

PELA POLICIA

CASO A ESCLARECER—O sr. João Cardoso de Mendonça, morador na Rua de D. Pedro V, comprou há tempos uma propriedade no lugar do Calhandriz, Vila Franca de Xira, e entregou, como sinal, e principio de pagamento, ao vendedor, a quantia de 35.000\$00. Sucede que o proprietário morreu e a viúva se recusa a devolver-lhe a referida importância ou a fazer a escritura de venda da propriedade.

Foi apresentada queixa á Policia Judiciária, que vai esclarecer o caso.

CHEQUES SEM COBERTURA—Queixou-se á Policia Judiciária o sr. Francisco Martins, Rua Castilho, 163, contra um individuo que lhe deu para pagamento duma mercadoria 2 cheques, no valor de 13.100\$00, que não tinham cobertura.

O DESASTRE DA AVENIDA—O agente Braçenho esteve hoje, no hospital de S. José, a ouvir o motorista José Carlos Amaral, que conduzia o automovel onde seguia o sr. António Leitão, que chocou, na Avenida da Liberdade, com o «taxi» em que viajava o sr. Alberto Tota. Segundo se averiguou, este «chauffeur» não teve grande responsabilidade no desastre. Vai dentro em breve ser feita a reconstituição do desastre.

DOIS FUGITIVOS DA CADEIA—A Policia Judiciária procura descobrir o paradeiro de Carlos Silva Piteiro, o «Gaia», condenado em 3 anos de prisão, e Tiago Silva Azevedo, condenado em 2 anos de prisão por furto, os quais fugiram da colonia prisional Pinheiro da Cruz, Grandola.

CAMPISMO

Organizado pela secção de campismo do grupo «Os Carlos», realiza-se no próximo domingo 30, mais um passeio pedestre, desta vez á serra da Carregueira, com partida de Queluz, passagem por Canaças e regresso pelo Lumiar. Os sócios interessados devem dirigir-se á sede do grupo, onde se prestam todos os esclarecimentos.

FESTAS ASSOCIATIVAS

Amanhã, ás 16 horas, realiza-se, na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, mais uma tarde dançante, dedicada aos sócios e suas famílias, que será abrilhantada pela orquestra Big Ben.

No Grupo Dramático Lisbonense, á Rua Marcos Portugal, realiza-se amanhã, ás 22 horas, um sarau cultural com as peças «Auto da India» e «Trágico á força», seguido de canções populares portuguesas pelo orfeão da colectividade, sob a regência do maestro Fernando Lopes Graça.

Realiza-se amanhã, pelas 22 horas, na Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos, uma «soirée» dançante, abrilhantada pela Orquestra Copacabana.

OS QUE RECLAMAM

Foi entregue hoje, na Presidência do Conselho, uma exposição assinada pelo pessoal da ex-fábrica de fermentos da Companhia Industrial de Portugal de Colónias.

REGIONALISMO

A Casa do Algarve elegeu os seus novos corpos-gerentes, ficando a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal presididos, respectivamente, pelos srs. eng. Manuel Saude Lemos, dr. Amadeu Ferreira de Almeida e António Libanio Correia.

Exposição de plantas ornamentais na estação do Rossio

Constituiu um verdadeiro successo a exposição de plantas ornamentais que a C. P., de colaboração com o «Jardim Primavera», realizou no vestibulo inferior da estação do Rossio e que foi inaugurada há dias.

Pelo atrio da nossa primeira estação ferroviária têm passado milhares de pessoas, que não se cansam de admirar as plantas expostas e de elogiar a interessante iniciativa.

«DIARIO DE LISBOA»

A assembleia geral da Casa do Algarve, na sua ultima reunião, aprovou um voto de saudação ao «Diário de Lisboa», que nos foi comunicado e agradecemos.

Também a Sociedade Boa União nos comunica ter sido aprovado, na sua assembleia geral, um voto de saudação ao nosso jornal. Registamos, com os nossos agradecimentos.

Sorteio da Casa do Alentejo

O sorteio do automovel, promovido pela Casa do Alentejo, a favor da Casa de Saude do Alentejo, em Lisboa, realizou-se há dias, cabendo o prémio ao sr. José Jerónimo Faria, industrial do Porto, portador do bilhete 3924. O carro já foi entregue ao premiado.

Café Sabará

O populoso bairro de Algés, dada a iniciativa arrojada do sr. António Duarte Junior, acaba de ser enriquecido com um melhoramento que há muito se impunha. Há dias, na Rua Damião Gois, V. R. L., foi inaugurado um restaurante, café-«bar» e bilhares, que é um dos mais modernos estabelecimentos do seu género e que passa a denominar-se «Café Sabará». Quando da sua inauguração, fizeram uso da palavra várias pessoas, amigos do sr. António Duarte Junior, que puseram em relevo as qualidades de arrojo e bom-gosto do seu proprietário.

CONDES

2.ª SEMANA

A célebre
personagem
criada por

ALEXANDRE
DUMAS!

Um exclusivo de
FILMES CASTELLO LOPES
Uma produção da
COLUMBIA PICTURES



de um grande
filme de
amor e de
aventura!

com

Louis Hayward

e

Barbara
Britton

O REGRESSO DE MONTE CRISTO

CRISTAL

Bar-Dancing da Moda
TELEF. 29925

Grandioso êxito da parilha de baile francesa

MARC & SYLVIE

com um grandioso programa

ESTER de MURILLO

AMALIA GARCY

Conchita Breton

Musica alegre e constante pelas orquestras

CARAYANA e «THE ROYAL-JAZZ»

SAB DO

BAILE DE MÁSCARAS

Aos sábados e domingos

CHÃO DE CAFE

das 17,30 às 20 horas

RITZ CLUB

MAIS MODERNO E ELEGANTE DANCING-BAR
R. da Glória - Telef. 25140

O ESTROFOSO ÊXITO DAS MAIORES ATRACÇÕES DO MOMENTO
PERLA DE LEVANTE || LYDIA de SOTTOMAYOR

Escultural cancionista exótica

Gentil vedeta do baile espanhol

LOLITA SANCHEZ - MERCEDES ROMERO

CARLOTA MOHAGREB - HERMANAS DISDIER

E A FAMOSA
ORQUESTRA

ALMEIDA CRUZ

com a vocalista
Julieta Rodrigues



Sonata de Amor

filme inspirado nas melhores
obras musicais do Katn -
rine Hepburn e Paul Henreid

T. 27172-A's 21 e 30

«Matiné» diárias

EDEN

Telef. 20768
S 21,30

Carta
duma desconhecida
baseado na novela de Stefan
Zweig, com Joan Fontaine e
Louis Jourdan
«Matiné» diárias

TRINDADE

A's 21 e 30
Telef. 20000

O mais belo e emocionante
filme até hoje realizado

Libertação

(P. ISAN)

«Matiné» diárias

ODEON

As 21

PROGRAMA DUPLA

A Grande Aurora

com PIERINO GAMBIA

PALACIO

A's 21

Não há rapazes maus!

com Raúl de Carvalho
«Matiné» diárias

GINÁSIO

Telef. 20556
Hoje às 21 e 30

Cossacos
Contra Moscovo

com Irasema Dillán e
Amedeo Nazzari

«Matiné» diárias

TERRASSE

Telef. 20917 - A's 21 e 15

R.B.N. DOS BOQUES

Cruel é o meu destino

JARDIM CINEMA

Telef. 61465 - A's 21

A Última Jogada

AI VEM ELE

TIVOLI

S 21,30
Telefone 50595

3.ª semana
A Culpa é do Papá

Grandiosa comédia com Irene
Dunne e William Powell

«Matiné» diárias

Politeama

TELEFONE 26305
HOJE AS 21,30

2.ª semana triunfal do
filme português

UMA VIDA PARA OIS

com Virgílio Teixeira,
Leonor Maia e Almeida
Araújo

CONDES

AS 21,30
Telef. 22523

2.ª semana
O Regresso
de Monte Cristo

com Louis Hayward e Barbara
Britton

«Matiné» diárias

CAPITOLIO

Telef. 27493

Um êxito colossal
Tarzan
e as Sereias

com Johnny Weissmuller,
Brenda Joyce e a
Macaca Cheta

R E X

Telef. 9655
A's 21 e 15

As Mil Apoteoses de Ziegfeld

A Mulher que Mentiu

LIS

Telef. 48560
A's 21 e 15

A Filha do Lavrador

A Escada de Caracol

CASINO ESTORIL

A's 21 e 30

O Mensageiro do Céu

com Cary Grant

AMIGOS DE LISBOA

Amanhã, pelas 15 horas, o grupo «Amigos de Lisboa» efectua, sob a direcção do sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, uma visita de estudo à igreja de Nossa Senhora dos Mártires, no Chiado, estando patentes na ocasião uma exposição das suas alfaías e as salas das irmandades do Santíssimo Sacramento e de Santa Cecília, padroeira dos músicos.

BENEFICÊNCIA

Recebemos 20500 de M. M para o infeliz Manuel de Sousa, morador na Rua Antero do Quental, P.N., 3.º andar, na Amadora, a favor de quem fizemos há dias um justo apelo.

—De uma anónima, recebemos 50500 para os nossos pobres, em nome dos quais agradecemos.



LUSO

T. da Queimada n.º 8-A

— Telef. 32889 —

HOJE

NOITE POPULAR

Animador Filipe Pinto

Fados por Manuel dos Santos, Quinta Gomes, Alice Magina, Gabino Ferreira, Celeste Rodrigues, Brígida Silva e o «As» do Riso António dos Santos. Acompanhamentos por António Bessa e Miguel Ramos.

Amanhã: Grandiosa «matinée», com 20 — Fadistas — 20.

N. B. — A «Matinée» tem o seu início às 15 horas.

Terça-feira

AMALIA

(A ALMA DO FADO)

na FESTA ARTISTICA de

FILIPPE PINTO

VARIEDADES

Hoje em 2 sessões A's 20,30 e 22,45

Mais uma semana do êxito de gargalhada

Desculpa, ó Caetano!

com VASCO SANTANA, ALY RO PEREIRA, Elvira Voz e Barroso Lopes

Brevemente, a nova revista ORA AGORA

VIRAS TU!

Amanhã, «matinée» às 16 horas

OIÇA



EM

Rádio Peninsular

Domingos às 13,30 e 22,30
e quintas-feiras às 21 h.

PROGRAMA COM

Vasco Santana

AVENIDA

Telef. 27273
A's 20,45 e 22,45

Esplendoroso êxito da grande Companhia
Espanhola de Revistas

com a grande revista-fantasia

TAXI... AO AVENIDA!

com as melhores «estrelas», artistas
cômicos, cantores, bailarinas e «girls»
1000 Representações em Espanha

Amanhã, às 16 horas, 1.ª «matinée»

MARIA VITORIA

A's 20,30
e 22,45

Um êxito de gargalhada

Com a nova revista fantasia popular

O Pirata da Perna de Pau!

com Mirita Casimiro, Costinha, Teresa Gomes,
Luiza Durão, Eugénio Salvador à
frente dum variado elenco

com Carlos Leal no «compere»

e Fernanda Baptista em 2 fados

Amanhã, «matinée» às 16 horas

VA' AO APOLO

Todas as noites, às 20 e 45 e 22 e 45

A comédia para rir

O VIVO DEMONIO

com Laura Alves, Hortense Luz, Assis
Pacheco, igrejas Casiro e José Amaro

Amanhã, «matinée» às 16 horas

PELES

Casacos, Capas, Estolas, etc.

Peleiros estrangeiros, especializados

OFICINA PROPRIA

Aven. Defensores Chaves, 32, r/c., D.

TELEF. 70296



DE CARAS FEIAS
FAZER CARAS BONITAS

e de BONITAS mais BONITAS ainda
sem alterar a semelhança
eis o segredo da

FOTOGRAFIA ACHILLES

Av. Almirante Reis, 1 (próximo da Garage Lys)

OLIMPIA CLUB

- O mais animado -
dancing de Lisboa

UM GRANDIOSO E SENSACIONAL PROGRAMA DE ATRACÇÕES

Carmelita del Rio - Anita Pagan

O formidável Ballet Maravillas

Carmen Ubilla - Orquestra Olimpia

ARCADIA

O DANCING N.º 1
DA CAPITAL

APRESENTA UM CATEGORIZADO PROGRAMA DE VARIEDADES COM AS ATRACÇÕES

A's 5.ªs Feiras

BAILE

DE
MÁSCARAS

VIOLETA AND SPRING

ROSITA MONTANA - MARUJA HEARRO - MARUJA NAVAR. ETC

Carmelita de Cordoba, Mary-Meli, Carmen Egea, Blanca

Kunzer, Conchita Candil e Mabel Valencia

Musica constante pelas Orquestras

MARIO ROSSI E ARCADIA

com a vocalista
norte-americana DAINA

PRIMEIRA PARTE DE VARIEDADES
A's 0,15 h.

Aos domingos
das 17,30 às 20 h.

Chás-Dançantes

com todas
as atracções

Teatro Nacional D. Maria II

HOJE, às 21 e 30, grande êxito
da peça em 3 actos de Júlio Dantas

OUTONO EM FLOR

Formidável desempenho

Amanhã, última «matinée» - As
Avenuras do Capitão Bonifácio.

Leiam o jornal humorístico «Sempre Fixo»

As declarações do engenheiro Cunha Leal

(Continuação da 1.ª pag.)

uma fórmula de convívio dos elementos heterogêneos que as lutas impiedosas e estereis de dogmatismos irreduzíveis preferissem uma transigência honrada. Esta, porém, teria de assentar na revivescência das liberdades individuais, com as limitações impostas pelo grau de intervencionismo estatal que fosse considerado indispensável para a manutenção duma paz social não odiosamente compulsiva, resultando, sim, da satisfação ordeira de certo numero de aspirações das massas humanas deserdadas. Limitações, reduzidas ao mínimo, das liberdades para evitar lutas estereis e perigosas? De acordo. Supressão quase integral dessas liberdades, rotulada de condicionamento? Isso nunca, pelo menos com o acordo ou a complacência desses democratas, aliás propensos a fazer succeder o conceito da evolução ao mito da revolução.

«Pela acomodação dos comunistas nos arraiais da Oposição operou-se uma divisão entre os democratas portugueses»

Mas a acção persistente destes realistas, cujo programa não comportava nem deserções, nem traições, exercia-se num meio que ainda não chegara ao grau de maturidade política suficiente para compreender o rigor lógico do seu raciocínio. Eles preconizavam a organização de todos os democratas, com a redução, ao mínimo, das suas diferenciações políticas, como condição «*sine qua non*» para que fosse de consideração o seu peso na política nacional.

Ora os ataques ao seu patriótico objectivo surgiram dos dois campos adversos: do *situacionismo*, que, detentor do Poder Público, queria manter, à viva força, a intangibilidade do conceito totalitário do Partido Único e condenava à clandestinidade todas as tentativas para a gestão de Forças políticas ordeiras, mas discordantes do seu dogmatismo compulsivo; do sector da *Oposição*, que ainda teimava em ressuscitar velhos Partidos condenados pela sua acção no passado ou esgotados por ela ou em empolpar um organismo que, sem fundas raízes na nação, nem responsabilidades no passado, queria, no entanto, pelo emprego de uma hábil estratégia e tática, assombarcar, num salto, o futuro. Quero referir-me ao Partido Comunista.

Apercebendo-se, num relance, do estado de espírito dos democratas portugueses, os comunistas trataram de encorajar todas as tentativas de aglutinação oposicionista, ora aparecendo, às escancaras, como seus inspiradores, ora escondendo-se atrás de elementos um pouco menos rebarbativos do que eles. Na união antifascista, no movimento de unidade democrática e seus derivados, vemo-los assumir o papel de obreiros eficientes da organica oposicionista, de fabricantes de comissões, por eles controladas, e de autores do seu sistema de dependências e das regras da sua mecânica funcional.

Quando surgiam no seu campo de acção democratas mais avisados, que repeliem a ideia da colaboração com elementos para quem a palavra democracia tem o significado anti-democrático de regime totalitário, para quem estes conúbios políticos nada mais representam do que uma forma de introduzir dentro dos muros da cidadela do Estado o «*Cavalo de Troia*» do *bolchevismo*, para quem o conceito de lealdade é mero motivo de irrisão, então os bons comunistas portugueses, obedientes às directivas moscovitas, não tinham um momento de sossego enquanto não iniciavam contra tais importunos uma campanha de vagas insinuações ou de boatos desonrosos.

Mercê, pois deste expediente duma «*Frente Popular*», em época em que ele já era repudiado em todos os países estrangeiros, finalmente esclarecidos pela atitude anti-patriótica dos comunistas, quando não triunfantes, e pelas suas operações de «*desfenestração*» de Praga», quando alcandorados no Poder, os sovietistas nacionais lá iam singrando e arredondando as suas hostes.

Assim, pela acomodação do Partido Comunista dentro dos arraiais oposicionistas de Portugal, como pardal dentro dum ninho de andorinhas, operou-se uma divisão dos democratas, ficando: dum lado, os que, na sua clarividência, se resignam ao ostracismo e a uma atitude de expectativa pacífica, na esperança de que, um dia, o bom senso em todos os campos políticos venha a reclamar os seus direitos; do outro lado, os que, enredados e confundidos com comunistas, são por estes arrastados na sua sequência, embora, mais cedo ou mais tarde, hajam de arrepiar caminho.

Qual é, porém, o pensamento íntimo dos bolchevistas portugueses? Na realidade, eles não desejam uma transformação radical do re-

gime, desde que, na direcção política do Estado, não passem a dispor das principais alavancas de comando. Consideram que o divórcio operado entre a Situação e o povo se irá acentuando com o rodar dos tempos, de modo a fazer crescer a tensão geral, como a do vapor dentro duma caldeira sobreaquecida. Imaginam-se fogueiros com a missão de atizar o lume da fôrnia até que o manómetro indique perigo de rebentamento da caldeira, altura em que tratarão de pôr-se a coberto contra os efeitos da explosão para reaparecerem posteriormente e dominarem sobre os escombros. Mas, se surgem democratas a querer abrir, sem vulneração de princípios, a válvula de escape duma conciliação honrosa, os comunistas portugueses põem-se a gritar—ó da guarda!

Portanto, o lema do bolchevismo nacional é o seguinte: depois do regime em vigor, só há uma solução possível—a nossa. Ora acontece que, do outro lado da barricada, embora com intenções opostas, se proclama análogo postulado. Ainda recentemente, no discurso proferido no Porto, em 7 de Janeiro, pelo sr. dr. Oliveira Salazar, se divisam conceitos como os que, a seguir, se transcrevem:

«*De modo que o operariado não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos—comunismo e corporativismo: o primeiro com posição definida quanto aos meios de produção, quer esta se verifique mais conveniente, quer menos para a riqueza geral e para os mesmos trabalhadores; o segundo, livre de escolher os processos de maior rendimento colectivo e de maior benefício para o operariado;—o primeiro, obrigado por força da socialização a dirigir rigidamente a vida e a suprimir toda a liberdade; o segundo, assegurando, dentro do condicionalismo da produção, os interesses materiais e morais do trabalho e respeitando a liberdade do homem, do membro da família, do trabalhador, do cidadão; o comunismo criando a miragem de serem eles o Poder e o Estado; o corporativismo dando-lhes a realidade da sua participação no Estado e da sua solidariedade com todos os outros portugueses nos interesses da Nação.*»

Assim, pois, o dr. Oliveira Salazar—adoptando as claras a proposição oculta dos comunistas portugueses «ou a situação ou o comunismo», acena às suas hostes descontentes e desconcertadas com o papão dum inevitável cataclismo, no caso do enfraquecimento ou alteração do condicionalismo vigente. Ao tocar a rebate, procura excitar o instinto de conservação dos situacionistas e recorre a toda a sua argúcia e poder de dialéctica para os convencer da impossibilidade de evolução do sistema político, a que estão adstritos, no sentido de facilitar o convívio, dentro da lei dos contrastes, de todos os portugueses não civis de extremismo.

O Estado é uma instituição absolutamente necessária para a cooperação humana e progresso da civilização e, seja qual for a sua estrutura íntima, é sempre um aparelho de compulsão e coacção. Ora os dois polos opostos em matéria de arranjo do Estado não são, como parece sustentar o dr. Oliveira Salazar, o corporativismo e o comunismo, mas sim o liberalismo e o comunismo.

Ludwig von Mises, durante 20 anos professor de ciências económicas da Universidade de Viena e ensinando, desde 1934, no Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, autor da teoria austríaca do ciclo económico, define os dados daquele problema pela forma seguinte, no seu livro «*Omnipotência Governamental*»:

A doutrina essencial do liberalismo é que a cooperação social e a divisão do trabalho não podem alcançar-se a não ser no sistema da propriedade privada dos meios de produção, isto é, numa sociedade de mercado, no capitalismo. Os restantes princípios do liberalismo—democracia, liberdade pessoal do indivíduo, liberdade de palavra e imprensa, tolerância religiosa, paz entre nações—são consequências deste postulado básico. Não podem ser realizados a não ser dentro duma sociedade baseada na propriedade privada.

«O socialismo aspira a um sistema social baseado na propriedade pública dos meios de produção. Numa comunidade socialista todos os recursos materiais são propriedade do Governo que opera com eles, o que implica que o único patrão é o governo e ninguém pode consumir mais do que o determinado pelo governo... Desde o advento do bolchevismo russo, a maioria da gente distingue entre comunismo e socialismo. Mas essa diferenciação só se refere a tática política. Os comunistas e socialistas de hoje não divergem senão a respeito dos métodos a aplicar para a consecução de fins que lhes são comuns... Numa comunidade socialista não fica sítio para a liberdade».

E o grande campeão do liberalismo acrescenta a seguir:

«*Lançando um repto à ciência económica, a doutrina do moderno intervencionismo, doutrina muito popular, assevera que há um sistema de cooperação económica realizável como se fora uma forma permanente de organização económica que nem é o capitalismo, nem é o socialismo. Este terceiro sistema está concebido como uma ordem baseada na propriedade privada dos meios de produção, mas em que intervém o governo mediante ordens e proibições no exercício dos direitos de propriedade. Afirma-se que o sistema do intervencionismo está tão longe do socialismo como do capitalismo e que, conservando as vantagens*

de ambos, ilude os inconvenientes inerentes a cada um deles. Tais são as pretensões do intervencionismo como o propugnam a antiga escola alemã do estatismo, os institucionalistas norte-americanos e muitos grupos de outros países. O intervencionismo praticam-no quase todos os governos contemporâneos... Os exemplos mais frisantes da política intervencionista são a Sozialpolitik da Alemanha imperial e o New-Deal dos Estados Unidos de hoje».

«Entre a economia do mercado e o socialismo não existe, porém, terceiro sistema... Os que propugnam o intervencionismo porque querem sabotar o capitalismo e chegar deste modo ao socialismo são, pelo menos, consequentes».

A pesar de Portugal não intervir na guerra, o Governo não conseguiu que o acréscimo dos salários acompanhasse o aumento do custo da vida

A transcrição foi longa, mas talvez não tenha sido inútil para melhor nos apercebermos do alcance das palavras do dr. Oliveira Salazar.

O chefe incontestado da Situação, ao integrar-se dentro da corrente intervencionista, dá, pois, como praticamente liquidado o papel histórico do liberalismo, isto é, do capitalismo, e resigna-se à ideia da realização do socialismo, a longo prazo. Para um doutrinário, como Ludwig von Mises, o seu corporativismo, as restantes modalidades de intervencionismo, o socialismo e o comunismo, apesar das suas divergências formais e metodológicas, confundem-se na sua finalidade longínqua e não são, teoricamente, distintos.

Podemos, de facto, admitir que muitos políticos estabeleçam esta proposição: as nações caminham, irresistivelmente, para o socialismo, isto é, para o sistema da propriedade pública dos meios de produção, de modo que os seus regimes políticos se distinguem apenas pela velocidade que imprimem ao fenómeno da socialização e pela trajectória escolhida para se atingir o objectivo visado. Mas, até mesmo admitida essa hipótese, porque é que se há-de reduzir a selecção das formas de governo a estes dois termos—corporativismo ou comunismo—, como faz o dr. Oliveira Salazar, eliminando para tanto, o socialismo e outras modalidades do intervencionismo, «*verbi gratia*» a Sozialpolitik e o New-Deal, este ultimo rejuvenescido pela retumbante e inesperada vitória de Truman?

E' certo que o dr. Oliveira Salazar tenta explicar a eliminação da solução socialista do quadro das possibilidades com o argumento falacioso de que apenas em Inglaterra o socialismo de após-guerra não está em crise. Simplesmente, esquece-se de que este eclipse parcial do socialismo se verifica apenas nalguns países profundamente atingidos pelo fenómeno da guerra, debatendo-se com a miséria e com as convulsões epileptoides da reconstrução, preferindo, portanto, momentaneamente, às soluções mais pausadas, mais evolutivas, que o socialismo preconiza, o terramoto brutal a que visa a tática comunista. Mas, no dia de amanhã, quando as sociedades se aproximarem mais da normalidade, aquele eclipse tenderá, forçosamente, a desaparecer, os factos sociais agrupar-se-ão segundo nova hierarquia e resurgirá, talvez com redobrado vigor, a popularidade do socialismo.

E porque, dentro ainda do conceito fatalista da morte do capitalismo, reduzir todo o esquema do intervencionismo ao modelo unico do corporativismo? Porventura, aspira o dr. Oliveira Salazar a que o seu corporativismo varia do campo ideológico todas as outras modalidades do intervencionismo, talvez porque ele tenha dado ao povo português um grau de prosperidade superior ao que, por exemplo, o New-Deal deu ao povo americano, sob a impulsão de Roosevelt e agora de Truman?

Basta de ironias, que o caso é sério! Somos pequenos demais para que os outros atentem, demoradamente, em nós! Mas se, apesar disso, as outras colectividades humanas, aprofundando o estudo do fenómeno português, reflectirem em que, não tendo Portugal entrado na guerra e tendo podido inverter, enquanto ela durou, o sentido deficitário da sua balança comercial, não conseguiu, apesar disso, que o acréscimo dos salários acompanhasse o aumento do custo de vida, donde o abaixamento sensível do nível de vida das classes trabalhadoras, então não se tornará muito grande o poder de sugestão e aliciação do nosso corporativismo, aliás, um corporativismo falseado na sua essência, como brilhantemente o demonstrou António Sérgio. O operariado português estará, neste momento, em condições relativamente melhores do que a França? Ora o milagre! Milagre seria se o não estivesse!

Ao formular o dilema «corporativismo ou comunismo», o dr. Oliveira Salazar—repto—quis apenas assustar aqueles elementos burgueses que hesitam em continuar a dar o seu apoio à Situação e, para tanto, lhes acenou com o papão de um comunismo mais duro do que ele nas suas artes expropriadoras.

Acontece, porém, que estas táticas oportunistas, às vezes, têm o mérito ou o desmérito de criar o perigo que começaram por inventar. Por outro lado, colaboram com o dr. Oliveira Salazar aqueles democratas que, na ansia de derrubá-lo, não se importariam de aliar-se com o próprio Diabo, quanto mais com os comunistas!

E aqueles outros democratas de bom senso, que repelem, simultaneamente, a tática de

alianças ou (com a Situação para a destruição do comunismo, com sacrifício dos seus princípios basilares, ou com o comunismo para o ataque à Situação, repetem de si para consigo, melancolicamente, a frase dum alto espírito peninsular:

«*Estamos entalados entre os doidos da extrema-direita e os da extrema-esquerda e somos maltratados, qualquer que seja, dentre estes dois bandos, o triunfador. E o pior é que nos julgamos com mais juízo do que eles quando, se tivéssemos verdadeiro juízo, endoi-decíamos, com um dos grupos!*»

As reflexões anteriores obrigam-me a situar, nesta altura, o problema da liberdade, somatório das liberdades individuais—problema tão decantado pelas oposições, que sentem, dolorosamente, os efeitos da sua privação, e tão desdenhado pelos situacionistas, que disputam liberdades à farta. Na realidade, a sociedade portuguesa está dividida em dois grupos—partidários e adversários da Situação—que, colocados na mesma posição jurídica perante aquele problema basilar, estão, na prática, em posições diametralmente opostas, como se, de facto, houvéramos regressado aos tempos medievais da personalidade das leis, posto de banda, como trapo velho, o conceito da sua territorialidade.

Nunca os portugueses gozaram de tanta liberdade como agora—conclamam os situacionistas—e é verdade no que a eles se refere. Nunca os portugueses sofreram tão violentas privações de liberdade—bradam os opositores—e é igualmente verdade quando o caso se encara em relação a este sector. Uns e outros enunciam, pois, um aspecto parcelar da realidade, mas afasta-se dela quem, como o dr. Oliveira Salazar, afirma:

«*A generalidade dos portugueses não teve nunca tanta liberdade como no actual regime, porque nos limites em que se concede é igual para todos e efectivamente garantida.*»

A liberdade de reunião está sujeita, no seu exercício, à aprovação da autoridade competente, mas esta concede-se sempre aos partidários e recusa-se, normalmente, aos adversários. A expressão do pensamento está sujeita a censura prévia, mas os censores, consentem as mais virulentas manifestações de aplauso ou de combate e tolgem aos discedentes as mais modestas manifestações de oposição. A liberdade de associação é condicionada pelas autoridades em termos de ser ilimitada para os sequeiros do Poder e nula para os que não aprovam a sua forma de arranjo e exercício, como, de resto, é lógico em regime de Partido Único. E o mesmo poderíamos repetir a respeito de todas as restantes liberdades parcelares. A igualdade teórica dos cidadãos perante a lei traduz-se assim, como eu atrás esbocei e ao contrário do que afirmou o dr. Oliveira Salazar, numa desigualdade prática.

No centro deste debate sobre liberdade está, pois, a forma e o grau do seu condicionamento. O dr. Oliveira Salazar enuncia o problema da maneira seguinte (discurso de 7 de janeiro de 1949):

«*As liberdades que mais interessam à vida pública são a liberdade de imprensa, de reunião e de associação. Estão inscritas na Constituição em termos correntes (sic), mas o seu exercício está sujeito a condicionamentos que na prática limitam o seu campo de utilização. Isto faz crer a alguns que não há liberdade em Portugal.*»

«*O exercício real das liberdades públicas como o funcionamento normal das instituições pressupõem um nível de educação cívica, um espírito de tolerância, uma noção de responsabilidade e um sentido de justiça que não se equivalem em todos os países. A liberdade não se mede pelos textos, mas pelos costumes.*»

Com a devida vénia, não nos parece que fique assim correctamente posto o problema de que nos vimos ocupando. As liberdades referidas pelo dr. Oliveira Salazar representam, de facto, um atributo inerente à dignidade individual. Mas essas liberdades não podem ser ilimitadas. Mesmo em plena vigência do liberalismo, as liberdades de cada um são limitadas pelo respeito que é devido às liberdades dos outros e é garantido pela coacção estatal. Desde que se pratique uma política intervencionista, cresce, logicamente, o condicionamento das liberdades, isto é, a sua restrição: o maior ou menor grau de dirigismo económico de que se arroge o Estado é, pois, a variável mais importante de que é função este condicionamento, sendo a variável secundária o maior ou menor grau de educação popular.

Olvidando a primeira destas duas variáveis,

(Continua na página seguinte)

FUNGOCITE

Preservativo de madeiras, lonas, etc., contra todos os ataques de micro-organismos ANIMAIS (termite, ou formiga branca, carunchos, etc.).

e VEGETAIS (fungos, etc.).
PODE ser utilizado para combater a doença em obras já atacadas

Nas cores: Verde, Incolor e Castanha
A VENDA NAS BOAS DROGARIAS

Agentes Geraes para o Império Português

MARIO COSTA & C. LTD.

PORTO — Rua do Almada, 30. 1.ª

LISBOA — Rua Ferregial de Baixo, 31. 1.ª

Telef. 23571

Telef. 24343

SEQUEIRA & SEQUEIRA
PASTELARIA
SALÃO DE CHÁ
Lunchs para casamentos
AV. DA REPUBLICA, 11-A
Tel. 40749

As declarações do engenheiro Cunha Leal

(Continuação da página anterior)

o dr. Oliveira Salazar faz a amputação de um dos dados fundamentais do problema e, em vez de esclarecê-lo, enreda-o.

Em pleno regime comunista—limite para o qual tende, irresistivelmente, o intervencionismo é difícil de conceber a existência das liberdades individuais. Abordando este assunto no seu livro já citado, assim se lhe refere Ludwig von Mises:

«O amor dos marxistas pelas instituições democráticas não é mais que um estratagemma, um piedoso subterfúgio para enganar as massas. Numa comunidade socialista não há lugar para a liberdade. Onde o Governo é dono de todas as tipografias e jornais não pode haver liberdade de imprensa. Onde o único patrão é o governo, que designa a cada um a tarefa a realizar, não pode haver liberdade para escolher uma profissão ou um ofício. Onde o governo tem poder para fixar o lugar em que cada um há-de trabalhar não pode haver liberdade de eleição do domicílio. Onde o governo é dono de todas as bibliotecas, arquivos e laboratórios e tem o direito de nos dizer onde não podemos continuar os nossos estudos não pode haver liberdade de investigação científica. Onde o governo determina quem há-de criar as obras de arte não pode haver liberdade na arte e na literatura. Igualmente, não pode haver liberdade de consciência ou de palavra onde o governo tem poder para trasladar qualquer adversário para um clima prejudicial à sua saúde ou para impor-lhe obrigações para as quais não tem forças e que o destroçam física e intelectualmente. Numa comunidade socialista o cidadão individual não pode ter mais liberdade do que um soldado num exército ou um asilado num asilo».

Admitindo, por conseguinte, que findou já, irremediavelmente, a era do capitalismo e que, embora se evite o catolicismo sonhado pelos comunistas, o intervencionismo ou o socialismo democrático irão provocando o empolamento gradual e progressivo do sector socializado da riqueza até se chegar à integral comunização da propriedade, segue-se que o condicionamento das liberdades se irá intensificando cada vez mais até se desembocar por fim no beco sem saída da privação de todas elas. Esta negra perspectiva ensombra os horizontes espirituais de quantos, amando a justiça social e supondo o capitalismo incapacitado para a realizar, prevêem que a obtenção de tão nobre objectivo haia de acarretar a aniquilação espiritual dos indivíduos, a sua redução a um tipo único, com a consequência lógica da estagnação do progresso ou, pelo menos, do seu entorpecimento. Esses tais aspiram, messianicamente, a que novos factores, surgidos no futuro, permitam meter dentro do mesmo saco dois proveitos antagonistas.

Deixemos, porém, a cada época histórica os seus cuidados. Os que, no momento actual, repelem a solução castrófica do comunismo, mas aceitam, como um dogma, a marcha irresistível da civilização no sentido da socialização integral, compreendem, com pesar, que não se possa fugir à necessidade de um condicionamento das liberdades tão queridas pelo homem normal. Mas já não é de admitir por ninguém bem intencionado que, como no caso português, a um grau incipiente de socialização corresponda uma privação de liberdades e isto a pretexto da segunda variável do condicionamento o grau pretensamente inferior de educação do povo português.

A tutela exercida pelas autoridades sobre o povo português no tocante ao uso de direitos inerentes à essência dos seres humanos é nem mais, nem menos do que a forma capciosa, que a situação descobriu para outorgar, em princípio, liberdades, que, na prática, recusa, em épocas normais e só em duas fases excepcionais concedeu e, ainda assim, com mitigações que tiraram a essa concessão toda a generosidade e alcance.

Eu sei que, como contrapartida dessa negação de direitos quase divinos do homem, se citam benefícios de ordem material que se lhe seriam conferidos. Mais adiante se fará o rápido bosquejo desse activo materialista da situação. Nesta altura, apenas quero pôr em relevo que, mesmo quando fosse amplamente volumoso este crédito da situação, ainda assim não teria sido feito a felicidade do povo português. Há privações morais tão lancinantes como as privações materiais mais duras. O homem não pode viver sem pão, mas «nem só de pão vive o homem», segundo uma velha constatação da «Sabedoria das Nações». Provoque-se embora a elevação do nível de vida de um povo—e veremos que entre nós se não verifica tal hipótese—e nem por isso esse povo deixará de considerar-se desgraçado.

A' Oposição conviria apresentar um candidato que reunisse os votos de todos aqueles que aspiram a uma evolução no sentido da Democracia

Outro aspecto deste problema foi ainda focado pelo dr. Oliveira Salazar. Quero referir-me ao facto de, em tempos, haver em Portugal concessão jurídica de liberdades e, não obstante isso, ser, frequentemente recusado o seu exercício efectivo ao sector oposicionista de então.

Estamos de acordo. Mas foi precisamente contra esse facto que se insurgiram certos homens—eu, entre eles, enquanto multissimos situacionistas de hoje, amezendados nos seus lu-

gares, esperavam, comodamente, o advento da sua hora. Os protestos desses recalcitrantes é que tornaram possível a reacção do «28 de Maio», posteriormente desviada dos seus intuitos nacionais pela acção subterrânea dos emboscados de antanho. O ataque às violências do passado visava a conseguir, por igual, liberdade para todos—governamentais e oposicionistas—e a pôr termo ao regime, de facto, do Partido Único. O Exército não pegou em armas em 28 de Maio de 1926 para que a não-liberdade, de facto, das oposições se transmudasse em não-liberdade, de jure, para que o Partido Único, de facto, tivesse como sucedâneo o Partido Único, de jure.

Acusa-se a oposição actual de só cantar o fadinho da liberdade. E' certo que se verifica esta predilecção e não é menos certo que talvez a Oposição não o tenha sabido cantar bem. Mas não reste dúvida de que há razão para a insistência no tema: é que o fado da liberdade está mais no espírito e no coração do povo português do que o fado que só cantar-se no sector governamental.

A aproximação do fenómeno da eleição presidencial forneceu, mais uma vez, aos nossos comunistas a oportunidade para um reganho de força e um crescimento de infiltração e ao dr. Oliveira Salazar novo ensejo para a exibição de um espantão, que promete transformar-se em realidade.

O que é que conviria aos elementos penderados da Oposição, em tal emergência? Opor ao candidato governamental, que se previa ser o marechal Carmona e, menos talvez por predisposição pessoal que por virtude da posição adquirida, está destinado a servir os interesses da extrema-direita situacionista, um candidato susceptível de reunir os votos de todos quantos, dentro ou fora da situação, aspiram a fazer evoluir esta em sentido democrático, sem vulnerações da ordem pública e de acordo com as exigências duma posição atlântica, que, imperativamente, nos indica o sentido das nossas alianças externas. Em suma, conviria, a bem do interesse nacional, apresentar à nação um candidato, que, pelo seu passado e pelo programa a exibir, pudesse dividir a situação e unir todos os sectores de oposição, excluída a excrecência indesejável do comunismo.

Quando entre as pessoas responsáveis da Oposição se trocavam as primeiras impressões a tal respeito, a quase um ano de distância da eleição, os comunistas, segundo o seu método habitual, resolveram servir-se dos seus aliados no campo democrático para precipitar demagogicamente, o problema e levar a água ao seu moinho. Com surpresa geral, um grupo de que eles, ostensivamente, faziam parte, dirige ao general Norton de Matos um convite para apresentar a sua candidatura.

Sabiam os comunistas, sabiam todos os democratas que o sentimento oposicionista do País é tão vivo que o primeiro nome do candidato oposicionista, que fosse apontado, seria recebido com tanta avidez como a areia escaldante do deserto recebe a água da chuva. Assim aconteceu com efeito. E, para que se tornasse evidente a intromissão do comunismo no fenómeno da candidatura da primeira trindade de propagandistas desta fazia parte o falecido professor Bento Caraga.

Se na disputa em curso estão em causa não duas pessoas mas dois regimes, oxalá triunfe um regime autenticamente democrático

Não tenho hoje nenhum acinte pessoal contra o general Norton de Matos. Disse, em tempos, o que pensava dele e não enjeito nenhuma das minhas afirmações, por isso que ainda hoje as acho justas. Suponho que não o ofendo pelo facto de dizer que o seu temperamento autoerótico o não capacita para representar a corrente democrática, de modo que na sua escolha só talvez os comunistas tenham razão. Mas calar-me-ia se a candidatura Norton de Matos, com o significado que lhe emprestaram as afirmações do seu primeiro manifesto e a co-actuação comunista, logo preciosamente aprovada nos aresais situacionistas, não viesse estragar, talvez, uma oportunidade política, que o dr. Oliveira Salazar já anunciou não dever repetir-se.

Essa oportunidade era não a de se efectivar um golpe de Estado constitucional, segundo a frase do chefe do Governo, mas sim a de fazer prevalecer o espírito de concordia e unidade nacional sobre o espírito de luta, odio e retaliações, era a de se poder fazer face a uma situação económica e internacional difícil, com a boa-vontade e o esforço intemerato e persistente de um agregado nacional consciente dos seus destinos e, enfim, reconciliado.

Mas nem o general Norton de Matos e os inspiradores da sua candidatura, nem o dr. Oliveira Salazar assim o permitiram. Este anunciou que, na disputa em curso, não estavam em causa pessoas, mas sim regimes. E, sendo assim, oxalá triunfe um regime autenticamente democrático.

Deus faça que os homens escrevam direito por linhas tortas! Quem sabe? Este mundo é um mundo de paradoxos...

E aqui se situam, naturalmente, algumas reflexões sobre a afirmação, já enunciada, do dr. Oliveira Salazar de que «deverá ser esta a última vez em que é tecnicamente possível um golpe de Estado constitucional». Se assim for, ter-se-á perdido muito mais do que, à primeira vista, poderia calcular-se com a táctica capciosamente imposta às oposições pelo mais agitado e desleal dos seus sectores, com a política

do «facto consumado» no tocante à escolha do candidato anti-governamental. E' verdade que, em contrapartida, alguma coisa se ganhou: a clara, a iniludível revelação de que o País já não suporta o regime vigente.

Podem os chefes situacionistas, com toda a sinceridade ou com postiga convicção, apodar o povo de injusto, podem propor-se continuar a fazer-lhe engulir, a viva-força, a felicidade com que pretendem ingurgitá-lo. Nos diálogos íntimos com a sua consciência ou nas explosões subitas do seu subconsciente, uma dúvida corrosiva deve surgir a atormentar os mais sinceros dentre os situacionistas. O regime derivado da corruptela do «28 de Maio» eles próprios o deverão olhar como quisto enraizado no corpo nacional.

Mas como é que o dr. Oliveira Salazar se propõe impedir, no futuro, a possibilidade técnica de novos golpes de Estado constitucionais? O dr. Pinto Barreira, em entrevista concedida ao «Diário de Lisboa», reduz a três as hipóteses previsíveis:

1) a proclamação da monarquia, que resolveria, de facto, o problema no que se refere à chefia do Estado, mas não no tocante à susceptibilidade de eleição de um Poder Legislativo capaz de alterar, fundamente, a mecânica constitucional situacionista;

2) a transformação duma Constituição semirígida em Constituição rígida, inalterável, desafiando olímpicamente os assaltos do tempo e das ideias, o que representaria um absurdo repugnante para a consciência nacional e internacional;

3) a modificação da Constituição no sentido de se suprimir o apelo ao eleitorado de tipo individualista para a escolha de legisladores e chefes do Estado, passando a dar-se uns tantos passos em frente para se tornar mais acentuado o nosso corporativismo, por isso que aos seus órgãos constitutivos ficaria exclusivamente reservada a função eleitoral.

Pelas razões aduzidas na enumeração anterior, inclino-me para a última hipótese. De resto, parecem confirmar este meu asserto os seguintes parágrafos do discurso eleitoral do dr. Oliveira Salazar, de 7 de Janeiro do ano corrente:

«Os que, tendo servido nas organizações políticas do passado, têm persistido em não dar ao País a sua colaboração de homens públicos através da actual situação política, só pensam no retorno à livre organização dos partidos; e não há dúvida de que o excessivo recurso ao eleitorado de tipo individualista lhes permite alimentar a esperança de regressão (sic). Mas não há também dúvida de que por tal caminho se assistiria de novo à agitação e fragmentação partidária, à mesma desordem parlamentar, à mesma instabilidade governamental, à mesma impotência constitucional ou efectiva do chefe do Estado. E esta seria ainda a melhor hipótese.

«Não, o regime não tem de destruir-se; tem de competir a sua evolução. Não tem de admitir ou exortar na sua estrutura os princípios contrários, mas de envolver a aplicação dos próprios. E, não devendo ser precipitada, essa evolução terá de realizar-se sem paragens e hesitações».

O aparente mistério da declaração do dr. Oliveira Salazar parece-me, a luz desta transcrição, suficientemente esclarecido. O chefe do Governo projecta uma transfiguração constitucional visando a supressão da Assembleia eleita por sufrágio universal e a atribuição de faculdades legislativas a uma Câmara Corporativa refundada, que deixaria de ser, como na mecânica constitucional vigente, um simples órgão técnico de consulta. Mas para se operar essa remodelação sem ser por um golpe de Estado francamente inconstitucional, seria necessário, ainda este ano, recorrer, pela última vez, a eleições de tipo individualista para a formação de uma Assembleia Legislativa com poderes constituintes. Pois ficamos desde já sabendo que não podemos contar nesse ensejo com as esquerdas liberdades que o Governo agora houve por bem conceder-nos, não porque isso fosse um direito nosso, mas sim como um graco o favor seu! Ao que parece, os favores acabaram-se: esgotou-se a munificência do dador.

Outra ilação pode ainda extrair-se das palavras do dr. Oliveira Salazar acima transcritas: a de que Sua Ex.ª conta antecipadamente, como se fora certeza insusceptível de discussão, com a aprovação dos legisladores para os seus planos constitucionais, apesar de só agora ter sido feita a sua revelação e, ainda assim, tão «bílina» que parece saída de um novo oráculo de Delfos. Isto põe em relevo as excelências do Partido Único. O que nos força a examinar se aos interesses gerais de um país convém mais o sistema do Partido Único ou o da pluralidade dos Partidos políticos.

O partido unico como sistema político equivale a um artifício político

No seu discurso supra-citado, o dr. Oliveira Salazar fez a condenação do regime dos Partidos nos seguintes termos:

«Teoricamente os programas partidários subentendem-se como conjuntos de soluções para problemas concretos nacionais. Isto quer dizer: «o partido ao serviço da Nação». Sendo assim, conhecer-se-iam através das formações de partidos as correntes de ideias ou sentimentos que atravessam a alma da Nação, a força das suas aspirações, a importância das suas necessidades. Isto é a teoria.

ENGOMADORIA NACIONAL
Tinge, limpa, lava, engoma e impermeabiliza qualquer peça de vestuário. L. Rafael Bordalo Pinheiro, 1 (ao Carmo), Tel. 28320.

«Na prática verifica-se o seguinte. Em numerosos países e em Portugal sem dúvida, a noção, o espírito, a finalidade dos partidos corromperam-se e as agremiações partidárias converteram-se em clientelas sucessivas ou conjuntamente alimentadas pelo Tesouro».

E, mais adiante, insinuando, acrescenta: «O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas de governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, se não impede completamente a utilização dos valores nacionais para o bem comum. Este aspecto é para mim dos mais graves».

Claro está que no regime do Partido Único desaparecem todos estes inconvenientes, não há clientelas a alimentar à custa do Tesouro público e os governos duram e podem abalancar-se, comodamente, à realização duma tarefa útil para o bem comum, com o pleno e desinteressado concurso da quase totalidade dos valores nacionais!

Eis o modo como no campo situacionista se encara, oficialmente, esta grave questão...

Façamos a tal respeito algumas considerações, que não se nos afiguram inteiramente descabidas.

A existência de um Partido Único deveria corresponder à perenidade de uma opinião nacional unânime sobre os problemas concretos da grel, quer os de ordem material, quer os de ordem intelectual e moral. Não existindo essa uniformidade, o Partido Único, como sistema político, nada mais significará do que um artifício governativo, imposto sob coacção. Ocorre, por consequência, perguntar: Será, de facto, possível a permanente redução de ideias, aspirações e sentimentos colectivos a um tipo único? E, sendo possível, será desejável? Eis a questão.

A história ensina-nos que, só em circunstâncias excepcionais, mas, se consegue operar essa convergência de opiniões normalmente dispares e, ainda assim, pelo eclipse do que é secundário em proveito do que é fundamental. Por exemplo, a resistência a um invasor determina-as às vezes, que não sempre. O caso recente da França é bem elucidativo a tal respeito. Na fase da invasão germanica, enquanto os russos se entendam com os alemães, o grupo comunista sabotou, torpemente, a defesa do solo pátrio. Mas, quando Hitler, por mal dos seus muitos pecados, mandou invadir a Rússia, logo os comunistas franceses deram as mãos a todos os outros resistentes e se bateram com incontestável bravura contra a ocupação teutónica. Em tais casos, o unanimismo nacional, excepção feita das contradicções dos fanatismos internacionalistas, resultou da exaltação dos mais puros e nobres sentimentos numa aglomeração humana: são, por assim dizer, fogachos abrasadores, que têm a curta duração das suas causas determinantes.

Outras vezes, são baixos apetites materiais que originam, se não o unanimismo nacional, ao menos a adesão de grandes sectores populacionais. Foi o que se verificou com a Alemanha de Hitler e um pouco ainda com a Itália de Mussolini. Nações que realizaram a sua unidade política num passado recente, quando a partilha da terra se havia já operado a favor de outros Estados mais antigos, submeteram-se a chefes que tentaram provocar «manu militari» nova repartição do globo, de que elas fossem agora beneficiárias. Estas empresas bélicas exigiam uma estrita disciplina e a transformação dessas nações em grandes casernas. O Partido Único representava, afinal de contas, nesses casos, uma forma particular de mobilização dos respectivos povos para a guerra.

Mas, se um povo pacífico atingiu os limites das suas possibilidades de expansão e se não está em riscos de ser atacado e invadido, o que é que lhe pode servir de incentivo para pôr de banda divergências fundamentais de pontos de vista, inerentes à própria constituição orgânica e animica dos homens e para aderir em massa a uma formação política com foros de exclusividade por determinação legal? Entre os partidos é de uso, em momentos particularmente graves da vida colectiva, realizar-se uma união nacional, com a certeza de que cada um deles continua fiel à essência dos seus programas próprios e de que todos se aproximam com o fito de levar a cabo uma tarefa comum e limitada. Mas uma união nacional «ad perpetuum» só se compreenderia com o desaparecimento de todas as divergências espirituais entre os homens, e isso vimos já que seria tão antinatural como se eles nascessem todos fisicamente iguais.

Mas, ainda quando, por absurdo, se admitisse a reductibilidade da alma humana a um tipo único, seria isso desejável? Um fenómeno desta categoria equivaleria ao abaixamento a zero da entropia espiritual da espécie. São as divergências de ideias, sentimentos e aspirações que originam a formação das grandes e vivificadoras correntes espirituais. Um mundo de concepções uniformes seria um mundo espiritualmente envelhecido e prestes a morrer.

Como é que se monta, porém, nos regimes anti-democráticos o artifício do Partido Único? Começa-se por decretar a excomunhão de todos quantos não queiram submeter-se ao dogma do unanimismo ideológico, de modo que, verificado o empolamento gradual e progressivo destes não-conformistas, os supranacionalistas, reduzidos a infima minoria, passam a considerar como anti-nação a maior parte dos seus concidadãos, o que constitui um flagrante absurdo intelectual. Depois, provoca-se deliberadamente o desencadeamento de apetites materiais e esconde-se sob a capa dos princípios uma rendo a acomodação com o Poder; o Partido

(Continua na página seguinte)

As declarações do engenheiro Cunha Leal

(Continuação da página anterior)

Unico vai assim tomando a feição duma clientela bem remunerada.

Mas, apesar disso, permanecem irreduzíveis as diferenciações espirituais dos seus aderentes. E assim o dr. Mário de Figueiredo, homem simpático e inteligente, podia, um dia, asseverar-me, com certa lógica, que a actual Assembleia Legislativa era mais difícil de manejar do que os antigos Paramentos da democracia, porquanto os Partidos, sequer ao menos, podiam apelar para a disciplina dos seus componentes, ao passo que no regime do Partido Unico não tinha cabimento tal invocação. O que, portanto, em certos momentos provoca o cerrar das fileiras dos seus membros, concluiu eu, só pode ser o temor de que se esbarre em uma mecânica constitucional, em que lhes estão reservados todos os lugares e, o que mais é, todos os favores.

Admitindo que a diferenciação partidária oferece os seus inconvenientes, temos de aceitá-la reduzindo-lhe ao mínimo os inconvenientes

E', portanto, de concluir que, ainda quando a diferenciação partidária tivesse seus inconvenientes—que os tem—teríamos que aceitá-la como uma fatalidade da natureza humana e procurar, na prática, reduzir ao mínimo esses inconvenientes.

O receituário para os males do partidarismo, apreçados pelo dr. Oliveira Salazar, é essencialmente redutível a dois remédios: a adopção de uma mecânica constitucional democrática em que seja quase absoluta a divisão dos Poderes e não se coloque o Poder Executivo na dependência do Poder Legislativo; e a escolha de uma lei eleitoral, que, sem vulneração do princípio basilar da representação, tenda a amplificar a importância numérica parlamentar dos Partidos mais fortes e a evitar a excessiva pulverização das forças parlamentares.

Sou em crer que o regime político presidencialista, nos moldes do que vigora nos Estados Unidos da América do Norte, é dos tipos de organização estatal democrática o mais apropriado para se atingir o objectivo de um Poder Executivo forte, sem se cair na arbitrariedade das ditaduras, geradoras, por carência de eficaz fiscalização parlamentar, do apodrecimento moral do aparelho burocrático do Estado. A falta de uma maioria parlamentar com força suficiente para apoiar o pensamento político dos governos pela votação duma legislação adequada pode—é certo—embaraçar, consideravelmente, a acção destes, mas nunca chega ao ponto de a paralisar. A impossibilidade de derubar governos por moções de desconfiança tira aos choques dos partidos o alcance e a importância que lhes confere o regime parlamentarista propriamente dito. Afinal de contas, as críticas do dr. Oliveira Salazar têm mais razão de ser quando se referem a uma das duas modalidades de arranjo da democracia do que propriamente ao regime dos partidos. A pontaria do dr. Oliveira Salazar não foi neste caso maravilhosa: Sua Ex.^a errou o alvo.

Por outro lado, como acima fica dito, ainda é preciso saber escolher um sistema eleitoral adequado. Em teoria, aquele que é susceptível de provocar uma mais fotográfica representação da vontade do País é o *proporcional*. Simplesmente, a sua adopção pode conduzir a excessiva e perigosa fragmentação dos Corpos Legislativos. Suponho que o regime dos círculos uninominais, com a eleição realizada num único turno, é aquele que permite o acréscimo da importância dos partidos mais potentes, em detrimento dos mais fracos, com ligeira entorse ao princípio puro da representação, mas com a possibilidade da criação de maiorias mais estáveis. E' o sistema em vigor na Inglaterra, onde tem funcionado de modo a prestigiar o regime representativo. O sistema de círculos mais amplos elegendo uns tantos deputados pela maioria e outros, em menor quantidade, pela minoria, já visa, pelo contrário, a garantir mais eficazmente os direitos da última do que a estabilidade governativa. O sistema do círculo único, com uma só lista, esse é absolutamente indefensável, á luz da experiência contemporânea.

Reduzam-se, pois, ao mínimo as desvantagens do fraccionamento partidário, mas não se pense em curar o mal pela raiz, fazendo gerar, com o expediente tirânico do Partido Unico, outros males bem mais graves do que aquele. Porque, ás vezes, «a emenda é pior que o soneto».

Reconheço que foi bem maior que no pasado anterior a 28 de Maio a velocidade da realização das obras publicas e que algumas têm incontestável utilidade nacional

Mas os corifeus da Situação insistem, preferencialmente, sobre a sua política de realizações materiais e perguntam-nos se somos cegos para não a ver ou se somos hipócritas para fingir ignorá-la. E, como ser franco e leal é o primeiro dever de um homem publico, aqui fica consignada, sem ambages, a minha resposta: reconheço que foi bem maior que no pasado, anterior a 28 de Maio de 1926, a velocidade das realizações de obras publicas no País e que algumas delas têm incontestável utilidade nacional.

Em todo o caso, quem atentar na relativa esterilidade da obra de fomento da Republica no período decorrente entre 5 de Outubro de 1910 e 28 de Maio de 1926, deve, se for justo, reconhecer-lhe as seguintes atenuantes:

1) Entre a proclamação da Republica e o advento da primeira guerra mundial, o nosso regime viu-se a braços com insistentes reacções dos partidários da monarquia, que perturbaram a administração publica e a impediram de ser eficiente.

2) Com a eclosão da guerra de 1914/18, nasceu para Portugal uma situação melindrosa. Para segurança do seu império colonial, que, desde o ultimo quartel do século 19, vinha sendo alvo da cobiça das grandes potências, os dirigentes da jovem Republica entenderam, e muito bem, envolvê-la, directamente, no fenómeno bélico. Ora isso trouxe, como consequência, o descalabro das nossas finanças, anteriormente equilibradas pelo esforço magnifico de Afonso Costa, a queda da moeda, muito mais compreensível, dadas as circunstâncias, do que o fenómeno paralelo, se bem que menos intenso, ocorrido durante a segunda guerra mundial, quando, por causa da nossa neutralidade, tudo então nos parecia ser favorável sob o ponto de vista financeiro e económico.

3) Posteriormente a Novembro de 1918, surgiu, com o termo da primeira guerra mundial, uma situação caótica decorrente da adaptação da economia de guerra a economia de paz, com alcance mais transcendental para nós do que o mesmo problema após a segunda guerra mundial, porquanto as nossas posições nestas duas emergências foram bem diversas, como atrás se acentuou.

4) Quando, após muitos esforços, tendíamos para o equilibrio financeiro e económico, o golpe de 28 de Maio de 1926 pôs termo á vida e ás esperanças da Primeira Republica e fez nascer esta Segunda Republica.

Note-se que estas explicações não são determinadas por um saudosismo sem tom, nem som, porquanto, se não gosto do Presente, também não morro de amores por um Passado contra cuja impotência construtiva, em devido tempo, que não agora, me revoltei, com uma veemência, que talvez não tivesse sido inteiramente justa; consoante parece demonstrá-lo o arrasado anterior. Repellido por igual o Passado e o Presente, quereria, se os anos me consentissem essa esperança, ajudar a erguer um Futuro diverso e bem melhor. O meu tempo está, porém, passado, o que não obsta a que a minha voz ainda não tenha enrouquecido e a minha pena ainda saiba transmitir ao papel os meus pensamentos. Não poderá ir além desta colaboração verbal o meu concurso para a elaboração desse Futuro, que começa vagamente a entrever-se, enfumado e indeciso, através da neblina do Presente. Paciência!

Mas retomemos ás obras da situação. Não as negando, importa, contudo, para que a justiça seja completa, apontar-lhe também os seus senões, a saber:

1.º Quando do advento do «28 de Maio», as despesas do orçamento português não excediam 1.500.000 contos e as receitas tendiam para o equilibrio com elas. De facto, no ultimo projecto organental da democracia republicana, da autoria do ministro Marques Guedes, apenas se previa um «déficit» de 80.000 contos, que se esperava viesse a ser coberto pelo acréscimo das receitas dos Tabacos.

Só nos 13 anos decorridos entre a instauração do novo regime e o desencadeamento da segunda guerra mundial—térmo do período normal da vida administrativa da situação—, esta arrancou ao País em impostos, para além do nível da *distribuição anterior*, mais que os 10 milhões de contos, que, em todos os seus quasi 23 anos de existência, foram devolvidos ao País, sob a forma de beneficiações materiais, pela administração central, pelos organismos autonomos e pelas autarquias locais.

Se, por outro lado, atentarmos na progressão assustadora, consecutiva a 1940, das receitas e despesas publicas e se verificarmos que *grande parte desses melhoramentos foram financiados por empréstimo* e não por força das receitas do Estado, chega-se á desoladora conclusão de que nem 10 por cento da carga tributária exigida a este pobre País se transformou em benefícios materiais. O acréscimo dos impostos serviu, isso sim, para o empolamento do aparelho burocrático, asilo de clientelas, que do Partido Unico trasvasaram para os quadros do funcionalismo e destes para a pandórica organização corporativa.

Observe-se, por fim, que a excessiva sucção dos rendimentos nacionais operada pelo Estado quer sob a forma de exageros tributários, quer pelo recurso desordenado ao empréstimo, pode afectar o progresso económico por originar a falta de disponibilidades capitalistas tanto para a fundação de novas empresas ou renovação do equipamento e modernização das já existentes como para investimentos na propriedade.



ESQUENTADORES

Fogões, Banheiras, Telefonias, Frigoríficos, em todos os modelos e de todas as marcas, a pronto e a prestações

Calçada de Arroios. 40-C, 1/c. Telefone 40465

Mandamos empregado a casa

rustica e emprêgo na construção civil, de modo que esta vá acompanhando, devidamente o acréscimo numérico da grei. E, assim, uma política estatal de fomento, que não entre em consideração com estas exigências da actividade particular, acaba muitas vezes por produzir resultados bem menos sensacionais do que os que se esperavam dela.

2.º Não ponho em duvida a utilidade da maior parte das Obras Publicas, de iniciativa do regime politico actual. E' claro que no meio delas se infiltraram empreendimentos de duvidoso alcance. Aqui mesmo ao pé da porta, nas cercanias desta nossa Lisboa, temos, a par da estrada marginal para Cascais, cuja efectivação mereceu gerais encómos, uma amostra de auto-estrada, obra sumptuária que bem poderia deixar-se para melhores tempos ou ficar para todo o sempre no limbo do esquecimento.

Deixando, porém, de lado este aspecto da utilidade, importa verificar se todas essas realizações materiais obedeceram ao critério da mais estrita economia, que todos os povos, mesmo os mais ricos, devem respeitar, quanto mais um agregado tão pobresinho como o nosso. Ora, segundo me informam, mal tem corrido as coisas entre nós, sob este ponto de vista.

Assim é, por exemplo, que, no tocante a obras hidraulicas, os projectos, em muitos casos, revelaram, no decurso da execução, tais deficiências que necessário se tornou ir-lhes introduzindo sucessivos aperfeiçoamentos e alterações, com o correlativo alongamento dos prazos da construção e o consequente encarecimento dos trabalhos. Nem isso, de resto, é de estranhar tratando-se de um ramo em que faltava á engenharia nacional a indispensável experiência, o que importava o recurso mais frequente á competência estrangeira que fizessem escola.

Nestes termos, compreende-se que nas obras de irrigação de parte da campina de Idanha, a efectivar, segundo os cálculos iniciais, no prazo de três anos, se verificasse a multiplicação deste período de tempo por um coeficiente respeitável. Sobreveio no entretanto a guerra e não sei qual teria sido, a seu turno, o coeficiente de empolamento da verba orçada, inicialmente, para a construção.

Não me resolvo a insistir demasiado sobre este aspecto da politica de melhoramentos da Situação para que se me não acuse de facciosismo. Mas é evidente que, ao proceder ao balanço deste activo, tem de cotejar-se a utilidade das obras, isso é o proveito económico que, na prática, delas se poderá extrair, com os gastos que ocasionam.

3.º No pode deixar de pôr-se, igualmente, em relevo que o regime tem propensão para sair dos carris da moderação quando se trate de exhibições publicas espectaculares, com as suas efémeras obras de materiais rapidamente perecíveis. Festas de centenários, festas de Lisboa, cortejos históricos a propósito ou a despropósito de tudo, exposições coloniais.

De todas essas exhibições do regime só talvez a recente exposição de Obras Publicas não tenha ocasionado dispêndios em pura perda. E' que foi a unica em que se tratou de patentear uma obra real, embora discutível, e de criar incentivos, á técnica portuguesa para se aperfeiçoar e ir trabalhando cada vez com mais utilidade.

Não posso deixar de me referir aos aspectos incómodos de que se está revestindo na vida portuguesa o intervencionismo estatal

Importa ainda abordar, muito embora sumariamente, os aspectos incómodos de que se está revestindo na vida portuguesa o *intervencionismo* estatal. Eis, em esquema, alguns dos mais característicos:

1) —Fixação desordenada de preços, que ora de'terminam a ruína das actividades económicas, ora permitem, como no caso da industria algodocira, acumulação de fortunas escandalosas e imorais;

2) —Regulações arbitrárias de salários-mínimos, que, na maioria dos casos, não tomam na devida conta as necessidades vitais dos que alugam a outros a força dos seus braços ou do seu cérebro, mas, em contraposição, ás vezes, por motivo de um absurdo critério de uniformidade, não atendem também ás dificuldades com que se debatem certas empresas;

3) —Um condicionamento industrial que muitas vezes toma o carácter de instituição de monopólios em benefício de certos privilegiados, e isto até mesmo em ramos de actividade em que o alargamento, embora limitado, da concorrência serviria para excitar e aperfeiçoar a produção, e que, outras vezes, consegue desanimar, pelo enervamento decorrente das multiformes peias democráticas, os que têm em empregar as suas faculdades de iniciativa ou os seus capitais na instalação de novas industrias;

4) —Intromissão intempestiva do Estado, directamente ou por intermédio da mecanica corporativa na regulação do nosso comercio externo, por meio de um sistema de proibições e permissões, fatigantes na sua aplicação, com cobranças de direitos suplementares a favor dos órgãos corporativos—direitos que, no tocante ao comercio de exportação, equivalem a criar um sistema económico diametralmente oposto ao do *dumping* e, por conseguinte, amortecedor do ímpeto das exportações;

5) —Regulação desordenada do problema da alimentação publica, limitando-se o Estado, umas vezes, a implantar um precário sistema de racionamento, que ignora as dificuldades da vida dos portugueses e os lança, como presas

inermes, nas garras dos mercadejadores negros, recorrendo, outras vezes, a ruinosas e desordenadas importações de géneros estrangeiros, que esgotam os nossos recursos em divisas externas fortes, excedem ás necessidades nacionais e acabam por se deteriorar á mingua de utilização próxima, aviltam os preços nacionais e arruinam a nossa agricultura, obrigada a vender alguns dos seus géneros abaixo do seu custo de produção;

6) —Instituição de um copioso complexo legal de manifestos, requisições, licenças, guias de transporte, fiscalizações opressivas, contribuições de toda a espécie, que exauram os recursos das forças produtoras nacionais, entravam a sua actividade, não lhes permitindo, á custa da excitação desta, fazer face a tantos castigos pecuniários, e acabam por cansar e desanimar os mais resistentes, gerando estados de espirito intoleráveis;

7) —Multiplicação de «oportunidades» para actos de nepotismo—«a ocasião faz o ladrão»—onde deriva que, não sendo os situacionistas, virtualmente, nem mais, nem menos honestos do que o resto da comunidade portuguesa, têm, mercê daquela circunstancia e da falta de fiscalização parlamentar e de liberdade de Imprensa, surgido aos olhos da grei como culpados do abaixamento do nível moral do País;

8) —Distanciamento progressivo entre o acréscimo dos salários e vencimentos e o aumento do custo de vida, donde uma baixa acentuada no nível de vida dos assalariados portugueses, apesar de toda esta avalanche de medidas intervencionistas e apesar de não havermos tomado parte na ultima guerra mundial e haver-mos sido pacíficos beneficiários duma politica de neutralidade, que podia ter sido e não foi extremamente rendosa para nós.

No problema religioso como em todos os outros sempre coloquei a minha pena e a minha palavra ao serviço das causas que julgo justas

No activo da situação, segundo o dr. Oliveira Salazar, em seu discurso de 7 de Janeiro, conta-se ainda o ter reparado, na medida do possível, as injustiças da Primeira Republica contra a Igreja Catolica, que rege os destinos espirituais da colectividade portuguesa.

Sou dos que reconhecem a influencia do factor religioso na vida normal dos povos e sobretudo naquelas fases historicas em que redobram de actividade certos agentes de desagregação social. Reconheço igualmente que a obra dos primeiros legisladores republicanos vinha eivada dum jacobinismo romantico, desconhecendo duma realidade profunda. E não foi preciso o advento do «28 de Maio» para que eu me atrevesse a manifestar, em publico, este meu modo de ver...

Teve Sua Eminencia, o cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, a bondade de oferecer-me um exemplar da 2.ª edição do seu livro «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo» e quis levar a sua gentileza até ao extremo de o enriquecer com uma dedicatória, que teza assim:

«A Cunha Leal. «O Homem de inteligencia e coração que, como politico, teve palavras de justiça para a Igreja, em tempo em que eram raras e difíceis. M. Card. Patriarca».

Permiti-me trazer para aqui estas palavras excessivamente generosas, cuja transcrição não pode magoar o seu autor, para demonstrar que, sem olhar a consequências politicas, coloquei neste problema, como em todos, sistematicamente, a minha pena e a minha palavra ao serviço das causas que julgo justas. Mas isso não me impede de reconhecer que, apesar de não ter sido esse o seu proposito, a «lei da Separação da Igreja e do Estado» teve o condão de restituir á Igreja Lusitana a plenitude da dignidade no exercicio da sua função espiritual. E' que o regime de intima compenetração, em que ela vivera com a monarquia constitucional, convertera bispos e sacerdotes, de certo modo, em funcionarios publicos, jungira-os aos interesses eleitorais de governos episódicos, continuando a submeter a publicidade dos próprios escritos pontificios ao beneplácito do Poder Civil, segundo uma tradição multi-secular.

Ao condenar o clero secular e os seus superiores hierárquicos a um período momentaneo de dificuldades económicas, a Primeira Republica obrigou-os a elevar-se acima das misérias e contingencias terrenas e a ampliar os seus horizontes espirituais. Quem sobre muito alto vê mais e melhor. E, no entretanto, á medida que ia passando o tempo, criara-se e fora engrossando no campo republicano uma corrente que defendia a paz com a Igreja, por reconhecer a sua importância social, e preconizava um modo de convívio do Estado com ela, fundado na obediencia ao lema de Cristo: «daí a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus».

(Continua na página seguinte)

BELOS dias para estar no MAR-LINDO

Praia de Santa Cruz — Telefone 6

Moderno restaurante e salão de chá com «appartements» e quartos encantadores com agua quente e fria. Adoráveis para FINS DE SEMANA.

Aos DOMINGOS clientela distinta aos DELICIOSOS ALMOÇOS na varanda sobre o mar.

O MAR-LINDO quem o visita não mais esquece.

ABERTO PERMANENTEMENTE

O MOMENTO POLITICO

(Continuação da 1.ª pág.)

nada disto os nossos estadistas se dão conta. No que disseram no Porto não se vislumbra o menor indicio de que tenham modificado a sua concepção da Assistência, magistralmente enunciada no preambulo da Proposta de Lei sobre o Estatuto de Assistência Social, que cito textualmente: «E' sobretudo do espirito de beneficência espontanea e do espirito de caridade, tão eloquentemente atestados pela história da nossa Assistência, que o Governo confia a reorganização das obras reclamadas pelas necessidades do nosso tempo e, por isso, a orientar, defender e prestigiar este espirito se dirigem os princípios basilares da Proposta que se apresenta á Assembleia Nacional».

—Não deixou, por certo, V. Ex.ª de notar que o subsecretário da Assistência afirmou a superioridade da obra do Estado Novo em confronto com a Democracia.

—Certamente! O sr. subsecretário preferiu fazer um discurso de propaganda eleitoral, comparando as obras do regime actual e da Democracia em matéria de Saúde. Olha. Neste capitulo dos serviços médicos, a Democracia pode servir-lhes de exemplo e modelo. Mal tomou o poder, encontrou na sua frente um problema da maior complexidade e importância: o problema do ensino médico. Resolveu-o magistralmente, com perfeito conhecimento da questão e o mais inteligente aproveitamento dos valores nacionais. Refiro-me á Reforma de 1911 e ás nomeações para as cadeiras criadas. De golpe, o ensino venceu um recuo de cinquenta anos. Há quarenta que verificamos o alcance, a profundidade da legislação e lhe fruimos os benefícios. Pode dizer-se sem retórica que é uma Reforma que faz época. O ministro que a assinou, era médico e foi assistido pelos melhores técnicos do tempo. Infelizmente, no Estado Novo, a gerência dos departamentos do Estado por que correm os assuntos da Saúde tem sido atribuída a pessoas sem qualquer preparação, o que lhes torna extremamente inoperante o acesso ao espirito da sanidade moderna. Os nossos técnicos de valor que com eles têm colaborado têm-se visto e desejado. Mas em regra tem-lhes faltado a necessária colaboração técnica.

A colaboração dos técnicos

—Mas não têm os técnicos das Repartições oficiais?

—Não bastam. Tanto mais que, entre esses, os valores escasseiam, pois os chefes de serviço, que consentem em ser nomeados, ou não são médicos, ou são os médicos menos indicados para os lugares que occupam, tendo dedicado a sua actividade a outros ramos da profissão; ou têm como unica e precária indicação para o lugar o serem médicos das forças armadas. Simplesmente, o regime não conta com muito mais. Aqui, como noutros sectores da Administração, os espiritos liberais sérios não se sentem inclinados a prestigiar um regime que repele do mais profundo da sua consciência de cidadãos livres.

O prof. Pulido Valente acentua:

—Esta carencia de conselheiros técnicos é visível no relatório do sr. dr. Trigo de Negreiros á Conferência da União Nacional, como passo a mostrar. Por exemplo: sempre no ingenuo propósito de valorizar a politica do Estado Novo em confronto com a da Democracia parlamentar, comparou o numero anual médio de obitos por variola e tifo exantemático em dois decénios: 1918-27 e 1938-47. E apresentou os seguintes valores: numero anual médio de obitos por variola—1918-27, 1776; 1938-47, 105. Numero anual médio de obitos por tifo exantemático—1918-27, 329; 1938-47, 11,5.

E comenta:

—Nenhum higienista competente se lembraria de comparar dois periodos sem comparação admissível para este efeito. Em 1918-27, houve toda a grave crise económica da guerra e do post-guerra, que afectou muito mais profundamente a vida nacional do que o ultimo conflito, havendo tambem a contar com a pandemia de gripe pneumónica, que em poucos meses causou mais mortes do que a guerra em quatro anos. A profunda desorganização determinada por estes factores traduziu-se em três anos epidémicos de variola (1918, 19 e 20) e em dois de tifo exantemático (1918 e 19). Lembrai que já em plena Ditadura (1931) houve ainda um ano epidémico de variola. Além da crise económica e da gripe, que incidiram no primeiro decénio, há um factor que favoreceu extremamente o decénio 1938-47: o emprego em larga escala de novos agentes terapêuticos que reduzem muito consideravelmente a mortalidade da variola. Sobre doenças venereas, disse o sr. subsecretário que «o que está feito ainda não é suficiente». Pordão. Desconhecemos inteiramente que o Estado Novo tenha feito seja o que for neste dominio, que merece hoje a maior atenção dos Governos. A Polónia, por exemplo, acaba de fazer observar em poucos meses, sob este ponto de vista, uma massa de quinhentas mil pessoas e tem em tratamento aproximadamente cinquenta mil. A afirmação do sr. dr. Trigo de Negreiros de que «a mortalidade por sífilis entre nós decresce de ano para ano» é absolutamente gratuita. Noto que, neste capitulo da medicina preventiva, s. ex.ª não fez a mais ligeira referencia a outras infecções evitáveis, essas certamente de muito maior importancia no nosso País do que o tifo exantemático. Parece que a febre tifoide e a difteria deviam ter sido consideradas. E' lamentável que não tenha feito a comparação do que se passa com estas duas doenças, mes-

O que nos declarou o prof. Pulido Valente sobre o estado em que se encontram os serviços hospitalares

mo utilizando a habilidosa técnica dos decénios incomparáveis. Se a fizesse, obteria os numeros que lhe vou citar. Quer ver?

O nosso ilustre entrevistado apresenta-nos, então o seguinte quadro:

Numero anual médio de obitos por febre tifoide

1918-27	...	...	...	1292
1938-47	...	...	...	1368

Numero anual médio de obitos por difteria

1918-27	...	...	...	684
1938-47	...	...	...	670

Reatando:

—Viu? Se bem que a população tenha aumentado e que, portanto, as taxas correspondentes aos numeros dados sejam realmente menores do que em face desses numeros se poderia supor, é preciso não esquecer que o periodo de 1918-27 é, pelas razões anteriormente indicadas, um periodo catastrófico e que, durante o decénio de 1938-47, se encontrava já largamente difundido na Europa e na America o emprego de vacinas eficazes contra ambas as doenças. A titulo de esclarecimento, acrescentarei que a nossa taxa de mortalidade por febre tifoide era, em 1935, de 14,9 por cem mil habitantes, só excedida na Europa pela da Grécia (18,3) que, nessa altura, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça e a Grã-Bretanha tinham valores dez vezes menores; e que, a partir de 1935, a nossa taxa vai subindo até atingir 23,0 em 1943, com 1794 obitos (!).

A mortalidade infantil e a tuberculose

E a propósito de mortalidade infantil?

—A propósito de mortalidade infantil, diz S. Ex.ª na sua exposição: «No decénio de 1915-24, a mortalidade infantil (numero de mortos com menos de um ano de idade por mil nados-vivos) foi de 160,6. Esta situação vergonhosa foi combatida vigorosamente por uma politica de assistência materno-infantil; como consequência disto, a mortalidade infantil baixou cerca de 30 %. (114,92 em 1945, 119,43 em 1946, 107,26 em 1947)». Ora, o decénio citado inclui os dois anos catastróficos 1918-19 em que a mortalidade infantil subiu de 144,41 a 209,11 e 181,73, para descer imediatamente. Se se tem comparado dois outros de-

cénios, um quase todo em Democracia (1920-29), outro em plena Ditadura (1930-39), obter-se-iam respectivamente as taxas seguintes: 146 e 142. A descida registada nos ultimos anos foi, portanto, menor do que os numeros oficialmente citados parecem indicar. A mortalidade infantil é um dos indices mais seguros da sanidade de uma nação. O nosso valor mais baixo, após vinte e dois anos de Ditadura é 107,26; em outros países europeus, todos eles sujeitos á anarquia democrática (Noruega, Holanda, Suíça), este valor oscilava, antes da Guerra, á volta de 40. E' também estranho que, neste capitulo, se não faça referencia á mortalidade causada por diarreia e enterite nas crianças de idade inferior a dois anos. Em Portugal, morrem, assim, 12.000 a 13.000 crianças por ano e, em 1941, o numero destes obitos atingiu a cifra aterradora de 17.639 (!). Uma politica de assistência infantil criteriosamente orientada faria baixar rapidamente estes valores a menos de 50 %.

—E quanto a tuberculose?

—Quanto a tuberculose, o sr. subsecretário, reconhecendo embora a insuficiência do armamento existente, diz que o Estado Novo criou numerosos dispensários e fez subir de 800 para 5.000 o numero de camas. A verdade, porém, é que o numero de obitos por tuberculose, de 1926 para cá, não apresenta melhoria sensível. Em 1947, registam-se ainda 10.765 mortes por tuberculose pulmonar; 1929 e 1931 são os anos com mais elevada taxa de mortalidade (1,70 e 1,61). A avaliar pelo numero de obitos deveriamos dispor de 20.000 leitos para tuberculosos e não de 5.000. Na realidade, os mais atingidos pela doença, os que mais carecem de internamento, os pobres, dispõem de um numero irrisório de leitos. Por exemplo: para indigentes tuberculosos, em regime de altitude, há 50 camas na Guarda e ultimamente poucas mais no Caramulo (!).

A hospitalização de doentes

—E quanto a hospitais gerais?

—Suponho que o sr. subsecretário está de boa fé quando lança ao País os seus numeros de hospitalização no tom de quem anuncia êxitos prodigiosos. Diz S. Ex.ª: «O numero de camas nos hospitais gerais subiu de 6.500 em 1926 para 20.000 em 1946». Perfeitamente. Mas o que quer isto dizer? Nem ao menos que haja a possibilidade de ter 20.000 doentes interna-

dos. Em muitos hospitais, as lotações não podem ser preenchidas por falta de verba para a simples alimentação. Sei de um hospital numa cidade de provincia em que a verba de alimentação diária por cama era, em 1947, de 3850. Quantas vezes recebi ordem de reduzir o numero de doentes das enfermarias de Santa Marta, onde trabalhava, porque não havia verba! Mas suponhamos que os doentes podem ser recebidos. Conforme as disposições constantes das circulares da Direcção Geral de Assistência (1946) só os mendigos, que a circular designa por indigentes, têm hospitalização gratuita. Cito: «Consideram-se indigentes os indivíduos de qualquer sexo ou idade, impossibilitados de trabalhar, sem recursos para viver e sem familia que possa mantê-los ou prestar-lhes alimentos nos termos da lei civil». Só estes têm hospitalização gratuita. Por exemplo: um trabalhador casado, com dois filhos, sem qualquer outro rendimento além do que auferir pelo seu trabalho, que ganhe 400500 por mês, paga ao hospital. E se, podendo ser admitidos, apesar de tudo resolverem baixar ao hospital, como são tratados? Os que trabalham nos hospitais sabem bem que eles não melhoraram nos ultimos vinte e dois anos. O que se ouve dizer a todos os momentos nos vários serviços é que a situação nunca foi tão má. E' verdade. A penuria dos meios de observação e tratamento, a carencia de toda a higiene, as miseráveis condições da alimentação, do mobiliário, das roupas, o desconforto dos doentes, a impreparação do pessoal de enfermagem e restante pessoal auxiliar, os vencimentos, o regime de trabalho, que não consegue compensar a exiguidade dos quadros, de resto nunca preenchidos, a pavorosa desorganização geral — são uma das maiores vergonhas nacionais. Só nós, os médicos, podemos sentir completamente toda a tristeza do quadro, porque só nós sabemos como ele poderia ser diferente. Há meses, um velho amigo e colega, profissional esclarecido, que conhece a assistência na Europa e na America, viu-se obrigado a visitar de noite o nosso grande serviço de urgência, onde não ia havia muito tempo. No dia seguinte, procurou-me «para desabafar», como ele dizia. Vinha cheio de confrangimento e revolta pelo espectáculo que lhe fora dado e que não o tinha deixado dormir. O estado dos serviços de urgência ameaça por igual todas as classes, todos os cidadãos, ainda os que se julgam mais seguramente defendidos. Quando do lamentável acidente de viação que há anos vitimou um dos poucos homens notáveis que têm servido o Estado Novo, o Governo pôde ter a dolorosa noção do que são os nossos serviços de assistência.

As caixas de previdência

—Já agora desejava ouvi-lo sobre a Federação das Caixas de Previdência. Que opinião tem sobre ela.

—E' um erro sob todos os pontos de vista. Representa uma duplicação inadmissível de serviços, uma Assistência ao lado da Assistência, gerida pela mais completa incompetência técnica e a mais ruínoza administração, custando ao País rios de dinheiro e dando um rendimento mínimo em proporção do que nos custa. A defesa sofisticada da organização, feita há dias pelo sr. subsecretário das Corporações e pelo presidente da Federação, não era á Oposição que se dirigia, mas a um correccionário, ao prof. Cerqueira Gomes, que sempre é médico e, por isso, não pode ter a coragem da perfeita consciência. Segundo o jornal «O Século» de 8 do corrente, o dr. Cerqueira Gomes teria dito na Conferência do Porto: «Onde houver um serviço de Assistência deve aproveitá-lo a Previdência. E' mais barato do que construir e equipar de novo. E não somos tão ricos em dinheiro e em técnicos para levantar duas organizações igualmente fortes e bem apetrechadas». E acrescentou: «A verdade é que a Federação leva gastos em 1947-1948 cem mil contos e previa, para o fim de 1948, a realização, apenas, de 40 % do plano completo da fase actual; a Federação alimenta-se de contribuições arbitradas ás Caixas e que vão já em nível alto; é de considerar se, entrando na fase dos serviços totais, com internamento, os fundos de assistência das Caixas chegarão para cobrir todos os encargos e se a Federação não terá de rever basicamente as suas técnicas administrativas antes de o Estado ser obrigado a entrar como contribuinte do que, por doutrina, se afastou». O remédio para tudo isto indica-o também o prof. Cerqueira Gomes. E' a fusão de Assistência e Federação num Ministério da Saúde. Ele lá terá as suas razões. Os chefes da Federação, porém, não concordam; querem a autonomia e certamente lá terão também as razões deles. Não. O problema da Saúde, como ele está posto ao nosso tempo, só admite uma solução de conjunto por uma estrutura estatal unitária que garanta assistência suficiente e igual a todos os portugueses. Nestas directrizes têm feito os seus estudos as equipas médicas da Oposição.

—Em resumo V. Ex.ª entende que o Estado Novo não realizou ainda obra de vulto na Assistência.

—Que não realizou e que não é possível que realize. Bem vê, para tanto, seria indispensável uma reforma da sua mentalidade e, então, lá não seria o Estado Novo. E, depois, a organização sanitária de que o País necessita é irreversível dentro da actual distribuição das verbas orçamentais. Haveria que gastar com a Saúde as verbas hoje absorvidas por outros serviços.

As declarações do eng. Cunha Leal

(Continuação da página anterior)

E' certo que ninguém se batia então por uma aliança íntima entre os dois Poderes—o Civil e o Religioso—como no passado monarquico, que não deixou saudades. Ninguém desejaria que os bispos fossem esperar autoridades civis ás estações ferroviárias e tomassem parte em banquetes de homenagem politica ou em sessões partidárias. A paz, o mutuo auxilio dos dois Poderes, mas a sua absoluta independência jurídica e real—tal era o alvo sobre o qual convergiam, antes de 28 de Maio de 1926, as aspirações da grande maioria dos republicanos. Viu-se Antonio José de Almeida reatar uma velha tradição portuguesa com a imposição do barrete cardinalício ao nuncio Locatelli. Viu-se essa figura galharda e superior de não-orente, que era o dr. Bernardino Machado, presidir a uma sessão de homenagem ao Papa Pio XI, na qual eu, com o meu fundo de atavismo catolico, mas sem ainda o merecido de Deus a graça da restituição integral da fé da minha infancia, fui convidado para falar e aceitei. Caminhava-se a passos de gigante para uma harmonização de relações, que prometia ser fecunda.

... Mas sobreveio o «28 de Maio». A Igreja revigorou—é certo—a sua influencia social. Permita, porém, Deus que a sua attitude seja o medida, que não floresçam por aí muitos bispos politicos. Cardeal Patriarca político, felizmente, não o temos—assim o ouvi afirmar a Sua Eminência e assim o creio. Não ressuscitemos inimizades passadas com a interpenetração de dois dominios, que importa não confundir.

Entre as realizações práticas da Situação ainda não foi possível ao dr. Oliveira Salazar enumerar o ingresso de Portugal no sinédrio das «Nações Unidas».

Devo declarar que não pertencem ao numero daqueles adversários da Situação que se regozijam com o facto. Entendo que, seja qual for o regime politico vigente, a presença de Portugal deve fazer-se sentir onde quer que haja interesses nacionais a defender. Estes devem ser colocados muito acima das nossas divisões e ódios. E, de resto, para nós, discordantes da

Situação, a admissão de Portugal poderia resultar benéfica, por concorrer para criar responsabilidades ao Governo, susceptíveis de o fazer evolucionar em sentido democrático.

Aqui ficam exaradas as minhas opiniões sobre a matéria, vituperem-me embora os zóilos de todos os campos.

Para terminar, quero referir-me ás palavras com que, no final do seu discurso de 7 de Janeiro, o dr. Oliveira Salazar fixa a sua orientação quanto ao futuro. Já atrás as transcrevi, mas volto a reeditá-las em parte:

«Não. O regime não tem de destruir-se: tem de completar a sua evolução e a crise actual patenteia a todos essa necessidade».

Eis a conclusão que o dr. Oliveira Salazar extrai da, para ele inesperada, revelação de que o País repele os conceitos filosóficos que estão na base do regime autocrático com que houve por bem brindar-nos. Homem de vontade forte—a mais tenaz vontade que já algum dia floresceu em homem publico português—homem honesto, homem inteligente, recusa-se a abrir o seu espirito á ideia de que não é possível governar, indefinidamente, um país contra os seus desejos e aspirações. Tentar a experiência, na esperança de convertê-lo á fé de quem governa—vá lá. Mas insistir na tentativa depois de mais de 20 anos de experiência, isso é que é demais. A vontade forte, que é, em regra, qualidade positiva, pode transformar-se em qualidade negativa quando não atende ás aspirações de todas as outras faculdades espirituais.

Parece ser o caso do dr. Oliveira Salazar, que não aceita para o divórcio presente entre governantes e governados o remédio duma politica de conciliação nacional em moldes democráticos. Limita-se a apontar-nos o expediente duma apostasia que feriria, ao mesmo tempo, os interesses e sentimentos do País e o nosso ideal político-social.

Estamos, pois, confinados pelo dr. Oliveira Salazar numa eterna opposição não-constructiva. Seja assim.

Ao menos, podemos ainda dizer, como Galileu, depois da sua condenação: e contudo, a Terra move-se!

CUNHA LEAL

ECOS

Um dos motivos que nos levam a crer que Lisboa progride e moderniza-se, é que não há maneira de cerrar os olhos para não ver o que já está feito.

Transforma-se, alarga-se e desempoeira-se.

Antigamente predominava o culto do monumento. Agora trata-se principalmente de tornar a cidade mais bela, mais desengradada e mais cómoda. Convém não esquecer isto: só se renovam as capitais, quando o espírito dos seus habitantes reage contra a decrepitude e o mau gosto.

Chang-Kai-Chek deixou a presidência da China, partindo para a sua terra natal, de visita aos tumulos dos seus antepassados. Depois de alguns anos de governo, com a ideia de dar a China aos chineses, deixa a outrem o encargo de realizar o que ele não pôde.

Há poucos dias, um jornal parisiense publicava o que segue:

—Para que Chang-Kai-Chek não falhasse, seria necessário que os seus compatriotas se refundissem inteiramente. A revolução é para eles uma maneira de manter o passado, disfarçando-o ou repintando-o. De que serve falar do corpo, quando a alma está doente?

Fazemos votos para que renasça a paz e com ela venha o propósito de reformar a China, mas a sério, a fim de desmentir o corvo de Edgar Poe e o seu eterno «já-mais».

As «Novidades» publicaram hoje um comunicado da Juventude Católica de que recortamos este trecho:

—Finalmente, em ocasião de eleições, os rapazes católicos têm o dever imperioso de votar e de o fazer com consciência esclarecida. Devem evitar as paixões sectárias e não se deixar arrastar por promessas vãs ou pela defesa de ideias vagas...

Confessamos que se se mantiverem fiéis a tal doutrina, darão um exemplo, assás recomendável. Muitos eleitores votam com a consciência dos outros, talvez por não terem tempo de procurar a sua própria. Quando tal se dá, as urnas são como a boceta de Pandora que, quando a abrimos, tinha dentro todos os vícios da terra.

O sr. dr. José Manuel da Costa, chefe do gabinete do sr. presidente do Conselho, fala, num claro metal de voz, mostrando o que as palavras valem pelo que significam, sem necessidade de vãos ornamentos. Sente-se que ama a verdade e Salazar.

Na sessão de propaganda, a favor do marechal Carmona, que se realizou em Portalegre, traçou, com mão segura, o perfil do homem a quem vota tanto a sua admiração como a sua devoção. O auditorio escutou-o atento, encantado, reconhecendo, no sr. dr. Manuel da Costa, a expressão duma sinceridade varonil.

Como quem presa acima de tudo a dignidade do pensamento, desejamos que sirva de exemplo a quantos pretendem ser justos, mas sem encontrar a justa medida.

EM 3 LINHAS

Para os mercados do Brasil, nomeadamente para Manaus e Pará, está autorizada a exportação de alhos roxos da região da Póvoa de Varzim.

///

A Junta Nacional das Frutas, de colaboração com a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, vai distribuir 5.000 amendoeiras por fruticultores algarvios.

///

Foi contratado como professor catedrático, além do quadro, do Instituto Superior Técnico, o eng.º Fernando de Oliveira Monta.

Canetas Esferográficas

Alinam-se. CARREGAM-SE AS CARGAS mais barato que o seu custo. Perfeito funcionamento. Descontos ao comércio.

CHAGO, LDA., R. da Palma, 271

O director geral da F. A. O.

declara que mais de metade da população do Mundo não tem os alimentos suficientes para matar a fome

O sr. Norris Dodd, director geral da FAO, acompanhado pelos srs. van Houtte, director daquele organismo para a Europa, professor Antonio Sousa da Camara, director da Estação Agronómica Nacional e presidente da comissão portuguesa da referida entidade, apresentou hoje, às 10 horas, cumprimentos ao sr. dr. Oliveira Salazar, no gabinete deste, em S. Bento, onde foi introduzido pelos srs. coronel Esmeraldo de Carvalhais, do protocolo, e dr. Solari Allegro, secretario do chefe do Governo. O sr. Norris Dodd conferenciou com o sr. presidente do Conselho durante meia hora.

Os objectivos da FAO

Depois disso, o ilustre visitante recebeu os representantes da Imprensa, no Avis-Hotel, acompanhado pelos srs. professor Antonio Sousa da Camara—que amavelmente serviu de interprete—e conde de Penha Garcia.

O sr. Norris Dodd começou por agradecer, reconhecendo, aos jornalistas, o ambiente que criaram, nos seus jornais, em volta da sua visita. E expôs rapidamente os objectivos da FAO, afirmando que ela foi estabelecida para melhorar, essencialmente, a posição do povo rural, beneficiando as suas condições de vida e a alimentação. Foi feita para satisfazer as necessidades alimentares do Mundo, e para isso está trabalhando, com a colaboração activa de 58 países. O seu orçamento é pequeno para as necessidades gigantescas da Terra. Por isso se tem de manter uma estreita cooperação com os «comités» nacionais desses países, que constituem comissões de técnicos, para estudarem, em intima ligação com os governos e com os serviços centrais da FAO. Para tornar mais eficaz esta ligação, este trabalho cooperativo, existe já na Europa uma repartição regional. O objectivo de estabelecer conexões vivas com as comissões nacionais—eis a razão desta viagem.

A actividade da nossa comissão

Assim—disse o sr. Norris Dodd—pode, com os seus assistentes, trabalhar um dia com a comissão nacional portuguesa, não só sobre os problemas técnicos que interessam a Portugal, mas também acerca de problemas gerais. Afirmou que, em cada ano, a FAO tem de organizar um programa pormenorizado de trabalho. E, para que esse programa se ajuste às necessidades e às realidades, é indispensável que a colaboração com as comissões nacionais seja constante e positiva.

Pensa que a comissão nacional de Portugal tem trabalhado da melhor maneira, dispensando a devida atenção aos objectivos capitais da FAO. E felicitou-se por ter visto que a nossa comissão nacional pôs na primeira linha das suas preocupações a defesa da Terra, a luta contra a fúria e a melhor distribuição dos produtos. Espera que o País colha benefícios destes trabalhos, embora se deva ter presente que eles requerem tempo, muito tempo, e substancial apoio. A FAO sabe que os seus objectivos fundamentais não se atingem dum dia para o outro.

Salientou que a FAO trabalha para que os lavradores encontrem preços razoáveis para os seus produtos, que paguem as despesas e deixem um justo lucro.

Salazar e Truman

Desta maneira, a FAO entende que o incremento da produção se fará, de modo a torná-la compatível com as necessidades do consumo. Relatou que visitou alguns centros curiosos da Agricultura, em Portugal, e que teve oportunidade de conferenciar com os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia, e

com os subsecretários de Estado da Agricultura e do Comercio e Industria, e, finalmente, esta manhã, com o ilustre presidente do Conselho. Contou que Salazar lhe causara uma forte impressão e que ele, que trabalha com o presidente Truman, sente «Haver grande semelhança entre as duas personalidades. São homens simples, que conhecem muito bem os problemas, que os encaram com a maior intelligencia e vão direitos ao fundo das questões». Acrescentou sentir «grande admiração pelo chefe do Governo português, e ter verificado que «até sobre problemas técnicos Salazar não os conhece apenas na generalidade, mas até em bastantes pormenores».

Produção inferior às necessidades

Disse que todos, dentro da FAO, estão interessados na maior produção de alimentos, porque mais de metade da população do Mundo não tem os suficientes para matar a fome. Um filosofo inglês anunciou que, enquanto a população do Mundo aumentava, num ritmo muito rápido, a produção de alimentos apenas aumentava em escala muito limitada. Pensa ele que esta afirmação não estará certa se se trabalhar activamente, como pretende a FAO. No entanto, o problema existe, com toda a sua gravidade: a população aumentou, nestes ultimos dez anos, duzentos milhões, ou seja um por cento do numero de habitantes, em cada ano.

—Cada manhã—observou—encontramos cinquenta mil pessoas a mais a almoçar. Mais cinquenta mil hoje do que ontem, mais cinquenta mil amanhã do que hoje... Satisfazer as necessidades alimentares de toda esta gente é, evidentemente, um dos objectivos da FAO. Para isso, é indispensável aumentar a produção e promover uma melhor distribuição.

Accentuou que todos devem estar interessados nesta luta, não só os homens do campo, mas todos. Por isso, as comissões nacionais e os ministros da Agricultura ou da Economia se entregam entusiasticamente a esta tarefa. A FAO—observou—não tem nada para dar, nem nada para vender. É apenas um organismo que propõe medidas, que faz recomendações ou alvites, que procura, enfim, para o serviço da Humanidade, a experiencia dos seus técnicos e a inteira colaboração de todos os países.

A uma pergunta nossa, respondeu: —A FAO está convencida de que se poderá aumentar a produção agricola, muito para além dos aumentos verificados na população do Mundo.

A Espanha deve entrar na FAO

Perguntámos-lhe, em seguida, se a sua viagem a Espanha—para onde partirá, hoje, á noite, num avião da TWA—é oficial. Respondeu-nos:

—E'. Vou lá, para trabalhar com o ministro da Agricultura e os interessados nestes mesmos problemas.

—A Espanha faz parte da FAO?

—Não. Pediu a sua admissão, em 1946, mas ainda não foi admitida.

—Vai entrar agora?

—Por enquanto, não, embora haja colaboração activa oficial e não oficial de técnicos em várias matérias. Mas tenho toda a esperança em que ingresse em breve.

—Quem decide sobre a admissão?

—A nossa Conferencia anual, que, em 1949, se realizará em Havana, em 17 de Novembro.

—E a admissão da Espanha não será mais um encargo, em vez de um auxilio?

—Pelo contrário! Mas, mesmo que assim fosse: a miseria e a fome não têm fronteiras. Devem ser ajudados todos quantos as sofrem,

Um almoço no Palácio da Pena

E o sr. Norris Dodd despediu-se, muito amavelmente, dos jornalistas, aos quais agradeceu a atenção prestada às suas palavras, seguindo para Sintra, onde, na antiga casa de jantar da familia real, no palacio da Pena, lhe foi oferecido um almoço, pelo sr. dr. Castro Fernandes, ministro da Economia, ao qual assistiram, entre outros, os srs. engenheiro-agronomo Jorge Jardim, subsecretario de Estado do Comercio e Industria; John C. Wiley, embaixador dos Estados Unidos; Theodor Xanthaky, secretario da embaixada; engenheiros-agronomos Filipe Mendes Frazão e Botelho da Costa, directores gerais, respectivamente, dos Serviços Florestais e dos Agrícolas; ministro dr. Vasco da Cunha, engenheiro, Rogério Vargas Monis e drs. Manuel Mesquita e Matos Chaves, respectivamente, chefe de gabinete e secretários do sr. ministro da Economia; engenheiro-agronomo D. Luis Bramão, administrador do Parque da Pena; engenheiro-silvicultor José Roque de Pinho (Alto Mearim), Morris Greene, Van Houtte, e os membros da Comissão Nacional, srs. prof. Antonio Sousa da Camara, presidente; engenheiros-agronomos D. Francisco de Vilhena, D. Luis Bramão, João José Pereira e Reis, D. Gonçalo de Lencastre, José Alves e D. Rodrigo de Castro; drs. Magalhães Ramalho, director da Estação de Biologia Marítima; Aldovino Pereira Lucas, Martins de Carvalho e Manuel Emídio da Silva.

Comemorou-se

esta manhã com rara solenidade

na Sé Patriarcal

o Dia de S. Vicente

Na Sé Patriarcal de Lisboa e com grande cerimonia liturgica, comemorou-se hoje, oficialmente, o Dia de S. Vicente, com a participação da Camara Municipal de Lisboa.

Pelas 10 e 30, chegou ao templo, a fim de presidir ás cerimónias, o sr. cardeal-patriarca de Lisboa, que, depois de ter recebido os cumprimentos do clero e fiéis, se dirigiu para o seu camarim, onde, depois de paramentado, orou na capela do Santissimo, após o que seguiu para a capela-mor, em cortejo religioso.

Depois iniciou-se a «Tercia», cantada pela «Schola Cantorum» do Seminário dos Olivais, sob a direcção do rev.º padre José Falcão. A cerimonia foi explicada pelo rev.º Gervásio Neves.

Pouco antes das 11 horas, chegaram á Sé, os srs. tenente-coronel Salvação Barreto e Luis Pastor de Macedo, respectivamente presidente e presidente substituto da Camara Municipal de Lisboa, e vereadores, que foram recebidos pelo cônego Manuel Luis, prior da Sé, que os conduziu ao transepto, onde tomaram lugar.

Ali, já se encontravam os comandantes do Batalhão de Sapadores Bombeiros e da Policia da Camara e outros altos funcionários do Município e ainda os componentes da Veneranda Irmandade do Santissimo da Sé, tendo á frente o respectivo juiz, sr. marquês de Rio Maior.

Do lado da Epistola, via-se o estandarte da Camara Municipal de Lisboa, devidamente escoltado por continuos, em grande uniforme.

Viam-se ainda no transepto sapadores bombeiros e guardas da Policia da Camara, também de grande uniforme.

Entre as muitas centenas de fiéis, encontrava-se o ex-rei Humberto, da Italia.

O transepto encontrava-se coberto de tapeçarias e ornamentado com verduras, vendo-se ainda a embelezar o local a cópia fiel dos painéis de S. Vicente, pertencente ao Município. Destacavam-se ainda muitos estandartes pertencentes a vários organismos católicos.

Pouco depois das 11 horas, principiou a missa de pontifical, oficiada pelo cardeal-patriarca de Lisboa, acolitado ao solio pelos cônegos D. João de Castro (Nova Goa) e António Figueiredo Sarmiento, e tendo como presbítero assistente o rev.º cônego dr. Pereira dos Reis. Ao altar serviram de diacono e subdiacono respectivamente, o cônego António Campos e um seminarista dos Olivais. Dirigiu as cerimónias o rev.º dr. Honorato Monteiro.

Finda a cerimonia, o sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira deu a reliquia de S. Vicente a beija, primeiro ao cabido e depois aos srs. tenente-coronel Salvação Barreto e Luis Pastor de Macedo, e vereadores, numa atenção especial para com aquelas individualidades.

Terminada esta significativa cerimonia, o sr. presidente da Camara, acompanhado do presidente substituto e dos vereadores, e do rev.º cônego Manuel Luis, dirigiu-se para a capela de S. Vicente, padroeiro de Lisboa, que se encontrava ornamentada com verduras, castiçais e tocheiros.

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto colocou então um ramo de cravos vermelhos no altar de S. Vicente, segundo uma tradição antiga, que há muito tempo se perdeu.

Sapadores bombeiros fizeram a guarda-de-honra á capela e via-se também ali o estandarte da cidade.

Depois desta cerimonia, os presidentes e vereadores ainda acompanhados pelo prior da Sé, deram entrada no camarim do sr. cardeal-patriarca, a quem apresentaram cumprimentos.

Na capela do santo padroeiro da cidade estará patente ao publico, durante o dia, o relicário, que é uma preciosa peça de ourivesaria, de ouro e prata cinzelada, com motivos alegóricos da vida de S. Vicente.

A mágoa da Guiné

pela demissão do comandante Sarmiento Rodrigues

BISSAU, 22.—As palavras que o «Diário de Lisboa» consagrou á personalidade do comandante Sarmiento Rodrigues, transmitidas pela agencia Lusitania, caíram bem no espirito publico da colonia como expressão de justiça prestada a quem tanto a merece, e vieram ao encontro da opinião unanime da população da Guiné, que sentiu profunda mágoa pelo afastamento do seu governador dos altos destinos da administração da colonia, a que deu um impulso notabilissimo.

A emissora local dedica um programa especial ao ilustre official de Marinha, que inclui uma mensagem do correspondente do «Diário de Lisboa». O nome do comandante Sarmiento Rodrigues, que com tanto entusiasmo se consagrou ao engrandecimento do imperio, ficará vinculado para sempre nesta terra portuguesa.

O candidato da Oposição partiu hoje de automóvel para o Porto

A fim de presidir á sessão de propaganda que se realiza amanhã á tarde, no Porto, partiu esta manhã, de automóvel, para aquela cidade, o sr. general Norton de Matos, que foi acompanhado por algumas pessoas de família e pelos membros da Comissão Central dos Serviços da Candidatura srs. almirante Tito de Morais, dr. Gustavo Soromenho e Manuel Mendes.

O candidato da Oposição ficará já hoje no Porto, onde conta chegar ao fim do dia.

Os preparativos no Porto

PORTO, 22.—(Pelo telefone).—Da comissão distrital dos Serviços da Candidatura do sr. general Norton de Matos recebemos o seguinte comunicado: «Tem sido enorme o entusiasmo e a procura de convites para a sessão de propaganda eleitoral, que se realiza amanhã, sob a presidência do sr. general Norton de Matos. De vários distritos e dos pontos mais afastados do País têm chegado pedidos de reserva de convites para o comício. Por isso, de novo se informa que os partidários do candidato da Oposição podem procurar os convites de que necessitam, das 10 ás 13 horas de domingo, na Rua do Paraíso, 207.

A sessão de propaganda eleitoral promovida pela comissão concelhia da Povoia de Vazmir da Candidatura da Oposição realiza-se no dia 24, pelas 21 horas, no Teatro Cine-da Povoia. Presidirá o sr. dr. Domingos Pereira e serão oradores, entre outros, os srs. drs. Armindo Graça, Martins da Ponte, Henrique de Almeida, Sousa Dias, o arquitecto Delfim Amorim e o jornalista Octavio Sérgio.

Na Trofa, a sessão de propaganda anunciada para ontem, no Teatro Alves da Cunha, não se realizou, em virtude da visita do sr. general Norton de Matos á cidade do Porto. Assim, oportunamente, se comunicará a data em que a sessão se deve realizar.

A Oposição na província

No teatro de Sá de Miranda, em Viana do Castelo, realiza-se, esta noite, a primeira sessão de propaganda da candidatura do sr. general Norton de Matos. Presidirá o sr. almirante Tito de Morais, que representará o candidato da Oposição, devendo falar os srs. dr. José Barbosa, Teófilo Carneiro, Bento de Melo, Basílio Lopes Pereira, Eduardo Ralha e a eng.ª D. Virginia Moura.

Também em Amarante já está organizada a comissão de propaganda do candidato da Oposição, a qual é constituída pelos srs. drs. José Mendes Seia Sousa Carneiro, Fernando Magalhães Brochado, Marco Aurélio Pinto Miranda, José Soares Queirós, e, ainda, pelos srs. Aníbal Sequeira Melo e Castro, Alberto Marinho, Augusto Miranda Pinho, Alexandre Moniz Carvalho Sequeira, Flávio Magalhães, Alexandre Faria, Joaquim Bernardo Sousa Mota, António Pinto Ribeiro da Fonseca e José Martins Branco.

Dentro em breve, serão indicados o local e o dia da primeira reunião de propaganda.

A propaganda no distrito de Beja

BEJA, 22 — (Pelo telefone). — Continua a desenvolver-se neste distrito uma intensa propaganda eleitoral a favor do candidato da Oposição. Nas localidades de Penedo Gordo, Santa Vitória e Neves realizaram-se sessões, que foram grandemente concorridas.

Esta noite, efectua-se uma sessão em Ervidel, e amanhã, em Albarino, Mertola e Mina de S. Domingos.

A sessão das Neves foi das mais concorridas até agora efectuadas.

Uma reunião em Ovar

OVAR, 21.—Comunica-nos a comissão concelhia dos Serviços da Candidatura do sr. general Norton de Matos que se realiza, no dia 25 do corrente, pelas 20 e 30, no Cine-Teatro, desta vila, uma sessão de propaganda. Constituem a mesa os srs. coronéis Helder Ribeiro e Manuel Rodrigues Leite e Manuel Augusto Nunes Branco. Usarão da palavra a sr.ª D. Virginia Moura, engenheira, e os srs. dr. Carlos Cal Brandão; dr. Augusto Chaves; coronel Manuel Rodrigues Leite, dr. Eugénio Cadilhon, dr. Manuel de Figueiredo, Anastácio Ramos, operário; Manuel Augusto Nunes Branco, David Moreira de Almeida, professor, e dr. Alcides Monteiro.

Uma sessão em Alcanena

ALCANENA, 20 — A comissão concelhia de Alcanena, dos Serviços de Candidatura do sr. general Norton de Matos, de completo acordo com as suas comissões de freguesia já organizadas em todo o concelho, promove uma sessão publica de propaganda no edificio do teatro desta vila, no dia 30 do corrente, pelas 15 e 30. Usarão da palavra diversas individualidades vindas da Lisboa, entre as quais um representante do candidato e delegados da Comissão Distrital de Santarém.

O subsecretário das Corporações justificou num discurso no Porto a política habitacional do Governo durante a assinatura do contrato para a construção de 712 casas

PORTO, 22.—O presidente do Município portuense, dr. Luis de Pina, assinou esta manhã mais um contrato para a construção de 54 casas de renda economica, na importância de dois mil contos e que serão edificadas no populoso bairro da Corujeira. A tarde, no salão nobre dos Paços do Concelho e perante o subsecretário das Corporações, do chefe do distrito e de outras autoridades, effectou-se a assinatura do contrato entre a Camara Municipal e a Federação das Caixas de Previdência para a construção de 712 moradias de renda economica. Este novo bairro, que ficará a ser o Alvalade do Porto, será construído na zona de Ramalde, a meio da Avenida Epitácio Pessoa, nuns campos fronteirios ao actual Centro Hípico do Porto.

Usou da palavra o sr. dr. Luis de Pina, que se referiu ao problema habitacional do Porto, cuja solução está a ser ultimamente encarada de frente pelo Estado e pelo Município, fazendo apelo á iniciativa particular que tem apenas procurado erigir predios de rendas elevadas e poucos os acessíveis ás classes menos abastadas.

O sr. dr. Veiga de Macedo, vice-presidente das «Habitações Economicas—Federação de Caixas de Previdência» e delegado do I. N. P. T. no Porto, descreveu o acordo que constitui a base destas construções e apresentou as obrigações que competem á Camara Municipal do Porto.

Forneceu vários elementos sobre o alcance da obra realizada pela secção das «Habitações Economicas» da Federação das Caixas de Previdência, terminando por afirmar que esta obra prosseguirá com grande entusiasmo.

O subsecretário das Corporações proferiu, por seu turno, um grande discurso, em que descreveu a evolução da política habitacional seguida entre nós nas ultimas décadas.

Depois de saudar a cidade do Porto, justificou a sua presença neste acto, dizendo:

—Surgem, com frequência, criticas improvisadas que, sob a capa de intenções construtivas, e na impossibilidade de negarem a própria evidência, procuram minimizar uma obra que devia impor-se á consideração de todos os portugueses dignos desse nome. Refiro-me concretamente ás realizações em matéria de politica de habitação. Julgo, por isso, não ser de todo inútil e descabido aproveitar este ensejo para esclarecer, serena e objectivamente, alguns espiritos que, desprevenidos e de boa fé, porventura se tenham perturbado com as deducções, aparentemente lógicas, desses criticos.

Estabeleceu depois o confronto entre os períodos de 1910 a 1926 e de 1933 a 1949.

—No primeiro destes períodos—disse—apontam-se algumas tentativas para resolver o problema da habitação popular, todas igualmente bem intencionadas e todas igualmente destinadas ao fracasso.

Enumerou as várias disposições tomadas durante esse periodo, e afirmou:

E' este o balanço do periodo 1910 a 1926 em matéria de politica de habitação: praticamente zero, agravado com o passivo de obras ruinosas a atestar a incapacidade administrativa do regime e dos Governos que se atropelavam no poder.

O sr. dr. Mota Veiga considerou depois o periodo de 1933 a 1949, dizendo:

—Fugiu-se ás grandiosas planificações de que tinhamos uma experiencia de resultados negativos e tentou-se, com indiscutível seriedade e prudência, uma solução nova adaptada ás possibilidades nacionais e correspondendo ás intimas aspirações da gente portuguesa.

MORADIA em CASCAIS

Vende-se, junto ao Parque, a estrear, 16 divisões e garage. Aquedimento central. Isenta. Telefone 74783.

MORADIA

Vende-se em S. João do Estoril, acabada de construir, 13 divisões com «chauffage» e grande garage. Informa telefone 5 2503.

O ministro da Marinha inaugurou hoje em Alcochete uma grande seca de bacalhau

ALCOCHETE, 22.—(Pelo telefone).—Es a vila recebeu hoje a visita do sr. ministro da Marinha que veio inaugurar uma das maiores e mais bem apetrechadas secas de bacalhau do País: a da Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau, cuja construção se ultimou agora.

O sr. ministro da Marinha, o administrador do Arsenal do Alfeite, presidentes da Camara Municipal de Lisboa e da Junta da Marinha Mercante, chegaram á ponte de Alcochete pelas 13 horas e seguiram em automóvel para o secadouro daquela empresa, onde já se encontravam cerca de 300 convidados, entre os quais o governador civil de Setúbal, os presidentes das Camaras de Almada, Alcochete, Barreiro e Seixal; capitão do porto de Lisboa, a direcção do Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau e dos outros grémios da pesca; presidente e dirigentes da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, numerosos armadores de Lisboa e de outros pontos, officiais da Armada ligados aos assuntos da pesca, etc.

Os membros do Governo foram recebidos á entrada do secadouro, que occupa uma área de muitos hectares á beira rio, pelos srs. comandante Henrique dos Santos Tenreiro, delegado do Governo junto dos organismos da pesca, Vasco de Orey, presidente da direcção, da S. N. A. B. e pelos seus colegas da direcção, os quais acompanharam os ministros numa demorada visita ás dependências do secadouro em laboração. Pôde assim apreciar-se o funcionamento das máquinas de lavar peixe, dos carros de transporte do mesmo, das camaras frigoríficas, da secagem ao ar livre e dos armazens de recolha e enfiamento.

O sr. ministro da Marinha visitou depois as instalações sociais—ou sejam refeitório e dormitórios para o pessoal, creche para os filhos das empregadas e outras dependências, após o que foi servido um almoço frio, num dos armazens, a cujos brindes falou em primeiro lugar o sr. Vasco de Orey, para agradecer o auxilio do Estado ao incremento da industria da pesca do bacalhau e destacar a importância daquelas novas instalações para a economia do País.

Falou depois o sr. comandante Henrique Tenreiro, que apontou a extensão e a importância das obras realizadas, as quais justificam por si só as novas necessidades impostas pelo desenvolvimento da pesca do bacalhau no nosso País.

Por ultimo, falou o sr. ministro da Marinha, que se congratulou pelo significado daquela inauguração, aproveitando o ensejo para destacar a acção desenvolvida em prol da pesca, e para felicitar todos os armadores que têm agora—disse—motivos seguros de encorajamento para prosseguirem na sua colaboração aos problemas da economia nacional.

As sessões de propaganda da União Nacional

No concelho de Arruda, realiza-se esta tarde uma reunião de nacionalistas na Camara Municipal daquela vila, presidida pelo sr. dr. Afonso Marchueta. A reunião, que está a despertar grande entusiasmo, deverão assistir, além das autoridades locais, as comissões dirigentes da U. N. daquele concelho e muitos nacionalistas de destaque em Arruda.

—No concelho de Vale de Camara realizam-se nas localidades abaixo indicadas as seguintes sessões de propaganda, promovidas pela União Nacional: Arões, em 23 de Janeiro; Junqueira, em 23; Roge, Cepelos e Castelões, em 30.

Serão oradores os srs. drs. Armindo Ferreira de Matos, Abel Augusto Gomes de Almeida, Ribeiro Martins, padre Joaquim de Oliveira Maurício e sr. Delmiro Henriques de Almeida.

Na sessão de Roge falará, também, o sr. dr. António Vitor Gorjão Nogueira.

Na sessão de Vale de Cambra, que se realiza no dia 16 de Fevereiro serão oradores os srs. drs. Artur Barbosa, Abel Augusto Gomes de Almeida, Ribeiro de Almeida e padre Joaquim de Oliveira Maurício.

No distrito de Aveiro

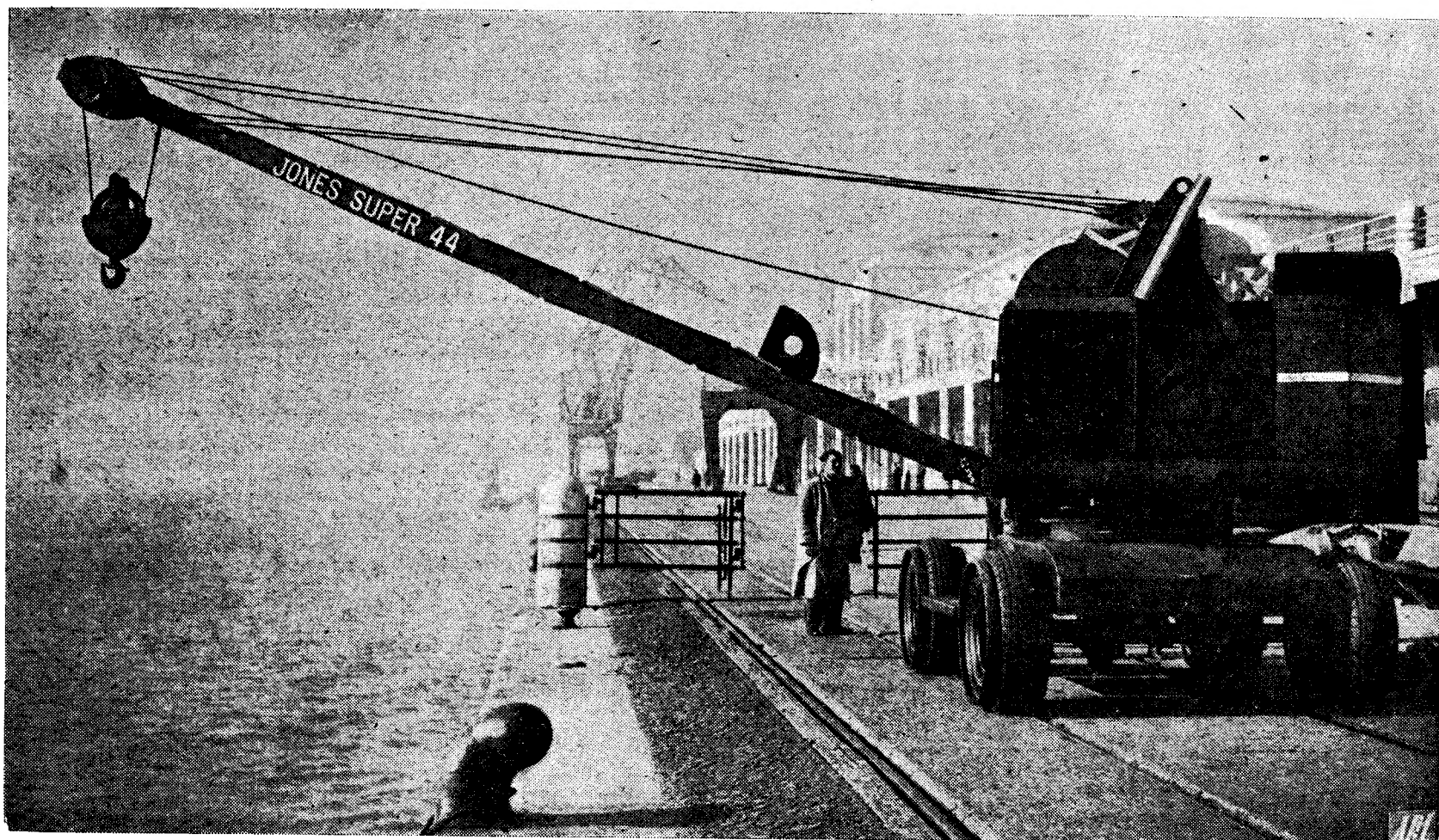
No distrito de Aveiro realizar-se-ão as sessões de propaganda abaixo indicadas, promovidas pela União Nacional:

Agueda, a 30 de Janeiro; Albergaria-a-Velha, (na Fábrica Alba), a 7 de Fevereiro; Andia, a 6 de Fevereiro; Arouca, a 30 de Janeiro; Aveiro, a 5 de Fevereiro; Espinho, a 9 de Fevereiro; Estarreja, a 10 de Fevereiro; Feira, a 30 de Janeiro; Ilhavo, a 6 de Fevereiro; Mealhada, a 29 de Janeiro; Oliveira do Bairro, em 16 e 31 de Janeiro; S. João da Madeira, a 29 de Janeiro; Vagos, a 6 de Fevereiro e Vale de Cambra, a 6 de Fevereiro.

Haverá ainda, em data a anunciar, sessões em Castelo de Paiva, Murtosa, Oliveira do Azemeis, Ovar e Sever do Vouga.

GUINDASTE "JONES SUPER 44"

PARA 4 TONELADAS



EXPERIENCIA DO GUINDASTE NO PORTO DE LISBOA

Para entrega imediata.

Completamente mecânico.

Robustez de construção.

Fácil manejo, não requiere pessoal
especializado.

"JONES" é o guindaste móvel mais vendido em Inglaterra

FABRICADO POR:

K. & L. STEEL FOUNDERS & ENGINEERS, LTD

LETCHWORTH-HERTS, INGLATERRA

REPRESENTANTES:

AHLERS, LINDLEY, LDA.

RUA DO FERREGIAL DE BAIXO, 33-2.º — TEL. 21321-4

LISBOA

O MOMENTO POLITICO

Evocam-se as figuras dos chefes liberais que se revelaram no século passado

Sr. Director—Publicou o jornal que v. muito dignamente dirige, no seu numero de quinta-feira, 13, uma entrevista com o sr. dr. Luis Pinto Coelho.

Não me interessam as opiniões politicas do mesmo senhor; tão pouco estou disposto a entrar na lica para terçar armas neste conturbado momento da vida portuguesa. Simplesmente, e sob minha honra o afirmo, nem que eu fosse o mais entusiasta defensor do Estado Novo deixaria de responder ao dr. Pinto Coelho, no ponto em que se refere deslealmente ao regime liberal, que ele diz, «importado á força de baionetas mercenárias», de «penadas de legisladores «snobs». No ponto em que agride a monarquia constitucional em termos de comicio e a classifica de «democracia deturpada e ridicula, feroz e retrograda».

Essas baionetas mercenárias eram empunhadas por Alexandre Herculano, José Esteves Coelho de Magalhães, o duque de Loulé, marquês da Fronteira, conde de Ficalho e seus irmãos, Almeida Garrett, os Melo Breyner, Luz Serrano, os dois Sá Nogueira e tantos outros portugueses que o Tribunal da Historia já julgou, sem esperar nem pedir a sentença do sr. dr. Luis Pinto Coelho. Desses legisladores «snobs», destaco o marechal-duque de Saldanha. Sá da bandeira, Fontes Pereira de Melo, e quantos mais?

Desses ridiculos democratas, destaco para não citar mais ninguém, um Rei como foi D. Pedro V.

Foram esses democratas ferozes que deram a Portugal o honrado titulo de ser o primeiro país da Europa que aboliu a pena de morte!

Os homens do liberalismo monarchico deixaram netos que certamente responderão ao sr. dr. Pinto Coelho, melhor do que eu.

Pela minha parte devo dizer-lhes, publicamente, que para fazer politica actualizada e que para servir o seu anacrónico miguelismo, não precisa, não tem necessidade de deslealidades.

Respeite os Mortos que bem merecem da Patria e estão em paz no Panteão da Historia. Acredite o sr. dr. Luis Pinto Coelho. O menos que posso dizer-lhe é que foi lamentavelmente infeliz.

Com a publicação desta carta, creia-me de v. sr. dr. Joaquim Manso, seu muito obrigado—
(a)—Sebastião José de Carvalho (Chancelieiros).

O dr. Vasco da Gama Fernandes esclarece um passo do discurso que proferiu em Alcobaça

Sr. director:—Desculpe-me o precioso espaço que lhe vou roubar com a publicação destas linhas que julgo indispensáveis para esclarecer o publico desprevenido ou os meus adversários honestos sobre aquilo que verdadeiramente disse na sessão de propaganda da candidatura do sr. general Norton de Matos, na noite de 14 do corrente, na vila de Alcobaça.

Refiro-me á reportagem facciosa ou precipitada que foi feita para o «Diário de Notícias» e por este publicada no seu numero de 15 deste mês.

Por amor á verdade, devo esclarecer que ela não é da responsabilidade de qualquer redactor qualificado daquele jornal, mas sim do seu correspondente ou informador naquela vila, meu adversário politico, cuja má audição ou má intenção (não sei bem o que foi) desvirtuou completamente o que eu efectivamente falei.

Quem me conhece sabe perfeitamente que seria absolutamente incapaz de injuriar fosse quem fosse e de ameaçar toalmente os meus adversários, onde há pessoas que considero e estimo, com um disparatado julgamento repassado de indulgência.

Compreendo, no entanto, que qualquer orador da União Nacional, na onda da sua propaganda, fosse levado a acreditar na enormidade, dada a forma como a noticia foi redigida, pois as frases ou frase, tal como a compo a imaginação ou a maldade do correspondente, cominha uma ideia atentatória daquela paz civil preconizada pelo meu Candidato e que eu, mais do que uma vez, publicamente, tenho perilhado.

Crio que o «Diário de Notícias» publicará

«CARTA DE VITAMINAS» que abrange 150 alimentos

Foi agora editada, pelo sr. Figueiredo Ministro, uma «Carta de Vitaminas», muito util para ser afixada não só nos estabelecimentos de ensino, como nos consultórios, hospitais, refeitórios, cozinhas e muitos outros locais, onde é necessário cuidar da dietética infantil e dos adultos.

Trata-se dum sugestivo mapa, onde, gráficamente, em círculos, variadamente coloridos, se dá o teor das vitaminas de mais de 150 alimentos. É um autêntico guia de saúde, onde qualquer póde escolher os alimentos mais ricos nas vitaminas A, para o crescimento; B, para o equilibrio nervoso; B2, assimilação geral; C, estabilidade sanguínea; D, formação ossea, e E, equilibrio nervoso e muscular, fecundidade e gravidez.

Seguiu-se o método numerativo e gráfico A. Orain. Este modelar quadro recebeu a medalha de prata, da Feira de Paris, podendo-se por ele compor racionalmente as nossas refeições, com a quantidade de vitaminas indispensável ao organismo.

A exemplificação gráfica da «Carta de Vitaminas», é duma admirável visualidade, podendo, rapidamente, saber-se quais as diferentes vitaminas e a sua quantidade que entram nas hortaliças, frutas, vinhos, queijos, peixes, carnes, etc.

Um bandido a monte põe em alvoroço a população de uma aldeia

ARMAMAR, 21.—A população da freguesia de Aricena anda alarmada pelo facto de um individuo chamado Francisco Paula, conhecido pelos seus instintos sanguinários, andar a monte, armado e bem municiado, e proferir as mais graves ameaças contra aqueles que o queiram prender.

O Paula tem praticado vários assaltos. Uma das suas victimas foi José Gouveia, que foi ferido gravemente com dois tiros, pelo que recolheu ao hospital de Vila Seca.

A população espera rapidas providencias das autoridades.

BOMBEIROS VOLUNTARIOS de Paço de Arcos

A direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos resolveu promover todos os domingos reuniões familiares dedicadas aos sócios e suas famílias, fazendo-se a admissão com a quota do mês anterior. A entrada dos convidados, quando apresentados pelos sócios, far-se-á mediante o pagamento a título de marcação de lugar, de 5000 para homens e 2500 para senhoras.

BAIRRO DOS PESCADORES em Viana do Castelo

VIANA DO CASTELO, 21.—Estão muito adiantadas as obras do bairro dos pescadores, na praia Norte, sítio das Pedras Ruivas, devendo ser entregues á junta central da Casa dos Pescadores, em 29 do corrente. A Camara Municipal está a proceder ás obras de saneamento e instalação de água e luz electrica.

a rectificação que na segunda-feira (dia em que tive conhecimento da local) enviei ao seu director, mas peço-lhe licença para, com mais pormenor, explicar o meu pensamento para desfazer todas as duvidas, se elas ainda existirem.

No que se refere ao funcionalismo publico, limitei-me a verberar o insólito procedimento de certo «nacional-funcionalismo».

Dirigia-me a uma pequena minoria de exaltados e incoscientes e não á massa enorme do nosso funcionalismo publico, constituido por pessoas da maior respeitabilidade e, portanto, não abrangidos naquela categoria.

Quanto aos julgamentos, referia-me simples e claramente á necessidade de ser instaurada uma justiça regular, indulgente e humana mesmo para os grandes prevaricadores que amanhã violem a lei penal. Aludia, portanto, e sómente, aos criminosos de delitos comuns.

Longe de mim qualquer alusão aos delitos de pensamento que desejaria ver banidos da terra portuguesa para se alcançar aquele ambiente de paz capaz de estabelecer, fraternalmente, a indispensável convivência portuguesa.

Mais nada pensei e mais nada disse.

Podem prová-lo as centenas de pessoas que me ouviram e a e as reportagens dos correspondentes de outros jornais, no exemplo eloquente do «Século», cuja noticia foi redigida insuspeitamente pelo comandante da Legião Portuguesa em Alcobaça.

Positivamente que não podemos andar á mercê de reportagens tendenciosas ou de exerevinhadores de jornais, sem categoria intelectual ou responsabilidade profissional!

Pela publicação desta carta, se confessa desde já grato—Vasco da Gama Fernandes.

AO FIM DE SETE MESES descobriu-se o autor de um desastre mortal causado por atropelamento

TORRES NOVAS, 21.—Depois de aturadas investigações feitas sob a direcção do delegado do procurador da Republica na comarca de Torres Novas, dr. Adilão Alves Branco, e com a diligente colaboração do comandante do posto da G. N. R. Paulo Gomes Figueiras, foi possível identificar o condutor duma camioneta que, em 28 de Junho do ano findo, atropelou mortalmente na estrada, entre esta vila e Tomar, um pobre homem de nome Manuel Roque. Trata-se de José Gaspar Reis, de 20 anos, residente na Lagoa do Furadouro, concelho de Vila Nova de Ourém, o qual conduzia a camioneta sem estar habilitado com a necessária carta de condutor, pondo-se em fuga, após ter praticado o desastre.

O Reis, que se encontra preso, narrou já as circunstancias em que se deu o desastre e confessou ser ele quem conduzia o veiculo no momento em que, ao fazer uma ultrapassagem, colheu o infeliz Manuel Roque, abandonando-o depois na estrada, sem lhe prestar os necessários socorros.

Também está detido o motorista encartado que seguia no mesmo veiculo, Abel Domingos Reis Silva, sobre quem inicialmente recaíam todas as suspeitas.

Foram ainda detidos dois individuos que seguiam na camioneta, estando agora as investigações a ser orientadas no sentido de se averiguar a sua responsabilidade no facto de não terem sido prestados os necessários socorros ao atropelado.

VIDA MUNDANA VIAJANTES

Depois duma demorada estadia no Norte do País, regressará, na próxima segunda-feira, pelo «Andas», a S. Paulo, o sr. Ernesto Seara Cardoso, grande industrial e figura de relevo na colonia portuguesa e nos meios sociais da capital bandeirante.

Com sua familia, embarcou para o Rio de Janeiro, no «Highland Princess», o sr. Mauricio Lima, considerado comerciante que, ha meses, se encontrava em Farnalhão, sua terra natal.

MELANIE

Originalidade, bom gosto e a maior variedade em fatos para crianças. Rua Capelo, 8.

ASSALTADO NA ESTRADA

CRATO, 21.—O singeleiro João Pedro Marchão, casado, de 49 anos, saíra desta vila a caminho do Monte de S. Lucas, depois de ter feito várias transacções na feira que se realizou aqui. Montado num burro, acompanhava-o de perto um individuo desconhecido, baixo, de boina e facho de surrêco claro, que levava um varapau na mão. Impreviavelmente, o singeleiro relatou ao desconhecido os negócios feitos e, então, este, a poucas centenas de metros do monte, agrediu-o barbaramente, roubou-lhe perto de oitocentos escudos e fugiu.

Aos gritos do singeleiro, acudiu gente, entre a qual a própria mulher do agredido, que o fez conduzir ao hospital desta vila, onde foi tratado.

A crítica do professor dr. Marques de Carvalho aos propósitos da Oposição

(Continuação da 1.ª pag.)

do Estado Novo nesse copitulo. Eis a resposta:

—Quando ás reformas de ensino, teremos de concordar que é dos aspectos em que a Revolução Nacional tem sido menos profunda. Não quer dizer que não se tenham prestado ao ensino os mais relevantes serviços. Basta a construção, por todo o País, de magníficos edificios para os liceus, que estavam quase todos vergonhosamente instalados, e a rede imensa das novas escolas primárias, para se ter ideia do cuidado que tem merecido a causa do ensino publico. Mas, propriamente as reformas de ensino têm sido superficiais, epidérmicas, visando quase exclusivamente o arrumo das marrias, mal atingindo as metodologias e quase não tocando a alma que deveria dar ás corporações docentes um verdadeiro espirito de cruzada na formação integral das gerações novas. Sobre tudo quanto ao ensino liceal, o de mais marcada acção formativa, mantém-se o ponto de vista do Estado docente, que importamos de França, nos maus tempos em que de lá vinha a palavra de ordem para tudo e, com ela, ideias sociais e politicas que tão nefastas nos foram.

—Na opinião, portanto, de v. ex.ª o que se deveria ter feito?

—Aparte o ensino de feição exclusivamente técnica, é á familia que compete escolher os educadores dos seus filhos, devendo remeter-se o Estado ao fornecimento de padrões de ensino e a uma severa fiscalização e insistente orientação pedagógica das entidades docentes privadas. Isto, é claro, sem excluir a acção supletiva do Estado, sempre que essas entidades não realizem integralmente a sua função de interesse publico.

—Em relação á politica interna e externa...

—No que respeita á politica externa, julgo que a sua direcção tem sido impecável, não faltando, inclusivamente, a consagração do êxito mais manifesto. Quanto á direcção da politica interna, tem faltado, a meu ver, certa plasticidade, enveredando-se, muitas vezes, por soluções de rigorismo geométrico, menos prezando-se o factor politico. Não tem sido dada á União Nacional a intervenção necessária para lhe assegurar a força politica que deveria fazer dela o grande alicerce civico do regime. Compreende-se a razão: quis-se evitar o nefasto partido unico e, est acerto. Mas, ao procurar evitar-se um clan todo poderoso, é preciso conseguir-se qualquer coisa mais do que uma agremiação impotente...

A entrevista mudou de rumo. Quisemos saber o que pensava o sr. prof. Marques de Carvalho acerca da eleição presidencial, da Oposição e do candidato que esta apresenta. A resposta vem pronta.

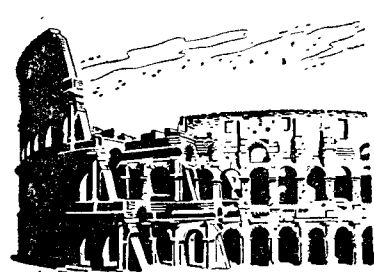
—Quanto á eleição presidencial, julgo a Oposição, ou, melhor, as oposições, incapazes de apresentar ao País um elenco sério de acção politica. Agregado heterogeneo de ideologias diversas, sedimentado, apenas, pelo comum apetite do poder, não se apresenta como força qualificada para deter em suas mãos os destinos do País. Conduziria fatalmente, se vencesse, a uma daquelas democracias populares que existem para lá da cortina de ferro e que todo o Mundo sabe o que são... Estou certo de que o instinto de conservação do País afastará para bem longe, de forma rotunda, essa perspectiva.

—Por que prefere v. ex.ª o candidato da União Nacional?

—A eleição do candidato da União Nacional representa a continuidade da obra da Revolução Nacional, o que quer dizer: da dignidade da Nação, da integridade do seu Império e da satisfação dos seus mais sagrados imperativos históricos.



**TWA PARA
ROMA**



**AMERICA
CAIRO**

Ligações para as grandes cidades mundiais. Veja o seu agente de viagens ou a TWA
Av. Ant. Aug. de Aguiar, 17-A — Tel. 53151-53152

TWA
TRANS WORLD AIRLINE
U.S.A. EUROPA AFRICA ASIA

Com a publicação desta carta, creia-me de v. sr. dr. Joaquim Manso, seu muito obrigado—
(a)—Sebastião José de Carvalho (Chancelieiros).

IMPORTANTE LEILÃO

de MOBILIARIO E ADORNOS
Pratas, Estofos, Papeleira de Pau Santo, Lustre,
Roupas de Linho, Cortinados, Fogão a gás
"Junker's"

Por motivo de partilhas e determinação dos Exm.^{as} Herdeiros, será vendido pelas maiores ofertas todo o magnifico recheio que compõe as 12 amplas divisões, sita na

AV. DUQUE DE AVILA, 69, 1.º, Esq.
Amanhã, Domingo, às 14 e 21 h.
(JUNTO AO CINEMA PALACIO)

Constando em especial de: RICA MOBILIA sala de JANTAR, estilo Holandês com cristaleira espelhada, CADEIROS com COUROS GRAVADOS, ferragens de metal, 16 PEÇAS, portas com cristais biselados ótima MOBILIA DE ESCRITORIO em pau santo de tremidos e torcidos, estante com 4 portas, secretária chapa de cristal, cadeiros de torcidos com couros gravados; belas mobílias de quarto de pau santo de rica construção antiga com interiores polidos em mogno; bonita mobília de sala estilo Luis XV em nogueira, com dourados, torrada em finíssima seda francesa, e toda a guarnição em seda; interessantes lustres de cristal e bronze, dito de saco; óptimas carpetes; papeleiras antigas em pau santo; escrivaninhas; cómoda com guarnições de bronze; bons jogos de mapas em veludo de seda, tapeçaria e pele; faqueiro em prata cinzelada; serviços de almoço e salvas D. João V e Renascença; espelhos de parede; mesas de fumo com tampo de metal lavrado; gravuras coloridas; molduras D. João V; porcelanas nacionais e estrangeiras; cristais; bibelots; bonita figura em mármore de Carrara; lavatórios de faiança; mesa cozinha com tampo de mármore; bateria de esmalte; óptimo fogão a gás "Junkers", esmaltado; aparador e diversos móveis dispersos; impecável esquentador esmaltado de distribuição "Cel"; diversos oleados; ricas passadeiras Beiriz, Cairo e oleado, e uma infinidade de lotes patentes no acto do leilão.

Trata esta rica almoeda a

Agência de Leilões - ERNESTO BENTO JUNIOR
Telef. 31840 Pregoeiro: A. PINTASSILGO

TUBOS DE FERRO

PRETOS E GALVANIZADOS
e seus acessórios

Jayme da Costa, L.^{da}

8 - RUA DOS CORREIROS - 26
LISBOA

Caixas de cartão canelado

Sistema americano

Fabricamos caixas de todos os tamanhos e feitos para embalagens de mercadorias a expedir principalmente por encomendas postais, avião, caminhos de ferro, marítimos etc.

Grande economia nos transportes.

Pedidos á

UNIAO DO COMERCIO EXPORTADOR, LD.^a

Rua das Chagas, 17-3.º — Telef. 33091

As SANDUICHES de BOVRIL

são deliciosas

As sanduiches de BOVRIL são tão agradáveis ao paladar que todas as pessoas as desejam e tão económicas que podem ser oferecidas profusamente a todas as pessoas.

Quanto mais delgada for a camada de BOVRIL mais rico será o sabor da sanduiche. E as sanduiches de Bovril são tão nutritivas!



ORDEN DOS ADVOGADOS CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA EDITAL

FERNANDO CASTELO BRANCO, Vice-Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Faço saber, nos termos da 2.ª parte do § 6.º do artigo 592.º do Estatuto Judiciário, que, por acórdão proferido pelo Conselho Superior desta Ordem, no processo disciplinar em que foi participante José Miguel de Oliveira Torres de Abreu, foi aplicada ao advogado desta Comarca, Dr. Joaquim Seixas e Sousa, por infracção dos artigos 545.º, 555.º n.º 6.º e 561.º do mesmo diploma legal, a pena de suspensão por seis meses.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1949.

O Vice-Presidente,
Fernando Castelo Branco.

COMARCA DE LISBOA

1.º Juízo Cível

O dr. Alberto Nogueira de Lemos, Juiz de Direito do 1.º Juízo Cível da comarca de Lisboa:

Faz saber que no dia 5 de Fevereiro, próximo, por 14 e meia horas, em Porto Salvo, freguesia de Oeiras, residência do executado Joaquim Antunes Rodrigues, se ha-de proceder á arrematação em hasta pública, pelo maior lance oferecido acima dos valores da sua avaliação, de diversos bens moveis penhorados áquele executado, pelos autos de execução de sentença na acção summarissima que Manuel Gomes da Silva ou Manuel da Silva lhe move, e cujos autos pendem na comarca de Oliveira de Azeiteis, segunda secção.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1949.

O Chefe da 1.ª Secção de Processos,

a) Alfredo Pinto do Souto
O Juiz de Direito,
a) N. Lemos



VENCEDORA DO CONCURSO DO
DIÁRIO POPULAR

Aluga-se

o 4.º andar, esq.º, da Rua Braamcamp, 6, com elevador, para habitação ou comércio.

COMARCA DE LISBOA

3.ª Vara Cível

ANUNCIO

Faz-se saber que pela 3.ª Secção da 3.ª Vara Cível de Lisboa e por sentença de 8 de Janeiro de 1949, com trânsito em julgado, foi decretado, o divórcio de Margarida Fonseca Fernandes e de Jacinto Fernandes. O Chefe de Secção, Carlos Moreira Verifiquei, O Juiz de Direito, Sousa Monteiro.

Abrunheira do Bairro - Coimbra



Adelino Pinto Rodrigues
FALECEU

Seus pais, irmãos, e mais família cumprem o doloroso dever de participar o seu falecimento e que o seu funeral se realiza amanhã domingo, pelas 8 horas, do hospital da Cuf, na Travessa do Castro, 3, em Lisboa, para a Igreja Paroquial de Assafarge na cidade de Coimbra, seguindo-se o cortejo fúnebre pelas 16 e 30, para o cemitério de Assafarge da mesma cidade.

AGENCIA MEGA



Super 5 modernas
válvulas

Lindas e atraentes caixas em cores, próprios para
qualquer dependência de um lar distinto

MODELOS DESDE ESC. 980\$00

(Prestação mensal desde Esc. 58\$80)

A' V. NDA EM TODAS AS BOAS CASAS

Distribuidores gerais:

Costa & Brito, L.^{da} — Rua da Conceição, 35, 1.º — Lisboa
Peçam catálogo elucidativo com p'ano de vendas

Companhia Colonial de Navegação

PAQUETE «IMPERIO»

Sairá em 29 do corrente, pelas 16 horas, da Gere Marítima da Rocha do Conde de Obidos, via Leixões, recebendo carga geral e de frigorífico e passageiros para:

Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Moçâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique.

AVISO AOS SRS. CARREGADORES: Recebe carga até ao dia 27, das ordens visadas até ao dia 24.

AVISO AOS SRS. PASSAGEIROS: A bagagem deve estar a bordo até ao dia 28, pelas 17 horas, e o embarque efectua-se das 13 às 15 horas.

N/VAPOR «QUIONGA»

Sairá em 1 de Fevereiro, com escala por Leixões, recebendo carga para:

Funchal, S. Vicente, Praia e Bissau

LISBOA - Rua de S. Julião, 63 — Telefones 30131 a 30138

Porto - Rua Infante D. Henrique, 9 — Telefone 23342

Sociedade Geral

para: S. Tomé, S.º Antonio do Zaire, Ambriz, Luanda, Lobito e Moçâmedes com escala por Dande, Cuio, Prala e S. Vicente se necessário.

O vapor «LUSO»

Receberá carga na doca de Alcantara, nos dias 27, 28 e 29 do corrente e 1 e 2 de Fevereiro, para sair em 4

Para cargas tratar em Lisboa:

R. do Comércio, 39

Telefone 30551

O MOMENTO POLITICO

A Junta de Colonização Interna

responde às considerações do dr. Mário de Azevedo Gomes
em matéria de política agrária

Sr. director do «Diário de Lisboa»:

1—O sr. professor Azevedo Gomes, na entrevista concedida ao «Diário de Lisboa» e publicada no seu numero de ontem, aborda vários temas politicos e occupa-se da Junta de Colonização Interna e da sua actuação. Antes de iniciar a sua exposição declara que só trata dos assuntos que conhece; que é sincero e desapaixonado e que por imperativo de consciência procura sempre proceder de maneira a conquistar o respeito geral.

Não duvidamos da sinceridade do professor Azevedo Gomes. Prestamos-lhe, por isso, a justiça de acreditar que as suas afirmações nos não imporiam o dever de dar alguns esclarecimentos e fazer algumas correcções se tivessem sido feitas em período menos agitado, sem objectivos politicos e se, na verdade, Sua Ex.^a estivesse melhor informado. Efectivamente, naquela entrevista, Sua Ex.^a diz coisas que sabe, não diz outras que também sabe e não deveriam ser omitidas num desapaixonado exame do problema. Finalmente, faz afirmações que são completamente destituídas de fundamento.

2—Por isso, somos forçados a solicitar de V. Ex.^a, sr. director, a publicação da presente carta que apenas se destina a esclarecer a opinião publica, que poderia ser induzida em erro por algumas afirmações produzidas.

3—Estamos certos de que, noutra ocasião e num exame sereno e imparcial das questões versadas na entrevista, o sr. professor Azevedo Gomes não deixaria de lamentar que o estudo e a actuação official no dominio dos problemas agrários tivessem sido tão descuidados no nosso País. Não deixaria, decerto, de registar que só em 1930 com a reforma dos serviços do Ministério da Agricultura, sendo ministro o sr. coronel Linhares de Lima, se constituiu o primeiro organismo que deveria dedicar-se ao estudo dos problemas agrários—a Direcção Geral da Acção Social Agrária—a que sucedeu, em 1937, com a reforma dos serviços da agricultura do ministro dr. Rafael Duque, a «Junta de Colonização Interna».

Este atraso de mais de 20 anos em relação à vizinha Espanha—que logo em 1907 enfrentou o problema—faz que só agora se comece a dispor de uma equipa de técnicos convenientemente preparados e especializados para equacionar os problemas agrários em bases técnicas e não ao sabor de correntes politicas.

A esta realidade, poderá em boa verdade afirmar-se que se tem caminhado devagar e que é diminuta a obra realizada?

Esquece-se Sua Ex.^a de que afirmou, em 1924, que se conheciam apenas muito pela rama boa parte dos problemas interessando a melhor exploração agricola da terra portuguesa?

4—Ao invés do que o sr. professor Azevedo Gomes afirmou ou deixa transparecer em várias passagens das suas declarações, a Junta de Colonização Interna nunca foi compelida a seguir determinada orientação, nem aos seus serviços alguma vez faltou estímulo e apoio governativo para a realização de tudo o que se encontra devidamente estudado e planificado. Não há, portanto, estudos ou planos prontos a executar que estejam na gaveta por desinteresse superior.

Em matéria de estudos, sempre a Junta dispôs de grande liberdade de actuação. Assim, nunca deixaram de merecer aprovação os programas anuais de estudo, e sempre a Junta pôde solicitar a colaboração dos técnicos mais competentes, quando ela era necessária ou conveniente, sem se preocupar com as ideias politicas que professavam.

Apaz-nos até verificar que os técnicos da classe a que nos honramos de pertencer, quando se dedicam a um problema técnico o vivem tão intensamente que sempre procuram encontrar para ele a melhor solução, sem preocupações de ordem politica... (talvez por deformação profissional). Por isso, sempre entre os engenheiros agrónomos tem sido possível uma colaboração construtiva, venham eles donde vierem e seja qual for a sua formação politica.

Se no caso presente não podemos solidarizar-nos com o sr. professor Azevedo Gomes é porque ele, falando com a sua autoridade de técnico, procurou discutir um problema politico. Somos mesmo levados a pensar que, neste caso, foi o politico, que, ao abordar um problema técnico, deixou transparecer a sua... deformação de politico.

5—Também no campo das realizações, a Junta encontrou sempre o maior interesse das instancias superiores para a execução dos planos devidamente estudados, quer no aspecto técnico, quer nos económico e social.

E' certo que o projecto de colonização da herdade de Pegões ficou concluído em 1942 e só começou a ser executado em 1947. E não é menos que o «Plano Geral do Aproveitamento dos Baldios Reservados», concluído em 1941, só teve começo de execução em 1947. Mediou, sem duvida, a primeira vista, longo espaço de tempo entre a concepção e a exe-

cução das obras planeadas; mas a Junta de- pressa compreendeu e achou perfeitamente justificável a prudência do Governo, não querendo iniciar a execução de um plano que cus a quase duas centenas de milhares de contos sem previamente verificar o resultado da orientação que a Junta, a título experimental, seguira na instalação da colónia agricola de Martim Rei (Sabugal), cuja actual prosperidade o sr. professor Azevedo Gomes é o primeiro a reconhecer.

Cabe aqui dizer que tal prosperidade não é devida simplesmente á fertilidade da terra, mas principalmente a uma cuidadosa e constante assistência técnica e social, que constitui novidade na terra portuguesa.

Está em plena execução o programa aprovado, no qual se compreende não só o aproveitamento dos baldios acima referidos, como também a colonização de propriedades na posse do Estado e susceptíveis de colonização da zona dominada pela Barragem Marechal Carmona, com vista á instalação não de umas poucas dezenas de famílias, como o sr. professor Azevedo Gomes afirma na sua entrevista, mas de mais de 1.500 famílias, sem contar com as 26.500 cuja economia familiar será consideravelmente melhorada pela distribuição de glebas.

6—E' muito possível que no programa existam erros e, que, como afirma o sr. professor Azevedo Gomes, a colonização dos baldios tenha sido concebida em bases erradas, por extremamente dispendiosas. Mas, se assim for, não se está em presença de um problema politico, mas dum problema económico e técnico, de exclusiva responsabilidade da Junta de Colonização Interna, a cujos técnicos o sr. professor Azevedo Gomes não se furta de prestar caforosa homenagem. Reconhecemos, no entanto, que estes problemas são sempre susceptíveis de discussão, mas julgamos que o sr. profes-

sor Azevedo Gomes, se conhecesse em pormenor os projectos de colonização incluídos no plano de obras, teria de os condenar a todos —Pegões e Sabugal inclusive—ou de a todos dar a sua aprovação, por serem uniformes as bases técnicas e económicas e os principios que presidiram á sua elaboração.

7—Sempre a Junta teve por objectivo o aumento da riqueza e a melhor e mais justa distribuição da terra. Integrada neste pensamento, começou por efectuar o inventário dos baldios e o estudo das suas possibilidades de aproveitamento, trabalho que constituiu a aspiração de todos os governos de há dois séculos a esta parte e que a Junta inciou e conseguiu levar a bom termo. Daqui resultou a valorização de algumas dezenas de milhares de hectares que se encontravam improdutivos ou quase improdutivos.

Teria sido errada esta orientação?

Ou preferia o sr. professor Azevedo Gomes —que muito bem conhece a preparação que da escola traziam os engenheiros agrónomos, que concluíram os seus cursos até há dez ou doze anos e bem sabe da inexistência de estudos sérios e fundamentados no campo da economia agrária—que o Governo empurrasse imediatamente a Junta para a concepção e execução de uma «Reforma Agrária»?

Mas onde está, em, nesse momento, os estudos sérios e fundamentados em que pudesse basear-se um trabalho de tal magnitude e gravidade?

Por isso, a Junta, apesar de solicitada, porque se mostrava consciente das suas responsabilidades e da importância de tão magno problema, preferiu caminhar com perfeita segurança, recolhendo todos os elementos, efectuando todos os estudos necessários a fim de adestrar e preparar o seu pessoal, pondo-o em contacto com as realidades da vida rural, de modo a encontrar para os seus problemas a

soluções mais adequadas e mais harmonicas com a mole das nossas populações.

Pensando e agindo assim, a Junta não fez mais do que seguir a orientação preconizada pelo sr. professor Azevedo Gomes, quando escreveu, a página 39 do seu livro «Dois meses no Ministério da Agricultura»: «Livrem-nos da corteza de vistas em matéria económica; não é o dia de hoje e de pouco valem as dificuldades da occasião perante a preparação em bases sólidas do futuro do País».

Não nos tentam nem seduzem, as reformas agrárias impostas por necessidades politicas de momento e que, por isso mesmo, são improvisadas.

Preferimos ir mais devagar, pois julgamos mais seguro e até profissionalmente mais sério estudar com pormenor as diferentes zonas do território, enquanto se promove o aproveitamento dos terrenos baldios, das propriedades do Estado (herdade de Pegões e mata da Gafanha) e das dos municípios.

Numa segunda fase, que está muito próxima, e dentro de um ordenado pensamento de realizações, estaremos habilitados com elementos de ordem técnica, económica, social e jurídica, que nos permitirão apresentar ao Governo, se não as bases de uma reforma agrária, pelo menos uma série de medidas que, no seu conjunto, constituirão uma verdadeira Reforma Agrária feita por portugueses e para portugueses, e que deixarão a perder de vista... a divisão da Serra de Mértola.

8—Insurge-se o sr. professor Azevedo Gomes por ser doutrina official considerar a Lei de Melhoramentos Agrícolas como parte integrante de uma reforma agrária.

Que entende s. ex.^a por reforma agrária? Apenas o parcelamento da grande propriedade? Não julgamos que seja assim, mas, mesmo nesta hipótese, podemos afirmar ser já interessante a repercussão que, neste capitulo, se obteve com a Lei de Melhoramentos Agrícolas. Efectivamente, s. ex.^a, embora só fale do que conhece, ignora certamente que na herdade da Adua se estão a instalar 100 famílias, abrangendo o projecto a fixação de 140. Ignora também que para a herdade do Pereiro se planeou e estão decorrendo obras para instalação de 40 explorações agricolas de tipo familiar. E não sabe, possivelmente, que estas obras estão sendo executadas ao abrigo da Lei de Melhoramentos Agrícolas, em propriedade do dominio privado do Município de Montemor-o-Novo, no primeiro caso, e em propriedade particular, no segundo.

Se, porém, for mais lata a sua concepção de reforma agrária e se, portanto, os problemas agrários se não resumirem ao parcelamento da propriedade, poderemos afirmar e insistir em que a Lei de Melhoramentos Agrícolas está já contribuindo em larga medida para a resolução de alguns problemas agrários, e que não é «desconchavo» considerá-la como elemento de uma reforma agrária.

9—Poderíamos também citar numerosas demonstrativos dos beneficios que, para os pequenos e médios lavradores, resultam da Lei de Melhoramentos Agrícolas, que não é mero diploma de crédito hipotecário. Efectivamente, ao abrigo daquele diploma, mais de um milhão de pequenos e médios agricultores obtiveram, além da assistência financeira, a assistência técnica necessária para a concepção das obras que pretendiam realizar, as quais foram acompanhadas por técnicos que devotadamente as orientaram, ou orientam ainda, prestando aos interessados uma colaboração que nunca é demais encarecer.

10—Afirma ainda o sr. professor Azevedo Gomes que de 1937 a 1945, com o dispendio de 18.500 contos, se haviam instalado somente 53 famílias. Não o fez, certamente, no proposito de faltar á verdade, mas é muito lamentável não ter esclarecido que, nessa verba, estão incluídos todos os encargos satisfeitos com numerosos e importantes estudos realizados até essa data—alguns dos quais s. ex.^a qualificou de preciosos—e que se não limitaram aos referentes ás obras que foram concluídas até 1945...

11—E' tempo de concluir. Do exposto resulta, inequivocamente, ao contrário do que se afirma na entrevista do sr. professor Azevedo Gomes, que o Governo tem dispensado a sua melhor atenção aos problemas da colonização interna e que este organismo tem encontrado sempre nas instancias superiores uma perfeita compreensão dos seus problemas e o mais forte incentivo para a sua acção. Se a sua obra não é já mais vasta e mais profunda, tem de procurar-se a justificação do facto na circunstancia de se ter começado em 1930 e de se ter partido do nada.

Agradecendo a publicação da presente carta, subscrevo-me, com elevada consideração, de v. etc.—O vice-presidente da Junta de Colonização Interna, Eduardo A. Vaz da Silva.

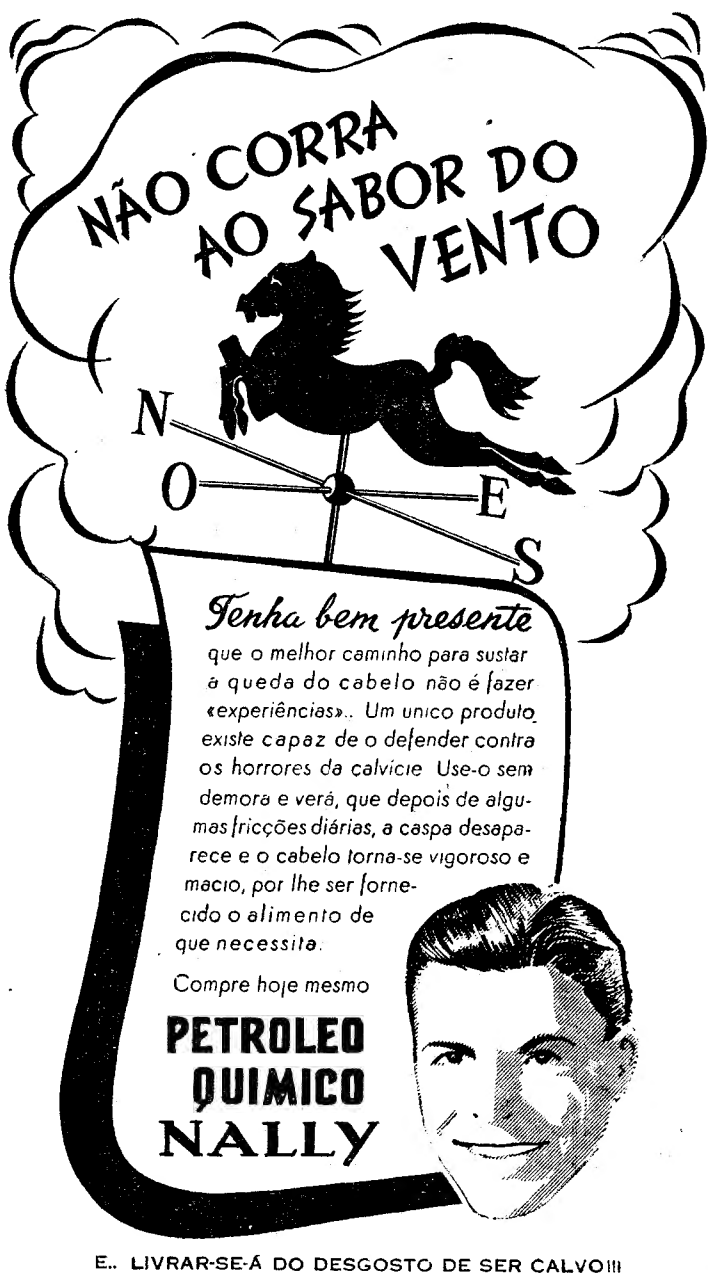
Contra a Democracia

é o titulo dum livro sensacional do sr. dr. Alfredo Pimenta, já á venda nas livrarias, ao preço de Esc. 7\$50. Pedidos ao Apartado 409, Lisboa-C.

GILETS PULL-OVERS

A maior colecção
TORRE EIFFEL

104, RUA DO CARMO, 106



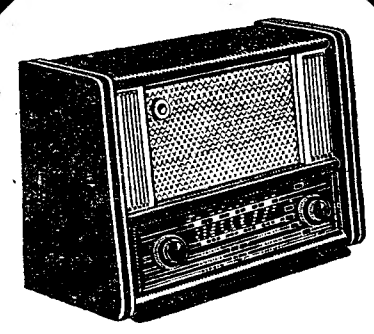
NÃO CORRA AO SABOR DO VENTO

Tenha bem presente que o melhor caminho para sustar a queda do cabelo não é fazer «experiências». Um unico produto, existe capaz de o defender contra os horrores da calvicie. Use-o sem demora e verá, que depois de algumas fricções diárias, a caspa desaparece e o cabelo torna-se vigoroso e macio, por lhe ser fornecido o alimento de que necessita.

Compre hoje mesmo
PETROLEO QUIMICO NALLY

E. LIVRAR-SE-Á DO DESGOSTO DE SER CALVO!!!

SIERA



Chiu!...
está um
Siera a tocar

A VENDA NAS BOAS CASAS
DA ESPECIALIDADE

PARA

DUBLIN e LIVERPOOL

(DIRECTO)

Carrega em 24 do corrente, o

N/M «CASCADE»

OS AGENTES

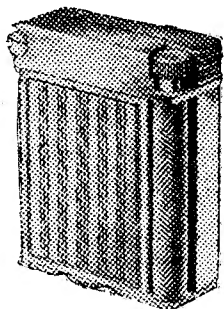
JOHN McCULLOCH, LDA.

Rua da Misericórdia, 36, 1.º

Telef. 3 0613

ISQUEIROS INGLESES
BRUMMELL • STRASMORE • ELSTALITE

Uma infinidade de lindíssimos
modelos



PEÇAM UMA VISITA
DO NOSSO PRACISTA

Representantes Exclusivos
para Portugal e Colónias:

SPIRA IRMÃOS, LDA.

Rua da Emenda, 111-1.º — LISBOA
Tel.: 27432-26902

Herlofson Line

Navio rápido norueguês a motor

«HERMUND»

CARREGA CERCA DE 26-27 DE JANEIRO PARA:

BARCELONA, MARSELHA, GENOVA, BEIRUTE, ALEXANDRIA, PORT SAID, SUEZ, ADEN, MORMUGÃO, BOMBAIM, KARACHI, BAHREIN, KHORRAMSHAR, BASRAH e BAGDAD VIA BASRAH.

AGENTES

JOHN McCULLOCH, LDA.

Rua da Misericórdia, 36, 1.º

Tel. 30613



OS PAPEIS
FOTOGRAFICOS
DE RENOME
MUNDIAL!

PLASTIKA BROMIDE

PARA LUXUOSAS AMPLIAÇÕES

CONTACT

PARA CÓPIAS IMPECAVEIS

São produtos **ILFORD**

A MARCA DE ABSOLUTA CONFIANÇA
À VENDA NAS BOAS CASAS
DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS

REPRESENTANTE: M. SIMÕES JR.
R. CONCEIÇÃO, 46, 48-50 - TEL. 30306 - LISBOA

RESTAURANTE BONJARDIM

Continua com a sua
grande novidade: frangos
e perdizes assados
no espeto, que são uma
verdadeira delícia

Travessa de Santo Antão, 7
Telefone 24389

GASTROSEDAN

Um pó estomacal Vitaminiado!

Se padece do estômago experimente esta novidade terapêutica, de resultados extraordinários. Dirija os s/ pedidos ao depositário.

João Ant. Relêgo
PAVIA — Alentejo

Restaurante «A Marisqueira»

Telefone 234—Cascais

Serviço de Almoços e Jantares a preço fixo e à lista, vinhos das melhores marcas.

Sala reservada para Banquetes. Linda vista de mar.

DR. MIGUEL DE MAGALHÃES

Monitor da clínica de Necker—Paris
RINS, vias urinárias—Venere—Sifilis.
Travessa Nova de S. Domingos, 9
1.º às 15 horas Telefone 2 9062



Artur Francisco dos Reis

MISSA DO 7.º DIA

Sua família participa que na próxima 2.ª feira, dia 24, pelas 12 horas, manda celebrar uma missa pelo seu eterno descanso, na igreja de Nossa Senhora da Pena, à Calçada de Sant'Ana, agradecendo desde já a todos os que se dignarem assistir a este piedoso acto.



A grande
marca de balanças
automáticas para
estabelecimentos
modernos!

BIZERBA

Construídas segundo os mais
recentes princípios da técnica
PREÇOS MODERADOS • FACILIDADES DE PAGAMENTO
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

Representante: AGENCIA COMERCIAL SUECA, L.ª
R. DOS FANQUEIROS, 250, 2.º E. - TEL. 3 2903 - LISBOA

Agentes regionais:

NORTE — Santarém, Limitada
Rua Ramalho Ortigão, 40
Telef. 24587 — Porto

CENTRO — Agência Comercial do Mondego, Limitada
Av. Sá da Bandeira, 2 — Coimbra

SUL — Agência Comercial de Faro, Limitada
Rua de Santo António, 57-59
Telefone 76 — Faro.

SOTAL

A Carpete Nacional Duas Faces,
em lã e de tipo oriental

A' venda nas casas da especialidade

Representantes exclusivos para Portugal e Colónias:

GUILHERME SILVA FERREIRA, L.ª

RUA DA PRATA, 214-224, 1.º LISBOA

TINTURARIA CAMBURNAC

FUNDADA EM 1846

10, Largo d'Anunciada, 12

Telefone 26415

Lava, ting e limpa, toda a espécie de vestuário,
assim como carpetes e reposteiros.

Especialidade em limpeza a seco desde a sua
fundação, à qual tem sido introduzidos os aperfeiçoamentos mais modernos.

Lembramos a vantagem de consultar os nossos
preços.

Ellerman & Papayanni Lines, Ltd.

(SERVIÇO SEMANAL)

Navio «DARINIAN»

Recebe carga e passageiros para:

LIVERPOOL

EM 27/28 DE JANEIRO

Os Agentes:

MASCARENHAS & C.º

T. do Corpo Santo, 10, 1.º - D.

Telefones 2 7311 - 2 2598

LISBOA

UMA CAMIONETA COLHEU dois soldados

ALBUFEIRA, 22 — (Pelo telefone).—Uma camioneta da firma Marques, Pinto & C.ª, limitada, derrapou e, sem que o condutor o pudesse evitar, foi colir junto á parede dois soldados de Caçadores 4. que nesta vila estão a proceder á remoção de lamias provenientes das inundações de 22 de Dezembro passado. Um dos soldados ficou em estado grave, dando ambos entrada no hospital desta vila.

Ordem dos Advogados Instituto da Conferência

Na Ordem dos Advogados, continúa hoje, a discussão do relatório apresentado pelo professor dr. Taborda Ferreira, sob o título «Primeiras observações críticas ao decreto-lei n.º 37.047, de 7 de Dezembro de 1948» e já discutido em sessões anteriores naquele Instituto.



Oferece as maiores facilidades
no sistema de vendas a crédito

Uma grande organização comercial
em colaboração com os melhores
estabelecimentos de Lisboa

De tudo para todos

Rua de S. Lázaro, 174 - 1.º

Telef. 42171

LISBOA

—X—

AGENTE NA AMADORA:

AUTODORA, L.ª

Av. Gago Coutinho, 69

Telefone Amadora 303

DIÁRIO DE LISBOA

O TEMPO QUE FAZ

Tempo provável até amanhã á tarde, segundo
previsão do Serviço Meteorológico Nacional:

No Continente—Região Norte: Céu com algumas nuvens. Vento NE fraco. Visibilidade boa. Temperatura estacionária. Região Central: Céu com algumas nuvens por vezes nublado. Vento N fraco. Visibilidade boa. Temperatura estacionária. Região Sul: Céu nublado. Calma. Visibilidade boa. Temperatura estacionária.

Na Costa—Zona Norte: Céu com algumas nuvens. Vento N-NW fraco. Visibilidade boa. Estado do mar: chão. Zona Sul: Céu nublado. Calma. Visibilidade boa. Estado do mar: chão.

Temperaturas extremas em Lisboa, hoje: máxima, 16.2; mínima, 6.8. No mesmo dia do ano passado: máxima, 15; mínima, 11.4.

PROGRAMAS DE RADIO

EMISSION—A's 18 e 30, Danças; 19, Notícias; 19 e 5, Emissão infantil; 19 e 35, Música sinfónica; 20, O caso do dia; 20 e 15, Que quer ouvir?; 21, Notícias; 21 e 15, Música de salão; 21 e 35, Crítica literária; 21 e 45, Primeira parte da Hora de arte, para trabalhadores; 22 e 30, «Duas gerações», diálogo; 22 e 45, Música de salão; 22 e 55, Marchas; 23, Reportagem da sessão promovida pela União Nacional, da Figueira da Foz; 23 e 25, Marchas; 23 e 30, Danças; 23 e 50, Notícias; 0, fecho.

RADIO OLUBE—A's 19, Danças; 19 e 30, Canções; 19 e 45, Orquestras; 20, Orgão; 20 e 15, Música portuguesa; 20 e 45, Jornal; 21, Fantasia; 22, Eventual; 22 e 15, Palestra; 22 e 45, Danças; 23 e 45, Jornal; 0, fecho.

RENASCENÇA—A's 19 e 30, Emissão infantil; 20 e 30, Notícias; 20 e 40, Música portuguesa; 21 e 15, Música escolhida; 22 e 15, Notícias; 22 e 30, Música de Rossini; 23, Fantasia; 23 e 15, Música portuguesa; 0, fecho.

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

TURNO F—Leal de Matos—R. Neves Costa, 33-35 (Carnide) (Tel. 58-181); Sousa—Estrada de Benfica, 429-431 (Tel. 58-027). Praes & Mota—Rua da Beneficência, ao Rego, 91 (Tel. 73728); Central do Lumiar—Rua do Lumiar, 77 (Tel. 79-390); Ascenso—Bairro da Encarnação, Rua 19; Bentosinho—Av. de Oscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 74920); Avenidas (Das)—Av. da República, 27-A (Tel. 42532); Figueiras—Av. do Marquês de Tomar, 20 (Tel. 44995); Palma—Av. do Duque de Avila, 25-31 (Tel. 47088); Oliveira Viegas—Rua de Viriato, 27, 27-A (Tel. 48966); Ducal—Avenida do Duque de Loulé, 19 (Tel. 48946); Vieira Borges—Rua de Alexandre Herculano, 28 (Tel. 40536).

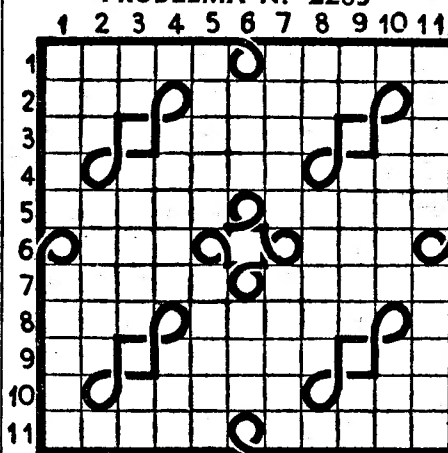
Silva Santos—Rua da Escola Politécnica, 80 (Tel. 60280); Imparcial—Rua do General Taborda, 28 (Tel. 41031); Porfírio—Rua de Francisco Metrass, 59 (Tel. 63349); Lapa (Da) Rua dos Navegantes, 10 (Tel. 61734); Aurélio Rego—Calçada da Estrela, 139 (Tel. 61758); Aires da Silva—Rua da Esperança, 17 (Tel. 60913); Pinheiro—Rua do Presidente Azevedo, 16 (Tel. 61867); Bairro—Rua do Prior do Crato, 25 (Tel. 61321); Correia de Azevedo—R. de Luís de Camões, 48 (Tel. 38625); Lidia Almeida—Calçada da Ajuda, 170 (Tel. 37318); Costa, Suc. (Gonçalves)—R. de Bartolomeu D'as, 63; Oliveira (Dos)—Rua de Alves Gouveia, 19; Grijó—Rua do Grilo, 25 (Tel. 39-144); Banha—Estrada de Chelas, 173-175; Vitalis—Rua de Mora's Soares, 66-A (Tel. 48011); Pais—Rua de Carvalho Araújo, 156 (Tel. 73965); Aliança—Av. do Almirante Reis, 145 (Tel. 50487); Romano Baptista—Rua de Passos Manuel, 6 a 10 (Tel. 50593); Matos—Rua de Alvaro Coutinho, 10 (Tel. 40471); Central da Penha—Rua da Penha de França, 60 (Tel. 51071); Progressiva—Rua de St.ª Marinha, 18 (Tel. 27929); Pereira, Suc.—Rua do Paraíso, 98-100 (Tel. 25124); S. Marçal—Rua de S. Marçal, 100 (Tel. 25318); Modelar—L.º do Dr. A. S. Macedo, 30 (Poço Novo) (Tel. 27896); Pinharanda—Rua da Roca, 94-96; Andrade, L.ª—Rua do Alecrim, 125 (Tel. 23446); Magalhães—Av. do Almirante Reis, 4-D F (Tel. 49479); Morão—Rua da Assunção, 17-19 (Tel. 21289); Internacional—Rua Aurea, 228 (Tel. 22017).

CARTAZ DOS ESPECTACULOS

NACIONAL—A's 21 e 30—«Outono em flôr».
AVENIDA—A's 20 e 30 e ás 22 e 45—«Taxi... ao Avenidas».
APOLO—A's 20 e 45 e ás 22 e 45—«O vivo demónio».
MARIA VITORIA—A's 20 e 30 e ás 22 e 45—«O pirata da perna de pau».
VARIEDADES—A's 20 e 30 e 22 e 45—«Desculpa, ó Cactano».
COLISEU—A's 21 e 30—Nova companhia de circo.
S. LUIS—«Sonata de amor».
TIVOLI—«A culpa é do papá».
EDEN—«Carta duma desconhecida».
TRINDADE—«Libertação».
POLITEAMA—«Uma vida para dois».
GINASIO—«Cossacos contra Moscovo».
ODEON e PALACIO—«Não há rapazes maus!».
CAPITOLIO—«Tarzan e as aserías».
OLIMPIA—«Contrabando».
TERRASSE—«Robin dos bosques».
LIS—«A filha do lavrador».
PROMOTORA—«Escrava do deserto».
JARDIM CINEMA—«A ultima jogada».
BELEM JARDIM—«Lágrimas de mãe».
R. AMADORA—«Culpado».

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 2283



HORIZONTAIS: 1—Aumentos. Apto. 2—Ponta aguda. Realizo. 3—Batraquio. Sublinho. Freqüentar. 4—Cavernosas. Passado. 5—Que tem olhos azuis claros. Acres. 6—Confie. Ri-lha. 7—Excede. Tributam com sisa. 8—Procede. Grosseiro. 9—Nome de letra grega. Conheça. Preposição. 10—Montanha onde Moisés recebeu de Deus o Decálogo (Bibl.). Prefixo que designa antecedência. 11—Cume. Praia.

VERTICAIS: 1—Agrada. Divida. 2—Planeta satélite da Terra. Carícia. 3—Alto ail Situação aflitiva. Nota musical. 4—Lados. Textualmente. 5—Trago. Agite. 6—Caritativa. Braço de mar. 7—Termina. Crescia. 8—Anel. Brada. 9—Rio de Italia. Irado. Pretexo. 10—Imaginação. Epoca. 11—Cifras. Cidade e porto da Lituania.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 2282

HORIZONTAIS: 1—Recambiara. 2—Eva. Caças. 3—Tó. Votar. Fá. 4—Ser. Vir. 5—Fia. Ladear. 6—Tente. Morde. 7—Arcano. São. 8—Dia. Vai. 9—Ou. Bisar. Ar. 10—Reais. Ira. 11—Remissivos.

VERTICAIS: 1—Retratados. 2—Evo. Feriu. 3—Cá. Vinca. Ré. 4—Ata. Bem. 5—Cós. Enviai. 6—Batel. Oásis. 7—Içaram. Ias. 8—Aar. Dos. 9—Rs. Verão. IV. 10—Fiado. Aro. 11—Corregaras.

CRYSLER WINDSOR

Ultimo modelo, impecável, por motivo de retirada, vende-se. Rua Actor Tasso, 20.

Dr. Rodolfo Xavier da Silva

Sua Família, na impossibilidade de agradecer a todas as pessoas, por falta de indicações, testemunha a todos a sua profunda gratidão, e participa haver missa no próximo dia 25, pelas 10 horas, em S. Sebastião da Pedreira.



Mary Frances Rice do Nascimento Moura FALECEU

Jacinto José do Nascimento Moura, Maria do Carmo Valadares e Moura, e filho, Francisca Visger Miller, José Jacinto de Moura e filhos, Frances Jane Standen, Maria Miller, Thomas Miller, Anthony Miller, Thomas Visger Miller, John Miller, Elisabeth Oliveira, Julio Bento de Oliveira, (ausente) Maria Irene Aragão Moura Soares, seu marido e filho, e demais família, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de sua querida esposa, sobrinha, cunhada, tia, prima e parente e que o seu funeral se realizará amanhã, dia 23, pelas 16 horas, saindo da Avenida da República, n.º 10, 1.º, esquerdo, para o cemitério dos Prazeres.

AGENCIA MAGNO

AZEITE

Os Estabelecimentos de:

Severino Seco—R. Costa Pinto, 49—Paço de Arcos
Seco & Moreira, L.ª—R. 9 de Abril—S. Pedro do Estoril

Seco & Moreira, L.ª—Murtal—S. Pedro do Estoril
Seco & Moreira, L.ª—R. Dr. Antonio Martins—Alto do Estoril

Silvas (Primos), L.ª—Estrada Nacional—Paredes
Silvas (Primos), L.ª—R. Afonso Sanches—Cascais

Participam á clientela que, como nos meses anteriores, estão aptos a fornecer as quantidades habituais.



José António Lourenço FALECEU

Viriato Ribeiro Costa, e sua mulher Maria do Céu Mendes Costa, e seus filhos participam a todas as pessoas de suas relações e amizade o falecimento do seu patrão, amigo, e que o seu funeral terá lugar amanhã ás 10 horas, da Calçada da Ajuda, n.º 72, 1.º, para o cemitério da Ajuda.

P. N. A. M.



Clotilde Neves de Castro de Passos Angelo FALECEU

Abilio de Passos Angelo e mais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de sua querida esposa e parente, e que o seu funeral se realiza amanhã, pelas 11 horas, da sua residência, Rua Cidade Liverpool, 16, para jazigo no cemitério do Lumiar.

AGENCIA MAGNO

MOEDAS ANTIGAS

ALMEIDA, BASTO & PIOMBINO & C.ª

Rua do Ouro, 50-52

LISBOA

SECÇÃO DE NUMISMATICA

Brevemente será marcada a data do Leilão da já anunciada colecção de moedas portuguesas, que pertence ao Duque de Galliera, D. Filipe de la Re-notière.

O respectivo catálogo, que será profusamente ilustrado, sairá do prelo dentro em pouco.



Judith Lupi Verol Aboim Villa Lobos FALECEU

António Pedro de Brito Aboim Villa Lobos, sua mulher Isabel Maria Motta de Figueiredo Aboim Villa Lobos e filha, e mais família cumprem o doloroso dever de participar que foi Deus Servido chamar á Sua Divina Presença a sua muito querida e chorada esposa, mãe, sogra, avó e parente, e que o seu funeral se realiza amanhã, pelas 16 horas, da Rua Rodrigo da Fonseca, 15, 1.º, esq., para jazigo de família no cemitério dos Prazeres.

AGENCIA MAGNO

OEIRAS



Aurora Simões de Figueiredo FALECEU

Artur Pinto Coelho, sua mulher Maria Luisa do Amaral Pinto Coelho e seus filhos, Alvaro Pinto Coelho, sua mulher Clementina Couceiro Villar Moreira Pinto Coelho, Alfredo Pinto Coelho e Alice Pinto Coelho e mais família participam a todas as pessoas amigas o falecimento da sua querida mãe, sogra, avó e parente, realizando-se o seu funeral amanhã domingo, 23, pelas 10 e 30, para o cemitério local.

FLORENTINO COELHO

Começa uma nova era na História da China com a partida de Chang-Kai-Chek

NANQUIM, 22—Nesta noite de sexta-feira, findou uma era na história da China nacionalista, com a discreta partida do presidente Chang-Kai-Chek. Em Nanquim, ninguém espera que ele volte. O generalíssimo chinês saiu de Nanquim por duas vezes no espaço de doze anos: em 1937 para continuar a guerra, em 1949 para tentar acabar com a guerra civil. No entender dos comunistas, e também da maioria da opinião pública da China, e até mesmo na alguns membros do Governo, Chang-Kai-Chek era o principal obstáculo da paz. Ele próprio o admitiu, ao escrever na sua mensagem de despedida: «Parto para aliviar os sofrimentos do povo».

Chang-Kai-Chek não falou em demissão: afastou-se discretamente para dar lugar aos negociadores. Alguns minutos antes de partir para o exílio, lançou um último apelo ao «senso moral» dos comunistas, e pediu ao que resta da China nacionalista que se una em volta de dois homens, para se conseguir uma paz digna.

Um desses homens, o primeiro-ministro Sun-Fó, filho do fundador da República Sun-Iai-Sen, três horas depois da partida de Chang-Kai-Chek, dirigiu-se a casa do segundo, o vice-presidente Li-Tsung-Ien, para lhe apresentar o pedido de demissão do seu Governo. O vice-presidente não aceitou essa demissão. O Parlamento reúne-se em 1 de Fevereiro, e o ministério actual terá de se manter, pelo menos, até essa altura.

Depois de muitas hesitações, Li-Tsung-Ien, general, de 59 anos de idade e sucessor constitucional de Chang-Kai-Chek, aceitou o encargo de procurar trazer a paz ao País e a tarefa de impedir a desagregação imediata do regime nacionalista, de que Chang-Kai-Chek era a chave de abobada.

A missão que Li-Tsung-Ien aceitou pode ser levada a cabo: os comunistas acabam de rejeitar a última proposta de armistício formulada por Nanquim, mas, embora isso seja paradoxal, parece que a paz está mais próxima agora. No dia 14 do corrente, Mao-Tsé-Tung pediu ao Kuomintang que abdicasse, como primeira condição para um armistício. Em 19, o Governo nacionalista propunha um armistício, mas sem condições.—(F. P.).

Está aberto o caminho às negociações entre nacionalistas e comunistas

NANQUIM, 22.—Nos círculos políticos desta cidade supõe-se que o «afastamento» do generalíssimo Chang-Kai-Chek em favor do vice-presidente Li Tsung Jen abriu o caminho para a paz entre os nacionalistas e os comunistas. Uma emissão da rádio comunista anunciava ontem que o apelo do Governo para cessar a luta imediata

é incondicionalmente «não era razoável». O Governo chinês discutiu na sua reunião de ontem à noite uma proposta para enviar para a frente Noroeste o general Chang Chih Chung. O Q. G. dos comunistas está estabelecido em Yen-an. Os jornais chineses, nos seus comentários, elogiam a decisão de Chang-Kai-Chek e declaram que o seu afastamento é vantajoso para as negociações de paz. O órgão oficial do Kuomintang, «Central Daily News», adverte que nas suas negociações o Governo tem de ser cuidadoso de forma a assegurar que a nação não perca a independência.—(R.).

Pequim capitulou

NANQUIM, 22.—Anuncia-se, oficialmente, que Pequim capitulou.—(F. P.).

NANQUIM, 22.—Um telegrama publicado hoje em Nanquim anuncia que o comandante nacionalista de Pequim, general Fu Tso Yi, pediu a demissão e que os comunistas tomaram conta da cidade. O telegrama acrescenta que as tropas nacionalistas vão ser afastadas para um ponto a 16 quilómetros do centro da cidade, conservando-se em Pequim dois exércitos para proteger os habitantes. Cerca de 200.000 soldados comunistas continuam a avançar do rio Hwai para o Sul. Nos círculos militares chineses supõe-se que os comunistas vão intensificar as operações militares em todas as frentes procurando alcançar a margem norte do rio Yangtsé antes de principiarem negociações de paz.—(R.).

As negociações de paz

NANQUIM, 22.—Anuncia-se, oficialmente, que o Governo central encarregou uma comissão de cinco membros de iniciar negociações de paz com os comunistas em local a escolher de comum acordo por ambas as partes.—(France Presse).

NANQUIM, 22.—O general Pai Xung Hai, comandante supremo das forças nacionalistas da China Central, que foi por muito tempo colaborador directo de Li Tsung Yen, actual presidente, declarou que aceita «discutir as condições postas pelos comunistas, se assim for possível alcançar a paz e aliviar os sofrimentos do povo».

Por outro lado, a agência Central News, no primeiro comentário que transmite depois da renúncia de Chang-Kai-Chek, anuncia que o general Pai Xung Hai propôs que as partes beligerantes se reúnam em Hankau, «a fim de restabelecer a paz o mais rapidamente possível e dotar a nova China de um sistema político democrático, de um exército verdadeiramente nacional e aplicar no país os «princípios da economia socialista».—(France Presse).

A delegação soviética

à Conferência Internacional do Trigo
MOSCOVO, 22 — Parte hoje para Washington a delegação soviética chefiada pelo subsecretário do Comércio Externo, Jorge Alexandrovitch Borisov, que vai assistir à Conferência Internacional do Trigo. Essa conferência realiza-se na próxima semana, sob os auspícios das Nações Unidas. É a primeira vez que os russos assistem a uma Conferência Internacional do Trigo.—(Reuter).

Surgiram «divergências» por parte da Polónia e da Jugoslávia com a Rússia?

MANCHESTER, 22.—O «Manchester Guardian» refere-se hoje a «divergências» com a Rússia por parte da Polónia e da Jugoslávia, sugerindo que as potências ocidentais procurem reforçar essa oposição. O articulista escreve: «A retaguarda da cortina de ferro, alguns heréticos dificilmente são afastados. Osobka, que foi primeiro-ministro do governo de Lublin, perdeu o lugar de presidente do Partido Socialista há mais de 18 meses por se ter manifestado contra a fusão com os comunistas; mas apenas perdeu essa situação. Gomulka foi afastado há quatro meses do cargo de secretário do Partido Comunista, vai agora perder o lugar de vice-presidente do Conselho, mas continua a fazer parte da comissão central do partido, cargo para que foi eleito por uma grande maioria. E' animador verificar que o Governo polaco leva tanto tempo a afastar os indesejáveis. Também a opinião que se manifesta em alguns círculos jugoslavos é suficientemente forte acerca da situação política. Alguns chefes políticos já frisaram as divergências com a Rússia, acrescentando, porém, cautelosamente, que isso não implica amizade com o Ocidente. Verifica-se, contudo, que já há um poderoso núcleo de opinião que uma política inteligente das potências ocidentais pode conseguir reforçar».—(Reuter).

A posição da Bélgica na defesa da União Europeia

BRUXELAS, 22.—Um funcionário superior do Ministério da Defesa declarou que a Bélgica entraria em acção, em nova guerra, com dois exércitos. Acrescentou que, numa futura guerra, o esforço da Bélgica seria «mais proporcionado» do que o foi na última. Este funcionário fez a declaração em comentário às recentes conferências dos ministros da Defesa das 5 potências. Disse ainda que essas conferências para defesa da União Ocidental prosseguem e que a maior dificuldade diz respeito ao potencial económico. A Bélgica estabeleceria uma base militar no Congo, para fins de treino. Os tanques com que o Exército belga está a ser treinado e reequipado são apenas para fins de treino, mas no caso de uma guerra subita deverão ser modernizados.—(Reuter).

Decresce a mortalidade na Grã-Bretanha

LONDRES, 22.—Segundo uma estatística anual referente à Inglaterra e País de Gales, agora publicada, os britânicos gozaram mais saúde no ano de 1948 do que nunca antes. Morreram menos crianças com menos de 12 meses, os nado-mortos foram menos do que nunca e a média geral da mortalidade foi também a menor até agora conhecida.

Houve 470.282 mortes. O aumento da população é de cerca de 3.500 habitantes, o que representa 10,8 por cada mil habitantes. O total das mortes de crianças com menos de um ano foi de 26.635, o que representa uma média de 24 por cada mil, sendo a primeira vez que desce a menos de 40.—(Reuter).

A defesa militar dos países escandinavos volta hoje a ser discutida em Copenhague

COPENHAGUE, 22.—Os primeiros-ministros e ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da Noruega, da Suécia e da Dinamarca, reunem-se hoje em Copenhague, em sessão secreta, para continuar a discutir a possibilidade de um acordo sobre a defesa militar comum da Escandinávia e para decidir que ligação poderá ter esse pacto com o Pacto do Atlântico e com a Europa Ocidental. Um dos problemas mais importantes que os ministros defrontam é o desarmamento. A declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros norte-americano de que os Estados Unidos não fornecem armas aos países que não façam parte do Pacto do Atlântico, provocou pessimismo nas capitais escandinavas. Nos círculos políticos de Copenhague supõe-se que os três governos já concordaram em princípio no acordo da Escandinávia.

Julga-se que, para obter auxílio substancial, a Noruega e a Dinamarca mostram estar dispostas a aderir ao Pacto do Atlântico, mas geralmente manifesta-se dúvida de que a Suécia, tradicionalmente neutral, esteja disposta a seguir esse exemplo.—(R.).

A chegada da delegação sueca

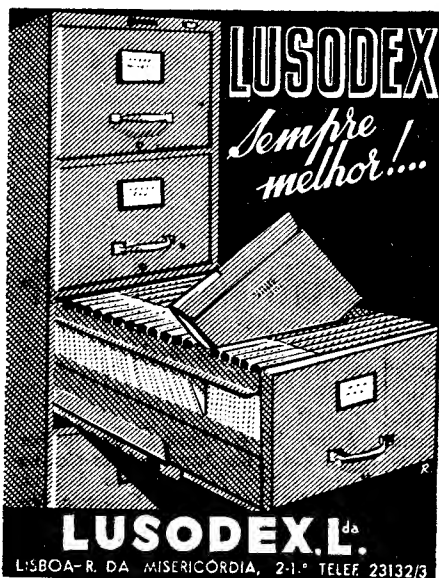
COPENHAGUE, 22.—O primeiro-ministro da Dinamarca, Hans Hedtoft, estava preparado esta manhã para aguardar a chegada dos delegados suecos à conferência que se realiza hoje entre representantes dos três países escandinavos. Quando a delegação sueca chegou, vinda de Malmö, mostrou-se surpreendida com a multidão reunida para os receber. Além de representantes do Governo, encontravam-se numerosos jornalistas, incluindo dois russos. O primeiro-ministro da Suécia, Erlander, mostrava-se muito bem disposto e declarou ao correspondente da Reuter que as decisões de Karlstad constituem a base das conversações de hoje e amanhã. Interrogado sobre se a Suécia está disposta a abandonar a sua pretensão de que nenhum dos países que participem num possível pacto escandinavo estabeleçam alianças com outros países, o primeiro-ministro sueco declarou: «Parece muito importante que isso não venha a acontecer; julgo, porém, que um problema desta natureza não deve surgir em futuro próximo».

Depois de receber a delegação da Suécia, o primeiro-ministro dinamarquês, Hans Hedtoft, dirigiu-se à estação central dos caminhos de ferro para aguardar a chegada dos delegados noruegueses que partiram de Oslo no comboio da noite. O presidente da Câmara dos Deputados da Dinamarca, Julius Bomholt, declarou aos jornalistas não haver dúvidas de que as grandes democracias ocidentais devem compreender o plano da defesa da Escandinávia e que esse plano constitui a melhor forma política quanto aos interesses da paz mundial. Se as negociações vierem a malograr-se, o facto constituirá uma grande desilusão para os três países interessados. E acrescentou: «Tenho a esperança de que seremos capazes de encontrar uma forma de nos unirmos para a defesa. Existem fortes argumentos em favor dessa ideia».

O primeiro-ministro dinamarquês, segundo dizem os jornais da tarde, declarou que a Dinamarca «vai empregar todos os esforços para conseguir um resultado positivo e que os trabalhos até agora realizados não devem conduzir a um malogro. Os anos dolorosos de 1940 a 1945 não devem repetir-se. Quaisquer resultados positivos que nós esperemos só podem ser obtidos aproximando os pontos de vista dos três países. Durante a guerra, cada um desses países teve uma atitude e uma actuação. A despeito disso, não lançamos uns aos outros acusações. Procuro manifestar um espírito de tolerância e encontrar a mesma atitude da parte dos governos dos outros países».—(Reuter).

LINITA

É o único colchão de arame que tem condições próprias para evitar a aderência de parasitas. R. D. Pedro V. 75. Telefone 25448.



LUSODEX
Sempre melhor!...

LUSODEX L. da
LISBOA - R. DA MISERICORDIA, 2-1.º TEL. 23132/3

PELES DAVID KIT
O maior e mais fino sortido
Av. Conde Valbom, 18-1.º-D. — Tel. 48089

DÍVIDA BRASILEIRA
PANCADA, MORAES & C.ª
BANQUEIROS
37, RUA AUGUSTA

Compram desde já os cupões a vencer em 1 de Fevereiro, próximo, dos seguintes empréstimos:
Brasil funding 1914, Brasil 1895 e Brasil 1910.